

Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA

13 de novembro de 2024

INDICE

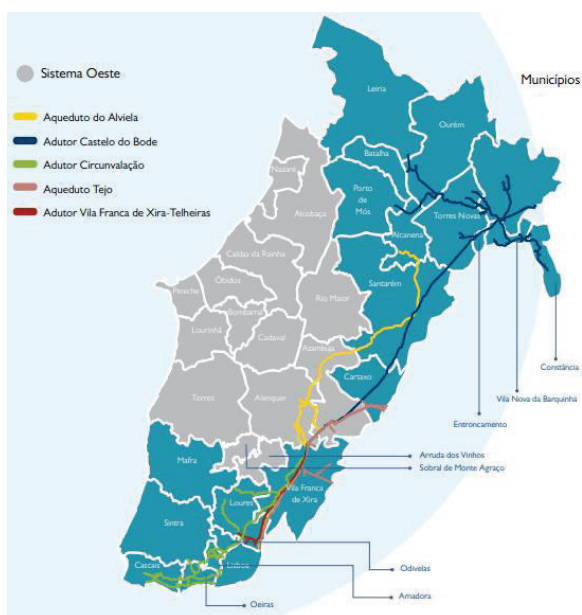
1. INTRODUÇÃO	3
1.1. Caraterização da Empresa	3
1.2. Missão e visão	5
1.3. Modelo de negócio	9
1.4. Recursos Humanos	12
1.5. Informação Financeira	14
2. A ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO	17
2.1. Estratégia	17
2.2. Objetivos estratégicos e setoriais	25
3. PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO	33
3.1. Sumário executivo	33
3.2. Orientações e Pressupostos	35
3.3. Orientações Financeiras para o triénio 2025-2027	40
3.4. Medidas de otimização de desempenho	56
3.5. Outros	60
4. PLANO DE INVESTIMENTOS	65
4.1. Enquadramento	65
4.2. Metodologia	66
4.3. Plano de Investimentos 2025-2027	75
4.4. Sistema de acompanhamento de investimentos	79
4.5. Investimentos materialmente relevantes	82
5. RECURSOS HUMANOS	83
5.1. Quadro de pessoal	83
5.2. Gastos com o pessoal	103
6. INFORMAÇÃO FINANCEIRA	107
7. CONTRATO PROGRAMA/ CONTRATO DE SERVIÇO PÚBLICO / CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	109
8. QUADRO SÍNTESE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS	110
9. DOCUMENTAÇÃO ANEXA À PROPOSTA DE PAO:	115
Anexo I – Parecer do Órgão de Fiscalização	116
Anexo II – Despachos do membro do Governo da área das finanças de dispensa do cumprimento dos princípios enunciados nas presentes instruções, com impacto na proposta de PAO	137

Anexo III – Demonstrações Financeiras Previsionais.....	138
Anexo IV – Recursos Humanos	147
Anexo IV – A: Planificação de Recursos Humanos para o triénio	147
Anexo IV – B: Pedidos autónomos para recrutamento de pessoal 2024	149
Anexo V – Planeamento financeiro para 2025-2027	190
Anexo VI - Plano de Investimentos	191

1. INTRODUÇÃO

1.1. Caracterização da Empresa

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. é sucessora da CAL – Companhia das Águas de Lisboa, concessionária do abastecimento de água à cidade de Lisboa, entre abril de 1868 e outubro de 1974, altura em que terminou o contrato de concessão. É então constituída a EPAL – Empresa Pública das Águas de Lisboa designação que mantém até 1981, quando passa a denominar-se por EPAL – Empresa Pública das Águas Livres. Em 21 de junho de 1991, por força do Decreto-Lei n.º 230/91, a EPAL – Empresa Pública das Águas Livres é transformada em sociedade anónima de capitais integralmente públicos, situação que lhe confere maior flexibilidade de gestão para concretizar o seu desenvolvimento estratégico e realizar a sua missão, passando a ter a denominação social de EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.. A partir de 1993 é integrada no então criado, Grupo AdP – Águas de Portugal SGPS, SA. Atualmente a EPAL é uma empresa do setor empresarial do Estado, detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..



A área de intervenção da EPAL, até 1935, limitava-se ao abastecimento e distribuição de água ao concelho de Lisboa. A partir desse ano, a EPAL passa a abastecer em Alta o município de Oeiras, tendo ao longo do tempo vindo a expandir esta atividade a outros municípios, servindo à data 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa). Os 35 municípios abastecidos são: Alcanena, Alenquer, Alcobaça, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Batalha, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cartaxo, Cascais, Constância, Entroncamento, Leiria, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Ourém, Peniche, Porto de Mós, Rio Maior, Santarém, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Torres Novas, Tomar, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha.

Em julho de 2015, a EPAL passa a ser responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), a qual foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio. O sistema integrava um universo de 86 municípios, servindo uma área conjunta que abrangia 95 municípios, ocupando uma área territorial correspondente a um terço do território continental português, e servindo 3,8 milhões de habitantes.

No âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, e cuja gestão delegada se encontrava atribuída à EPAL através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, foram criados dois novos sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais: o sistema da Grande Lisboa e Oeste e o Sistema da Península de Setúbal, tendo ainda sido redenominada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo para Águas do Vale do Tejo (AdVT).

Tal originou uma alteração do âmbito territorial da gestão delegada da EPAL, pois dos anteriores oito sistemas agregados mantiveram-se na AdVT apenas cinco, sendo que um deles (o sistema do Oeste) somente na atividade de abastecimento. O sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, resultante de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, abrange atualmente os seguintes municípios:

- No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Aguiar da Beira, Alandroal, Almeida, Alter do Chão, Alvaiázere, Arronches, Avis, Belmonte, Borba, Campo Maior, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castelo de Vide, Celorico da Beira, Crato, Entroncamento, Elvas, Évora, Ferreira do Zêzere, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fronteira, Fundão, Gavião, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Mação, Manteigas, Marvão, Meda, Monforte, Mourão, Nisa, Oleiros, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penamacor, Pinhel, Ponte de Sor, Portalegre, Portel, Proença-a-Nova, Redondo, Reguengos, Sabugal, Sardoal, Seia, Sousel, Sertã, Tomar, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão;
- Apenas na componente de abastecimento de água, os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Atualmente a área servida pela EPAL e AdVT abrange assim 91 municípios que ocupam uma área territorial correspondente a um terço do território continental português e serve 3,5 milhões de habitantes.

1.2. Missão e visão

MISSÃO:

A EPAL tem como missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados, e assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

VISÃO:

Ser uma Empresa de referência no setor da água e do saneamento, em termos de qualidade do serviço público prestado, e orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende - a Água - e o ambiente.

VALORES:

Os valores fundamentais da Empresa assentam na sustentabilidade dos recursos naturais, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

Orientamo-nos pelos seguintes Valores Éticos:

- Espírito de servir;
- Excelência;
- Integridade;
- Responsabilidade;
- Rigor;
- Transparência.

PRINCÍPIOS:

Os Princípios de atuação da EPAL, na prossecução da sua missão, devem ter em consideração:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;

- Respeito pelos direitos dos/as trabalhadores/as;
- Respeito pela igualdade do género;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

PILARES DO DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO:

- Requalificação e Valorização dos Ativos;
- Resiliência do Serviço;
- Eficiência e Sustentabilidade;
- Inovação e Digitalização da Atividade;
- Solidariedade Ativa.

POLÍTICA DE GESTÃO:

No âmbito do contexto organizacional da EPAL e Águas do Vale do Tejo, e por forma a garantir o cumprimento da legislação, regulamentação e normas aplicáveis e da missão, visão e valores, assumem-se os seguintes compromissos:

• **Gestão Delegada do Sistema Multimunicipal do Vale do Tejo** – Assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o concedente e entidade reguladora;

• **Responsabilidade empresarial** - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, que contribuem para a saúde pública, preservação do ambiente e para a sociedade, utilizando as práticas mais inovadoras, assegurando a disponibilidade dos recursos necessários e a implementação de planos, processos e procedimentos adequados para o efeito, para reduzir os

riscos e maximizar as oportunidades e atingir os objetivos e metas propostas para a melhoria contínua do desempenho e eficácia dos sistemas de gestão e para a sustentabilidade da Empresa;

• **Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas** – Auscultar e promover a satisfação dos requisitos, das necessidades e expectativas relevantes dos/as trabalhadores/as, clientes, comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria da relação com as partes interessadas relevantes, dos produtos e serviços da Empresa e das interfaces existentes. Assegurar a comunicação, a consulta e participação dos/as trabalhadores/as e dos seus representantes, em temáticas relacionadas com os sistemas de gestão e na identificação de soluções para melhorar o respetivo desempenho, designadamente na vertente da segurança e saúde;

• **Formação, Competência e conhecimento dos/as Trabalhadores/as** – Potenciar e promover as competências, a qualificação profissional das pessoas e o conhecimento individual e organizacional, necessários para a eficaz execução das suas funções, responsabilidades e tarefas. Proporcionar a formação contínua e de excelência, o acesso a redes de *networking*, incentivar a criatividade, o desenvolvimento pessoal e o comprometimento com a sustentabilidade, numa perspetiva de fomentar uma cultura organizacional orientada para a melhoria do desempenho, inovação e criação de valor na e para a Empresa;

• **Promoção da Segurança e Saúde das Pessoas** – Identificar os perigos e avaliar os riscos para a segurança e saúde das pessoas, determinar e adotar medidas eficazes para a prevenção, proteção e, tanto quanto possível, para a eliminação dos perigos e redução dos riscos. Assegurar a existência de condições de trabalho seguras e saudáveis e prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, nomeadamente de lesões e afeções de saúde relacionadas com o trabalho;

• **Valorização dos Trabalhadores/as e do seu Contributo** – Implementar práticas e medidas de conciliação, visando a adaptação dos/as trabalhadores/as ao contexto da sua função, da sua vida pessoal e familiar e que promovam a sua saúde, motivação e envolvimento com a Empresa. Promover o respeito pelos princípios de igualdade e da não-discriminação e o equilíbrio entre as diferentes esferas da vida, por forma a contribuir para uma participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais e familiares, fomentar o seu desenvolvimento pessoal e para a evolução positiva da empresa e da sociedade;

• **Gestão de Ativos** – Definir e implementar estratégias para assegurar uma eficaz e eficiente gestão dos ativos, tendo por base as orientações estratégicas da organização. Gerir os ativos da Empresa numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, risco de falha e o desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos e da otimização dos investimentos, da exploração e da manutenção;

• **Desenvolvimento sustentável e Responsabilidade Social** – Contribuir, de forma ativa, inovadora e responsável, para um futuro sustentado da Empresa e da sociedade, através da definição de uma estratégia de sustentabilidade e de uma atuação socialmente responsável, ao nível da governação, da sociedade e do ambiente. Contribuir, continuamente, para o desenvolvimento económico das regiões onde se insere e do país e para a coesão social, cumprindo os compromissos para com os/as trabalhadores/as, os fornecedores, os clientes, as comunidades, o Estado e outras partes interessadas. Atuar com responsabilidade no que respeita aos impactes, riscos e oportunidades inerentes às atividades desenvolvidas, promovendo a proteção do ambiente, através do uso eco eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e ocorrência de acidentes ambientais em todas as atividades, contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica da Empresa e para a preservação da biodiversidade;

• **Combate e Adaptação às Alterações Climáticas** – Melhorar, continuamente, o desempenho energético e hídrico global, promovendo uma atuação orientada para: a diminuição dos consumos e para a eficiência no uso da Água e da Energia; a diminuição e manutenção das perdas de água em níveis economicamente aceitáveis; as ações tendentes à neutralidade carbónica; a aquisição de produtos e serviços hídrica e energeticamente eficientes; um pensamento estratégico visando a adaptação, a resiliência e a resposta proactiva e atempada da Empresa às alterações climáticas e aos seus efeitos;

• **Resiliência Organizacional e Continuidade do Negócio** – Promover a adequada preservação, proteção e segurança das infraestruturas críticas e uma cultura de gestão de risco e resiliência para as suas atividades e negócios, definindo e planeando estratégias para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos disruptivos e, ou, as suas consequências e impactos. Potenciar a capacidade de organização, prevenção e recuperação perante fatores ou condições adversas, por forma a garantir a continuidade do negócio, o cumprimento da missão, a preservação da vida humana e a confiança da Empresa perante as suas partes interessadas;

• **Segurança da informação** – Gerir e assegurar uma utilização adequada dos sistemas de informação que suportam as atividades da Empresa e os produtos e serviços prestados aos clientes, de forma a garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade da informação da Empresa e dos seus clientes, cumprindo com o estabelecido nas políticas e outros normativos internos relacionados;

• **Integridade, Transparência, Ética e Anticorrupção** – Promover e assegurar o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta e Ética, no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e na Política de Anticorrupção da Empresa, nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas subscritos pela Empresa e noutras orientações aplicáveis, contribuindo para reduzir a existência de conflitos de interesses, melhorar a imagem, a confiança e a reputação da Empresa entre as suas partes interessadas. Fomentar uma cultura de integridade, transparência, ética, anticorrupção e de *compliance*, que abranja a tomada de decisão, as atividades da Empresa e a relação com os seus parceiros de negócio, contribuindo ativamente no combate contra a corrupção e para a boa governação;

• **Envolvimento da Cadeia de Fornecimento** – Promover junto dos fornecedores de bens e serviços a partilha de valores, princípios de sustentabilidade e de *compliance*, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplicar as boas práticas implementadas, criando valor para ambas as partes;

• **Inovação e Desenvolvimento** – Incentivar a investigação e o desenvolvimento de soluções para oportunidades identificadas, promovendo ativamente um processo de inovação transversal à Empresa, focado no negócio, na relação custo-benefício, no desenvolvimento sustentável e desejavelmente escaláveis no setor da água, estabelecendo, quando identificada a necessidade, parcerias externas nos projetos;

• **Economia Circular** – Promover a consciencialização dos princípios da economia circular, identificar e implementar nos processos e atividades da Empresa oportunidades que contribuam, por esta via, para a Sustentabilidade.

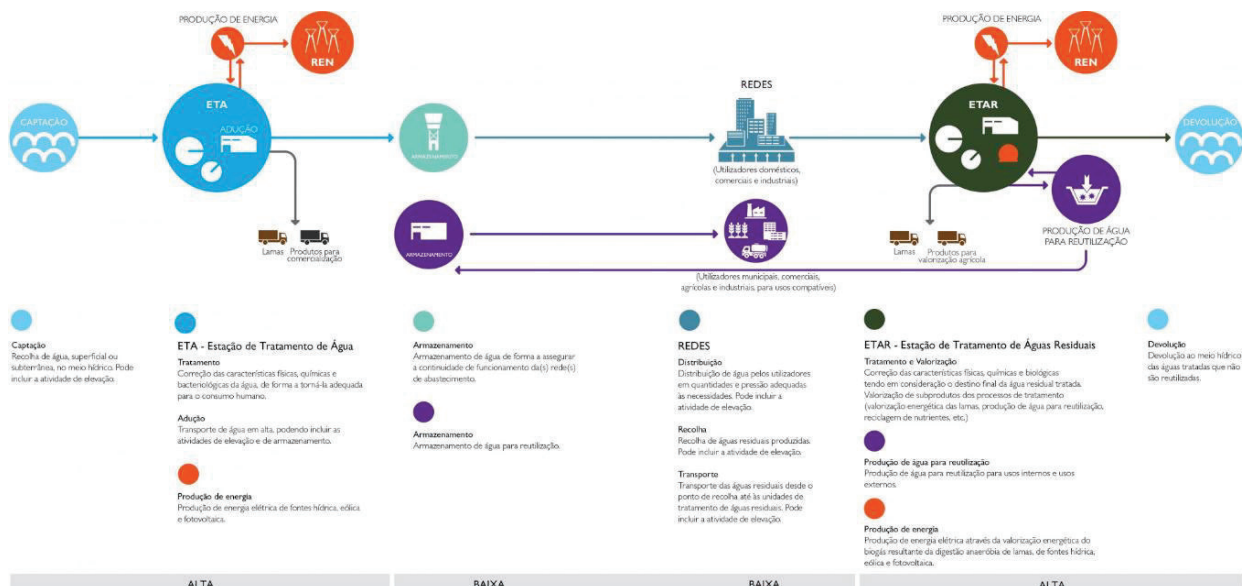
1.3. Modelo de negócio

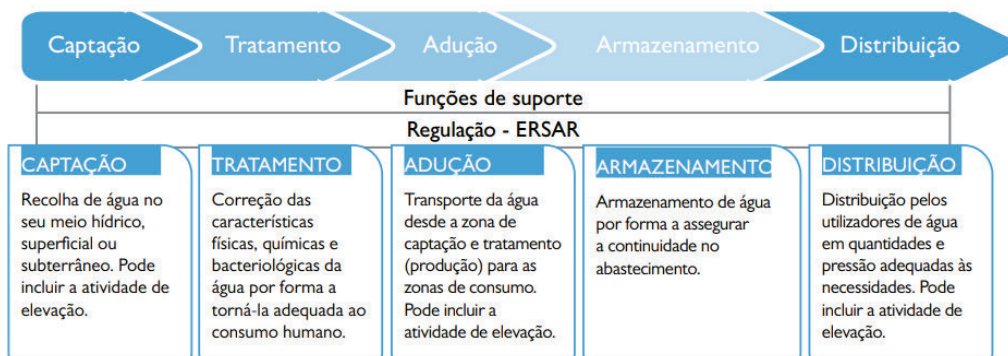
A EPAL rege-se pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, e pelos seus Estatutos.

A atividade direta da EPAL compreende duas atividades distintas: o abastecimento de água em Alta a entidades gestoras, e o abastecimento de água em Baixa aos utilizadores finais no município de Lisboa, existindo um tarifário distinto para cada uma destas atividades.

A concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Vale do Tejo foi atribuída à Águas do Vale do Tejo, e à EPAL a manutenção da sua gestão delegada, conforme decorre do disposto nos Decretos-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio e n.º 34/2017, de 24 de março. No âmbito da gestão delegada desse sistema, a EPAL assumiu, não só a gestão das infraestruturas como todas as demais obrigações inerentes à gestão do sistema: construção das infraestruturas; aquisição, manutenção e renovação das instalações e equipamentos; controlo dos parâmetros de qualidade da água para abastecimento público e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas; faturação dos serviços de fornecimento e de recolha; elaboração da contabilidade da sociedade; gestão de recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal; gestão financeira e controlo de gestão; apoio jurídico; logística; comunicação; gestão de sistemas de informação; e suporte e apoio à atividade.

A cadeia de valor do negócio da EPAL (incluindo a gestão delegada do sistema da AdVT) é a seguinte:





Água em Alta: A EPAL é responsável pela produção (captação e tratamento) de água para consumo humano e entrega da mesma a 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa) – 17 clientes municipais abastecidos diretamente e os restantes abastecidos por via de duas entidades gestoras multimunicipais – a Águas do Vale do Tejo e a Águas do Ribatejo.

A EPAL desenvolve a sua atividade numa área geográfica que se estende desde a albufeira de Castelo de Bode até aos concelhos limítrofes de Lisboa.



Água em Baixa: A EPAL é responsável pela distribuição domiciliária de água na cidade de Lisboa a cerca de 368 mil clientes, prestando igualmente serviços inerentes ao fornecimento de água, tais como o atendimento e assistência domiciliária.

Gestão delegada do Sistema Multimunicipal da Águas do Vale do Tejo: A EPAL é responsável por assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o Concedente e Entidade Reguladora, e que envolve a atividade de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambas em Alta, para além de um conjunto de atividades acessórias e complementares.

Outras Atividades: Paralelamente com a sua atividade principal, a EPAL tem vindo nos últimos anos a desenvolver e potenciar outros serviços e produtos relacionados com o ciclo da água, onde se destacam:

- Sistema de informação e gestão comercial – Aquamatrix;
- Sistema de redução de perdas de água – WONE;
- Sistema de informação e incentivo à eficiência de utilização de água – Waterbeep;
- Prestação de serviços de monitorização e diagnóstico de redes;
- Prestação de serviços de análise e controlo laboratorial;
- Prestação de serviços de aferição e reparação de contadores;
- Cursos de formação ministrados na Academia das Águas Livres.

1.4. Recursos Humanos

No âmbito da gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, e nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL assumiu a posição contratual da sociedade Águas do Vale do Tejo nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, isto é, os trabalhadores/as dessa empresa foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando a contratar, em nome próprio da EPAL, o pessoal necessário a gestão do sistema da AdVT. Com o início da gestão delegada do sistema da então

Águas de Lisboa e Vale do Tejo (agora Águas do Vale do Tejo), a EPAL passou a integrar os trabalhadores/as originários/as das empresas agregadas.

A EPAL tem os seguintes princípios orientadores da gestão dos seus recursos humanos:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- Promoção e valorização profissional;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da Empresa em vigor.

No final de 2023 a EPAL tinha 1.058 trabalhadores/as, dos quais 416 afetos à gestão delegada da AdVT. Em junho de 2024 o total era de 1.047, sendo 410 afetos à gestão delegada da AdVT.

	2020	2021	2022	2023	2024 (junho)
N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	1.025	1.038	1.058	1.058	1.047
EPAL	651	644	642	642	637
Afetos à gestão delegada da AdVT	374	394	416	416	410

O universo de trabalhadores/as ao serviço da empresa (EPAL e afetos à gestão delegada da AdVT), caracteriza-se da seguinte forma:

	2020	2021	2022	2023	2024 (junho)
Homens	753	763	777	779	766
Mulheres	272	275	281	279	281

	2020	2021	2022	2023	2024 (junho)
Idade média (anos)	47	47	47	48	48
Trab. por estrutura etária	1.025	1.038	1.058	1.058	1.047
idade - <25	5	9	11	9	8
idade – 25-34	72	73	86	82	78
idade – 35-44	375	348	317	301	278
idade – 45-54	287	323	368	393	408
idade - >55	286	285	276	273	275

	2020	2021	2022	2023	2024 (junho)
Antiguidade média (anos)	17	18	17	17	18
Trab. por Antiguidade	1.025	1.038	1.058	1.058	1.047
antiguidade - <2	84	67	100	94	90
antiguidade - 2-5	98	151	137	158	162
antiguidade - 6-10	76	34	45	46	49
antiguidade - 11-20	427	441	394	347	329
antiguidade - >20	340	345	382	413	417

Em junho de 2024 a idade média é de 48 anos e a antiguidade média de 18.

1.5. Informação Financeira

Por forma a caracterizar a Empresa em termos financeiros são apresentados indicadores reais do último quadriénio - 2020 a 2023 - e os valores de junho de 2024.

Para enquadramento dos resultados, destaca-se que o período em análise foi afetado, primeiro pela pandemia Covid-19 e, em 2023, pelos efeitos do conflito geopolítico internacional na Ucrânia, este último com impactos relevantes em termos de inflação (afetando de forma muito expressiva os produtos energéticos) e da trajetória das taxas de juro.

Principais Indicadores:

	2020	2021	2022	2023	2024 (junho)
Volume de negócios (milhões EUR)	161,2	160,5	170,0	179,9	87,3

	2020	2021	2022	2023	2024 (junho)
Volume de água vendida (milhões m ³)	197,7	196,2	199,8	205,0	98,5
Resultado líquido (milhões EUR)	47,0	49,7	58,0	56,7	27,1
EBITDA (milhões EUR)	94,0	98,9	110,7	103,1	49,8
Endividamento bancário (milhões EUR)	89,1	78,9	68,6	58,1	52,7
Endividamento líquido (milhões EUR)	(16,1)	(42,7)	(71,0)	(63,7)	(54,8)
Net Debt to EBITDA (n. º)	(0,2)	(0,4)	(0,6)	(0,6)	(0,5)
Ativo total (milhões EUR)	839,8	847,1	856,0	851,2	840,1
Capital próprio (milhões EUR)	640,1	654,1	671,9	682,4	664,1
Passivo total (milhões EUR)	199,7	193,0	184,1	168,8	175,9

Resultados:

	(milhões EUR)	2020	2021	2022	2023	2024 (junho)
Rendimentos totais		167,5	167,1	177,5	189,5	92,5
Gastos totais		101,9	97,1	95,0	112,4	54,7
Imposto (corrente e diferido)		18,7	20,3	24,4	20,4	10,7
Resultado Líquido		47,0	49,7	58,0	56,7	27,1

	(milhões EUR)	2020	2021	2022	2023	2024 (junho)
Volume de negócios		161,2	160,5	170,0	179,9	87,3
Subsídios ao investimento		1,5	1,7	1,5	1,6	0,8
Reversão de Provisões e ajustamentos		0,2	0,3	0,4	0,3	0,0
Outros rendimentos e ganhos operacionais		4,3	4,4	5,0	5,1	2,6
Juros e rendimentos similares		0,4	0,2	0,6	2,6	1,8
Rendimentos totais		167,5	167,1	177,5	189,5	92,5

	(milhões EUR)	2020	2021	2022	2023	2024 (junho)
Custo merc. vendidas e mat. consumidas		1,9	1,8	1,9	2,1	1,1
Fornecimento e serviços externos		34,5	30,5	28,2	42,8	20,2
Gastos com o pessoal		25,5	24,7	24,6	26,1	13,6
Depreciações e perdas imparidade em ativos		27,4	27,9	27,6	26,8	13,3
Perdas por imparidade		1,6	1,3	1,1	1,8	0,5
Provisões		0,2	0,2	0,5	0,3	0,0
Impostos e taxas		4,0	3,9	4,4	4,2	2,0
Outros gastos operacionais		5,5	5,5	5,5	6,5	3,1
Juros e gastos similares		1,3	1,2	1,1	1,8	0,9
Gastos totais		101,9	97,1	95,0	112,4	54,7

Posição Financeira:

(milhões EUR)	2020	2021	2022	2023	2024 (junho)
Ativo não corrente	687,4	675,4	665,3	671,1	670,9
Ativo corrente	152,4	171,7	190,8	180,0	169,2
Total do ativo	839,8	847,1	856,0	851,2	840,1
Capital próprio	640,1	654,1	671,9	682,4	664,1
Passivo não corrente	144,6	132,3	119,4	106,1	98,6
Passivo corrente	55,1	60,6	64,7	62,7	77,4
Total do capital próprio e passivo	839,8	847,1	856,0	851,2	840,1

2. A ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO

2.1. Estratégia

A gestão sustentável da água confronta relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental.

A atividade desenvolvida pela EPAL, neste enquadramento, o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico.

“Fazer a diferença na vida das pessoas” é o nosso propósito, que nos compromete enquanto Empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade. Assumimos o compromisso para cumprir o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

Compromisso de Integridade:

O modelo de integridade do Grupo Águas de Portugal está plasmado numa Política de Integridade, que apresenta a sua visão sobre a ética e a integridade, consolidando o compromisso de todas as empresas do Grupo com um modelo de governação assente nos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela EPAL em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades;
- Manual de Contratação Pública do Regime Geral;
- Manual de Compras.

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares:

- O Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos.
- A Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

O Grupo Águas de Portugal dispõe de um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética, que se designa por Linha de Integridade, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

Compromisso de Sustentabilidade:

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as ambições em linha com os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.



Este Compromisso com a Sustentabilidade 2022-2025 resultou da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio (QEC), da reflexão sobre as expectativas das partes interessadas, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com os princípios da UN Global Compact e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



Apresentam-se, mais detalhadamente, as 7 ambições, indicando os seus objetivos e identificando a relação com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS):



Valorizar a relação com os/as trabalhadores/as, encorajando a evolução profissional e pessoal

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Investir no desenvolvimento profissional e pessoal dos/as colaboradores/as;
- Garantir a igualdade de oportunidades e promover a diversidade e a inclusão;
- Garantir a segurança e saúde no trabalho;
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz.



Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE), mitigar os nossos impactos, adaptar as operações às alterações climáticas

Que contempla os seguintes Objetivos:

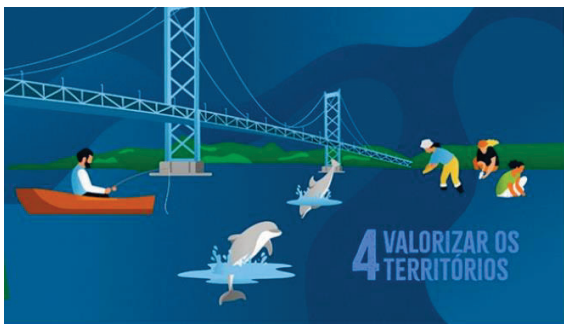
- Garantir a neutralidade e autossustentabilidade energética;
- Reduzir as emissões de GEE;
- Promover a mobilidade sustentável do Grupo;
- Promover a resiliência dos sistemas e garantir a disponibilidade, a qualidade e a segurança do serviço e do produto.



Gerir o ciclo urbano da água em equilíbrio com a natureza, garantindo a transição para a economia circular

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Conservar as massas de água;
- Minimizar os resíduos produzidos e valorizá-los enquanto subprodutos.



Prestar um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Elevar a relação de proximidade e diálogo com os clientes e parceiros municipais;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia responsável;
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento;
- Fazer parte integrante da comunidade onde nos inserimos;
- Proteger e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas;
- Água como fator essencial da proteção crescente da saúde pública.



Impulsionar uma inovação aberta, colaborativa e que gere valor para o Grupo AdP e suas empresas

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Desenvolver projetos de IDI alinhados com as áreas estratégicas de inovação e as necessidades das empresas do Grupo AdP;
- Desenvolver e lançar produtos, serviços e processos inovadores;
- Desenvolver uma inovação aberta e assente numa rede multipolar de competências;
- Promover a transformação digital do Grupo AdP.



Cooperar internacionalmente para a promoção da gestão sustentável da água

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Partilhar o conhecimento através de projetos de capacitação e apoio técnico;
- Promover a entajuda em atividades e programas relacionados com a água, saneamento e clima em países em desenvolvimento;
- Operar numa geografia de referência.



Ser um ator de referência em matéria de educação para o desenvolvimento sustentável

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Promover a educação para o desenvolvimento sustentável;
- Promover o uso racional da água e a promoção do consumo da água da torneira;
- Promover o uso sustentável da rede de saneamento;
- Promover a utilização de ApR;
- Promover a economia circular e a neutralidade energética;
- Promover a inovação.



A EPAL-Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A. tem por missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados. Assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e em vigor, e do contrato de concessão, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

A preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida e a equidade no acesso aos serviços básicos associados, a par da promoção do bem-estar, através da melhoria da qualidade de vida das pessoas e do equilíbrio ambiental, representam os valores fundamentais assumidos pelas empresas que integram o Grupo Águas de Portugal, designadamente pela EPAL.

A atividade prosseguida pelo Grupo AdP enquanto agente empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, os quais devem ser contemplados nos documentos de estratégia e planeamento vigentes.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- Definir e comunicar a política setorial a prosseguir;
- Emitir as orientações específicas de cariz setorial aplicáveis a cada empresa;
- Definir os objetivos a alcançar na atividade operacional;
- Definir o nível de serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

Deveres e Responsabilidades do Conselho de Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da EPAL terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, relativamente ao exercício de funções executivas prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da EPAL estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

2.2. Objetivos estratégicos e setoriais

As orientações estratégicas gerais e específicas indicadas produzem efeitos à data de eleição dos membros do Conselho de Administração da EPAL, sendo que se reportam ao atual mandato 2023-2025. Para o mandato em curso foram definidas as seguintes orientações estratégicas:

Orientações Estratégicas Gerais:

O Conselho de Administração deverá assegurar que a EPAL-Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A, sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerçam a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- d) Adote sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;

f) Implemente políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;

g) Concretize políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;

h) Desenvolva iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;

i) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

Orientações Estratégicas Específicas:

O Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam (quando aplicável, atendendo ao objeto e atividade da empresa).

1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:

1.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;

1.2 Reforço da resiliência no fornecimento de água e redução da vulnerabilidade das infraestruturas críticas, privilegiando a interoperabilidade e o desenvolvimento de novas dinâmicas de reengenharia de sistemas;

1.3. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;

1.4. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na fiabilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes;

1.5. Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.

2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:

2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;

2.2. Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;

2.3. Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;

2.4. Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.

3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:

3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;

3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;

3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.

4. Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:

4.1. Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;

4.2. Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espectro alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;

4.3. Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo;

4.4. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.

5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:

5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, em linha com os desafios do setor e padrões da regulação;

5.2. No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética, alinhado com os objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.

6. Assegurar as boas práticas na gestão do ciclo de vida dos ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:

6.1. Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;

6.2. Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização;

6.3. Atualização dos processos de planeamento de investimentos;

6.4. Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos;

6.5. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

7. Capitalizar a nível internacional as competências e capacidades existentes na empresa, quando solicitado pela AdP Internacional.

Objetivos estratégicos e setoriais:

Em cumprimento do disposto no art.º 18º do Estatuto do Gestor Público, conjugado com o disposto no n.º 13 do art.º 3º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, os membros do Conselho de Administração da EPAL, eleitos na condição de gestores executivos, por Deliberação Unânime Escrita, do dia 17 de abril de 2023, submeteram em 2023, à análise da UTAM a proposta de contratos de gestão, respetivos objetivos, indicadores e metas, a qual ainda se encontra em apreciação.

Os objetivos para o mandato abrangem o período 2023-2025, pelo que a informação apresentada em seguida inclui apenas o ano de 2025 (último ano de mandato), não incluindo os anos de 2026 e 2027 (anos de projeção do PAO).

Os objetivos estratégicos previstos são os seguintes:

- Eficiência de Gestão – PRC

Rácio de eficiência operacional, calculado pelo rácio entre gastos operacionais e volume de negócios.

Considerado o indicador constante no PAO, ou seja, corrigido dos impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, bem como dos fatores excecionais e não comparáveis, designadamente os decorrentes da crise geopolítica e de novas atividades aprovadas em sede de PAO como tal.

Os valores de referência (metas) para o indicador foram definidos com base numa variação face aos valores previstos no PAO, sendo que nos termos das orientações para o PAO esses valores resultam por si só numa redução face ao valor real do ano anterior.

Cálculo	Ano 2025		
	Escala		Peso
<p>PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]</p> <p>Varição face ao PAO proposto</p>	<p>VAR ≤ -1%</p> <p>-1% < VAR ≤ 0%</p> <p>0% < VAR ≤ +1%</p> <p>VAR > +1%</p>	<p>GC = 100%</p> <p>GC= 80%</p> <p>GC= 50%</p> <p>GC= 20%</p>	15%

- Resultado operacional com correção de imparidades e provisões

Resultado operacional corrigido de imparidades e provisões, bem como dos fatores excecionais e não comparáveis.

As metas foram definidas no sentido de o resultado operacional ter uma evolução crescente no triénio, com uma política criteriosa de gestão de gastos, atentas as limitações da empresa em termos de volume de negócios (mesma base de clientes, tarifa atualizada abaixo da inflação real e sensibilização constante dos consumidores no sentido da redução de consumos de água).

Os valores de referência para o cálculo do indicador foram definidos com base numa variação face aos valores históricos da Empresa (para 2023 o comparativo será o valor real do ano de 2022 e assim sucessivamente nos anos seguintes).

Cálculo	Ano 2025		
	Escala		Peso
VAR = (RO Real n / RO Real n-1) -1 (indicador em %)	VAR ≥ +1% 0% ≤ VAR < +1% -1% ≤ VAR < 0% VAR < -1%	GC = 100% GC= 80% GC= 50% GC= 20%	10%

- RoA (Return on Assets, definido como EBIT a dividir pelo ativo total)

Corresponde ao rácio entre o EBIT (resultado operacional) ajustado, e o ativo total médio do período.

Os valores de referência para o cálculo do indicador foram definidos com base numa variação face aos valores previstos no PAO.

Cálculo	Ano 2025		
	Escala		Peso
VAR = (RoA Real / RoA PAO) -1 (indicador em %)	VAR ≥ +1% 0% ≤ VAR < +1% -1% ≤ VAR < 0% VAR < -1%	GC = 100% GC= 80% GC= 50% GC= 20%	10%

- Respeito pelos prazos de pagamento

Indicador de tesouraria que pretende monitorizar o respeito da empresa pelos prazos de pagamento.

Na definição das metas foi tido em linha de conta os prazos de pagamento contratuais da empresa (30 dias) e a legislação relevante para o SEE nesta matéria, designadamente o “Programa Pagar a Tempo e Horas” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2008).

Atendendo a que o PMP que a empresa apresenta nos últimos anos se encontra ao nível (ou ligeiramente abaixo) do prazo contratual dos 30 dias, as respetivas metas foram fixadas tendo esse

fator. Para as metas foi tido em linha de conta a necessidade de não degradação da tesouraria da empresa, não fixando prazos inferiores aos contratuais.

Cálculo	Ano 2025		
	Escala		Peso
VAR = (PMP Real / PMP PAO) -1 (indicador em %)	VAR < 0%* 0% ≤ VAR < +5% +5% ≤ VAR < +10% VAR ≥ +10% * Com limite de 29 dias, inclusive	GC = 100% GC= 80% GC= 50% GC= 20%	5%

- Resiliência

A Estação Elevatória (EE) I dos Olivais é parte integrante do Sistema de Distribuição da cidade de Lisboa e tem a função de elevar o caudal afluyente pelo Aqueduto Tejo para 3 das 4 zonas em que se divide o sistema de distribuição em termos de patamares altimétricos, nomeadamente as zonas alta (80m), média (60m) e baixa (20m). A EE1 é uma infraestrutura chave na sustentação da resiliência do sistema, em especial o posto de seccionamento que serve simultaneamente a EE1 e a EE2.

O indicador corresponde à data de adjudicação da empreitada de reabilitação da estação Elevatória dos Olivais, sendo avaliado com base na data de deliberação da adjudicação em Conselho de Administração.

Cálculo	Ano 2025		
	Escala		Peso
Adjudicação da empreitada de Reabilitação da Estação Elevatória 1 dos Olivais Data da deliberação da adjudicação em Reunião de Conselho de Administração.	Adjudicação até final do primeiro trimestre de 2025 Adjudicação no 2º trimestre de 2025 Adjudicação no 3º trimestre de 2025 Não adjudicação até 30.09.2025	GC = 100% GC= 80% GC= 50% GC= 20%	5%

Os objetivos setoriais previstos para o mandato são os seguintes:

- Qualidade da água fornecida

Trata-se de um indicador fundamental para aferir a qualidade do serviço prestado no abastecimento de água.

O indicador é definido como a percentagem de água controlada e de boa qualidade, sendo esta o produto da percentagem de cumprimento da frequência de amostragem pela percentagem de cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação dos parâmetros sujeitos a controlo de rotina 1, controlo de rotina 2 e controlo de inspeção, tal como definido nos Planos de Controlo da Qualidade da Água aprovados pela ERSAR, nos termos da legislação vigente.

A avaliação do grau de desempenho para este indicador é calculada para vários patamares de desempenho, uma vez que não se pretende avaliar a melhoria face ao ano anterior, mas garantir níveis de excelência da qualidade da água em cada ano.

A definição destes patamares teve, na sua base, a escala definida pela ERSAR, tendo sido aplicada maior exigência face aos intervalos definidos pela ERSAR.

Cálculo	Ano 2025		
	Escala		Peso
AQA - Avaliação da Qualidade da água (Fórmula de Água Segura do Indicador da ERSAR)	AQA ≥ 99,00% 98,5% ≤ AQA < 99,00% 97,00% ≤ AQA < 98,5% AQA < 97,00%	GC = 100% GC = 80% GC = 50% GC = 20%	20%

- Plano de manutenção

Só garantindo a condição de um equipamento podemos garantir a sua fiabilidade/eficácia, assim como a sua eficiência e disponibilidade. O Cumprimento dos Planos de Manutenção permite assim garantir que, os equipamentos considerados relevantes e abrangidos pelos mesmos, encontram-se em boa condição, bem como a deteção prévia de problemas que poderiam levar à avaria e ou falha do equipamento.

Os valores de referência decorrem das melhores práticas e benchmarking aplicadas à “*Preventive Maintenance Compliance (PM)*”.

Cálculo	Ano 2025		
	Escala		Peso
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva-CPM (%) (Ações executadas/Ações previstas) x 100	CPM ≥ 90,00% 80,00% ≤ CPM < 90,00% 70,00% ≤ CPM < 80,00% CPM < 70,00%	GC = 100% GC = 80% GC = 50% GC = 20%	10%

3. PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO

3.1. Sumário executivo

Após os anos de 2020 e 2021 terem sido marcados pela pandemia da Covid-19 e os efeitos causados não só ao nível da saúde pública, mas também no forte impacto ocorrido na atividade socioeconómica do país e do mundo, os anos de 2022 e 2023 voltam a ser afetados por acontecimentos imprevistos que continuaram a perturbar a atividade económica do país, com reflexos diretos na atividade da empresa, em grande medida decorrente da guerra da Rússia na Ucrânia.

Se a pandemia afetou essencialmente os rendimentos da Empresa, já o conflito na Ucrânia afetou essencialmente as rubricas de gastos, com os impactos da pressão inflacionista nos produtos em geral, e na energia em particular (eletricidade e combustíveis), bem como da escalada nas taxas de juro. Verificaram-se incrementos nos preços e dificuldades acrescidas na contratação de prestações de serviços e de empreitadas.

Desde 2022 que a retoma da atividade económica em Portugal, sobretudo na região de Lisboa, tem permitido o crescimento do volume de negócios da Empresa, fruto da conjugação do aumento da procura e do aumento do número de clientes, sobretudo no segmento comércio e indústria. Este efeito, conjugado com uma criteriosa gestão dos gastos operacionais, permitiu que a Empresa demonstrasse uma vez mais um sólido desempenho financeiro, apresentando resultados que mostraram resiliência e capacidade de manter um crescimento sustentável, mesmo num contexto crítico de crise geopolítica, com falta de mão de obra, aumento dos preços de energia, interrupção nas cadeias de abastecimento e o ressurgimento de inflação e das taxas de juro a níveis historicamente altos.

A EPAL manter-se-á empenhada no próximo triénio em torno dos valores da eficiência, da produtividade, da inovação e desenvolvimento e da qualidade, planeando de forma flexível, com elasticidade e agilidade para, se necessário, adotar novos rumos e orientações.

Os pilares estratégicos definidos pelo Conselho de Administração constituem um referencial que fixa o posicionamento da EPAL, e projeta o futuro no domínio de intervenção da empresa, com o propósito final de fazer a diferença na vida dos seus *stakeholders*.

Os 5 eixos estratégicos definidos foram os seguintes:

- A. **Requalificação e valorização de Ativos**, apostando na renovação das suas redes de abastecimento, requalificação dos seus ativos operacionais e não operacionais, bem como na reabilitação e requalificação do seu vasto património histórico e monumental;
- B. **Resiliência do Serviço**, duplicando e criando redundância das suas instalações e processos de abastecimento, adequação dos sistemas de abastecimento a secas extremas e alterações climáticas, bem como otimização da rede da cidade de Lisboa para garantir cada vez mais níveis de excelência das perdas de água;
- C. **Eficiência e Sustentabilidade**, com uma aposta forte e decisiva na Economia Circular, nos processos de neutralidade energética, descarbonização da pegada direta e indireta da sua atividade, a criação/consolidação de diversos planos de valor acrescentado, como são exemplos os planos de reutilização de lamas, os planos de reflorestação e de restauração de subsistemas (em estreita parceria com autarquias, entidades publicas, ONGAS, etc.), e os planos de reutilização das águas residuais;
- D. **Inovação e Digitalização**, com a criação e implementação de inúmeras iniciativas internas e externas, como são exemplo a implementação de um centro de gestão de energia e emissões, o reforço do conhecimento através da Academia da Água, a digitalização global da rede, dos serviços aos clientes em baixa, dos seus produtos e serviços, etc.;
- E. **Solidariedade Ativa**, através do reforço do tarifário social, a partilha de espaços da empresa com a comunidade, apoio social aos trabalhadores, antigos trabalhadores e respetivas famílias.

Encontram-se já em curso inúmeras atividades, as quais visam permitir a renovação e melhoria dos seus ativos, e o pleno funcionamento das suas instalações, a eficiência da operação, nomeadamente promovendo a neutralidade energética e aposta na economia circular, a digitalização plena da Empresa e dos seus principais processos e, sem descurar, a continuidade do apoio social, quer interno, quer externo, promovendo o bem-estar geral.

Para consubstanciar esta renovada ambição, a EPAL tem preparado um ciclo de investimento extremamente exigente em termos de dimensionamento, complexidade e cronograma de execução. Os referidos investimentos mobilizadores no setor da água e os desafios e oportunidades da transição energética no Setor, a importância do conhecimento na mitigação e adaptação às alterações climáticas, o papel da inovação e desenvolvimento e da capacitação de quadros, serão assim apostas decisivas da EPAL. No quadro das perspetivas referidas, alicerçadas na sólida sustentabilidade

económica e financeira da empresa, a EPAL pretende assim continuar a promover o desenvolvimento das suas competências e da excelência dos serviços públicos que presta às populações que serve.

3.2. Orientações e Pressupostos

O Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estabelece a obrigatoriedade de apresentação da proposta de Plano de Atividades/Investimentos e Orçamento para cada ano de atividade, reportado a cada triénio. Esta obrigação tem enquadramento no âmbito das orientações anuais da Direção Geral de Tesouro e Finanças (DGTf), através de ofício específico (Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão).

Para o processo orçamental de 2025, foram consideradas as orientações constantes na Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (Orçamento de Estado para 2024), as disposições inscritas no Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (Normas de Execução do Orçamento de Estado para 2024), bem como as Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025 (IPG).

O PAO encontra-se suportado no Orçamento da EPAL para 2025 e no Plano de Investimentos 2025-2029, documentos que refletem um conjunto de atividades e investimentos estruturantes para o ano de 2025 e seguintes, visando trazer maior valor para o Cliente e para o Ambiente, assegurar um perfil financeiro sustentável e um adequado e justo retorno ao Acionista.

Nos termos do previsto nas Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2025, o ano de referência tomado para a elaboração do plano anual é o ano de 2024, com base na melhor estimativa à data de elaboração da proposta de PAO. Face a este, perspetiva-se a atividade da empresa e fundamentam-se os aumentos e decréscimos dos respetivos orçamentos, obviamente referindo os dois últimos exercícios (2022 e 2023) nos casos em que tal se mostre necessário para explicar trajetórias ou variáveis. Nos anos subsequentes (2026 e 2027) foram considerados como anos de referência os exercícios anteriores.

O PAO para 2025 tem em conta os recursos financeiros e as fontes de financiamento disponíveis, o cumprimento da missão e dos objetivos a que a empresa foi incumbida, bem como as estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, identificando, sempre que possível, os objetivos a alcançar e explicitando os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.

Dando cumprimento às orientações constantes na Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (Orçamento de Estado para 2024), às disposições inscritas no Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro de 2024

(Normas de Execução do Orçamento de Estado para 2024), bem como às Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, e ainda ao disposto no n.º 6 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, no presente documento, para além da projeção das principais rubricas orçamentais para o período de 2025/2027, é apresentado o Plano de Investimentos para o mesmo período.

Assim, em conjunto com o plano de atividades são incluídas as demonstrações financeiras previsionais detalhadas, designadamente a demonstração da posição financeira, a demonstração de resultados por natureza e a demonstração de fluxos de caixa previsionais, e o plano de investimentos quantificado e detalhado com as respetivas fontes de financiamento.

Os pressupostos macroeconómicos encontram-se em linha com as recomendações do acionista e da Entidade Reguladora do Setor - ERSAR.

Pressupostos	Orçamento 2025	Projeção 2026	Projeção 2027
Euribor 3m	2,80%	2,50%	2,50%
Euribor 12m	2,78%	2,48%	2,48%
Financiamentos BEI existentes	Cf. contrato	Cf. contrato	Cf. contrato
Financiamentos BEI novos	4,0%	4,0%	4,0%
Financiamentos BEI novos - spread	0,8%	0,8%	0,8%
Taxa das aplicações de tesouraria	1,8%	1,5%	1,5%
Inflação - IHPC	2,1%	2,0%	2,0%
Inflação - IPC	2,6%	2,5%	2,3%
PIB (real)	1,9%	2,0%	1,5%

Princípios gerais para elaboração dos PAO (ponto 3. das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027):

Conforme já referido anteriormente, o PAO encontra-se suportado no Orçamento para 2025 (preparado com base nas demonstrações financeiras da estimativa para o exercício de 2024), e no Plano de Investimentos 2025/2029.

A proposta de PAO 2024/2026 apresentada pela empresa foi aprovada em 7 de março de 2024 por despacho das tutelas financeira e setorial (Secretário de Estado do Tesouro e Secretário de Estado do Ambiente).

A atividade projetada da Empresa é sustentada tendo em conta os recursos financeiros e as fontes de financiamento disponíveis, o cumprimento da sua missão e dos seus objetivos, bem como as estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, permitindo assim alcançar resultados projetados crescentes face aos atuais.

Importa ainda salientar que a EPAL apresenta anualmente informação de natureza económica e financeira ao acionista e à Entidade Reguladora do Setor, que permite uma avaliação dos rendimentos, gastos, ativos, capitais próprios e passivos da Empresa de forma desagregada face às diferentes atividades que desenvolve.

Nos valores apresentados em milhares ou milhões de euros, nos quadros do presente documento, eventuais diferenças nos totais resultam de arredondamentos.

Conforme disposto no ponto 3. das Orientações para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, na proposta de PAO devem ser identificados e quantificados:

- ❖ Os gastos e réditos associados às novas atividades a desenvolver e os indicadores de execução material e financeira que permitam aferir a respetiva viabilidade económica e financeira e a sua sustentabilidade:

No PAO da EPAL para o triénio 2023/2025 a EPAL individualizou, pela primeira vez, como nova atividade o negócio Aquamatrix. Não tendo essa solicitação sido alvo de aprovação expressa no Despacho de aprovação do PAO de 2023, foi, contudo, autorizada a dedução dos gastos incorridos com a atividade em apreço, tendo-se voltado a reiterar tal pedido no PAO para 2024.

O AQUAmatrix® - Aplicação Integrada para Gestão Comercial de Águas, Saneamento e Resíduos Sólidos foi desenvolvido pela EPAL, e é sua integral propriedade. Desenvolvido inicialmente para uso exclusivo da EPAL (nos anos 90), a partir de 2002 e com a solicitação por parte de outras entidades do setor para disponibilizar a utilização do AQUAmatrix, constatou-se existir uma oportunidade de negócio com a comercialização da aplicação e serviços associados, sendo que em finais de 2007 foi criada uma área de negócio específica para o efeito.

Neste momento, o AQUAmatrix está presente em mais de 40 entidades gestoras de Água, Saneamento e Resíduos, com uma quota de mercado nacional de cerca de 44% com 2,5 milhões de clientes finais, considerando um universo 5,5 milhões de clientes. A nível internacional o AQUAmatrix está implementado em Angola e em Cabo Verde.

Apesar de ser uma atividade que se não se iniciou recentemente (conforme referimos anteriormente esta proposta constou no PAO 2023/2025), considerou-se, contudo, que preenchia todos os requisitos para ser autonomizada como uma nova atividade, devido aos seguintes fatores:

- Nível de maturidade que atingiu (rendimentos na ordem dos 2 milhões de euros e uma quota de mercado a rondar os 44%);
- Desenvolver-se em mercado concorrencial, o que por vezes não se coaduna com as disposições mais limitativas em vigor para o SEE, nomeadamente em termos de recrutamento de pessoal;
- Necessidade de assegurar permanentemente o cumprimento contratual existente com os seus clientes, o que implica gastos acrescidos extraordinários, como por exemplo deslocações e alojamento não previstos;
- Os rendimentos do AQUAmatrix não concorrem para o volume de negócios da Empresa, atendendo ser uma atividade acessória (é registado nas demonstrações dos resultados em outros rendimentos e ganhos operacionais). Por esse facto a EPAL não tem vindo a considerar a faturação desta atividade no apuramento do volume de negócios, mas tem considerado todos os gastos associados nos seus gastos operacionais, para efeito do cumprimento dos princípios financeiros legais de otimização de desempenho (nomeadamente a eficiência operacional).

O negócio Aquamatrix serve os clientes externos e a própria EPAL, sendo que no âmbito de “nova atividade” consideraram-se apenas os gastos e rendimentos associados aos clientes externos, ficando os gastos com o cliente EPAL incluídos nos gastos operacionais decorrentes da atividade normal da Empresa. O apuramento destes gastos é feito através do sistema de contabilidade analítica da Empresa, que apura os gastos individualizados por cada um dos clientes do negócio.

Para o horizonte temporal do PAO, estão previstos rendimentos para esta atividade acima dos 2 milhões de euros/ano (registados em outros rendimentos operacionais e que não concorrem para o volume de negócios). Já os gastos (apenas aqueles com impacto no rácio de eficiência operacional) estimados para o período do PAO ascendem a cerca de 1,2 milhões de euros.

Aquamatrix	2023	2024	2024	2025	2026	2027
Unidade: 1000 EUR	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
CMVMC (a)	0	0	0	0	0	0
FSE (b)	348	325	335	335	345	335
Gastos com Pessoal (c)	690	781	735	818	855	855
(1) GO Total (a+b+c)	1.038	1.106	1.070	1.153	1.200	1.190
(2) Volume de Negócios	0	0	0	0	0	0

Atendendo ao exposto vem a empresa reiterar a necessidade de ajustar o rácio de eficiência operacional com esta realidade, designadamente com o ajustamento dos gastos operacionais

incorridos com a atividade relativa aos clientes externos que dá origem a rendimentos que não se encontram reconhecidos no volume de negócios mas sim em outros rendimentos operacionais.

- ❖ Eventuais contingências, nomeadamente garantias concedidas, e comprovativo de obtenção prévia do respetivo cabimento, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 112/97, de 16 de setembro, na sua redação atual

Não aplicável, não se prevendo a existência de contingências, nomeadamente a concessão de garantias

- ❖ Os eventos sem repetição que traduzam impactos financeiros de elevada materialidade, com a respetiva caracterização e estimativa das implicações financeiras em cada ano do triénio:

Não aplicável, não se prevendo a existência de eventos sem repetição com impactos financeiros de elevada materialidade.

- ❖ Conjunto de gastos, projetos e investimentos que sejam financiados através de fundos comunitários, com o respetivo planeamento e calendarização, identificando claramente os que serão objeto de financiamento no âmbito do PRR com detalhe sobre a dimensão, componente e investimento/reforma a que respeitam:

Não se prevê a atribuição de novos subsídios para o período de projeção do PAO, sejam eles fundos comunitários ou financiamentos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. Em 2024 considerou-se o fecho das candidaturas a fundos comunitários referentes a projetos de eficiência energética, e que se encontram em fase de conclusão.

3.3. Orientações Financeiras para o triénio 2025-2027

Nas alíneas seguintes analisa-se o cumprimento das orientações financeiras, para o horizonte temporal do PAO, constantes do ponto 2. das Orientações para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027.

Nos termos do disposto nas Orientações, está previsto que *as empresas públicas cujo PAO plurianual não preveja uma melhoria do desempenho financeiro no triénio deverão fundamentar porque não o conseguem, indicando as razões que o determinam e a estratégia de correção a médio prazo desta situação. A não observação da melhoria de desempenho, desde que, devidamente fundamentada, poderá ser autorizada pelo membro do Governo responsável pela área das finanças.*

Assim, conforme previsto nas Orientações, desde que devidamente fundamentado, a empresa tem a possibilidade de solicitar a autorização para a dispensa de cumprimento dos indicadores de desempenho financeiro no triénio do PAO.

a) Crescimento gradual do volume de negócios (vendas e prestações de serviços) e a maximização das receitas mercantis

A atividade direta da EPAL compreende duas atividades distintas: o abastecimento de água em Alta a entidades gestoras, e o abastecimento de água em Baixa aos utilizadores finais no município de Lisboa, existindo um tarifário distinto para cada uma destas atividades e dentro da atividade em Baixa para os diversos segmentos de clientes.

- **Água em Alta**

A EPAL é responsável pela produção (captação e tratamento) de água para consumo humano e entrega da mesma a 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa) – 17 clientes municipais abastecidos diretamente, e os restantes abastecidos por via de duas entidades gestoras multimunicipais.

A sua atividade é desenvolvida numa área geográfica que se estende desde a albufeira de Castelo de Bode até aos concelhos limítrofes de Lisboa;

- **Água em Baixa**

A EPAL é responsável pela distribuição domiciliária de água na cidade de Lisboa a mais de 368 mil clientes, prestando igualmente serviços inerentes ao fornecimento de água, tais como o atendimento e assistência domiciliária;

- **Outras Atividades**

Paralelamente à sua atividade principal, a EPAL tem vindo nos últimos anos a desenvolver e potenciar outros produtos e serviços relacionados com o ciclo da água, de entre os quais se destacam:

- ***Sistema de informação e gestão comercial – AQUAmatrix***

O AQUAmatrix é um projeto criado no seio da EPAL em 1995, que teve o seu arranque em novembro de 1996. Desde então tem vindo a desenvolver-se a aplicação e a comercializá-la a outras entidades. Tem por objetivo melhorar o modelo de gestão através de uma abordagem integrada da gestão comercial e técnica, suportada em sistemas de informação que garantem o aumento da eficiência e eficácia. Tem vindo a ser sistematicamente enriquecido com funções de mobilidade e incrementado ao nível da informação estratégica, operacional e tática, dispondo atualmente de uma quota de mercado nacional superior a 40%;

- ***Sistema de redução de perdas de água – WONE (Water Optimization for Network Efficiency)***

O WONE é um sistema que, com base na implementação de zonas de monitorização e controlo e na análise dos respetivos dados de caudal e pressão, permite combinar processos e integrar a informação relevante para a gestão de redes e o controlo de perdas de água. Encontra-se vocacionado para uma estratégia focada na eficiência, na redução de perdas e na otimização do sistema de abastecimento, cujos resultados são relevantes em termos económicos, sociais e ambientais. É suportado por uma aplicação informática que permite automatizar a integração dos dados de monitorização das ZMC.

- ***Sistema de informação e incentivo à eficiência de utilização de água – Waterbeep***

O Waterbeep é um serviço inovador em Portugal através do qual é possível disponibilizar aos clientes informação sobre o consumo de água, permitindo-lhes otimizar o uso da água nas suas habitações, espaços comerciais, industriais ou escritórios. Este serviço inclui ainda a emissão de alertas, cujo envio pode ser efetuado por sms e/ou e-mail, sinalizando consumos de água diferentes do padrão habitual e ainda possíveis roturas, permitindo, assim ao cliente minimizar as perdas e gastos desnecessários de água.

- ***Prestação de serviços de análise e controlo laboratorial***

Os laboratórios de ensaio da EPAL são detentores de grande credibilidade no setor laboratorial nacional e europeu, facto que é comprovado pelas instituições que recorrem aos seus serviços analíticos, com especial relevância, a nível nacional, para a Administração Central, Direção Geral de Saúde (DGS), Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), autarquias, através das Câmaras Municipais ou dos seus Serviços Municipalizados e as empresas do Grupo AdP, entre outras.

Nos últimos anos, numa filosofia de rentabilização da sua atividade, tem vindo a apresentar-se a diversos concursos públicos e convites para prestação de serviços de colheita de amostras e/ou realização de análises em diversas matrizes de águas e ensaios a materiais em contacto com a água para consumo humano.

- ***Prestação de serviços de aferição e reparação de contadores***

A EPAL assegura a gestão e manutenção do respetivo parque de contadores de água e de medidores de caudal, constituído atualmente por mais de 350.000 unidades, dando sequência à prática adotada, desde a sua fundação em 1868, pela Companhia das Águas de Lisboa. Herdeira deste conhecimento, a Área de Laboratório de Contadores congrega competências nos domínios da medição, gestão do parque, planeamento da manutenção, reparação, controlo metrológico e calibração de contadores mecânicos de água fria e de medidores de caudal eletromagnéticos. De forma a maximizar esta área, têm vindo a ser desenvolvidos trabalhos de idêntica natureza para outras entidades externas.

- ***Cursos de formação profissional através da Academia das Águas Livres***

A Academia das Águas Livres foi criada pela EPAL e inaugurada em 4 de outubro de 2013, na sequência da tomada de consciência de uma lacuna em Portugal, ao nível da oferta formativa para quadros técnicos e operacionais do Setor da Água e Ambiente. Desta forma, e no âmbito da certificação da EPAL como entidade formadora pela Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), procura responder às necessidades deste Setor, o qual se encontra em permanente evolução e crescimento, exigindo cada vez mais qualificações teóricas associadas a competências adquiridas no meio empresarial.

A Academia tem como missão, desenvolver e valorizar as competências de gestão, técnicas e comportamentais específicas dos quadros e técnicos que trabalhem ou venham a trabalhar em entidades do Setor da Água e Ambiente e pretende constituir-se como uma

referência nacional, no que diz respeito ao desenvolvimento e partilha do conhecimento necessário a todos os que se preparam para intervir ou já intervêm na diversidade de Organizações e Instituições que integram este Setor. Para o desenvolvimento da sua atividade formativa, a Academia dispõe de condições privilegiadas e flexíveis ao nível das infraestruturas, abrangendo, para além do edifício da formação com quatro salas devidamente equipadas e uma área de convívio para intervalos, espaços verdes sustentáveis e estacionamento. Conta ainda com uma bolsa de formadores altamente especializados nas matérias abordadas nos cursos, assegurando a resposta e acompanhando de forma inovadora as constantes evoluções e necessidades do mercado onde opera.

Ao nível destas “Outras Atividades”, e embora as mesmas representem um valor marginal face à apresentada pelas atividades principais, as mesmas representam uma efetiva e forte aposta na inovação e desenvolvimento da marca EPAL, procurando responder a oportunidades de negócio, consciente das condições que reúne para o efeito e das vantagens que advêm para si própria e para o País, em termos de prestígio, de experiência e de reforço do seu *know-how*. Estas atividades, não fazendo parte da atividade principal da Empresa, contabilisticamente estão consideradas em Outros Rendimentos Operacionais, não concorrendo assim para o apuramento do volume de negócios da empresa.

Ao nível das atividades principais (abastecimento de água em Alta e Baixa), as receitas da Empresa resultam essencialmente dos níveis de procura por parte dos seus clientes, atendendo que não se perspetiva a expansão da atividade, com exceção de novos clientes devido ao aumento do número de consumidores em cada uma das áreas abastecidas pela EPAL. É importante salientar que foram desenvolvidas diversas ações com o objetivo de sensibilização para o uso eficiente da água, pelo que se assistiu, fruto de uma maior consciência ambiental dos seus clientes, a uma redução por essa via dos volumes fornecidos.

Nos anos de 2020 e 2021, em resultado da pandemia verificou-se a uma redução significativa nos consumos dos clientes diretos, nomeadamente com os decréscimos de volume nos segmentos de comércio e indústria e instituições, em consequência da redução da atividade económica na cidade de Lisboa. Desde 2022 que se assiste já a uma recuperação dessa quebra, perspetivando-se no período de projeção do PAO atingir o pico dessa retoma que se estima manter para os períodos seguintes.

Em 2015, as tarifas a aplicar pela EPAL no período de convergência tarifária (2016-2020) foram definidas no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, nos Anexos IV e V. Estando previsto a EPAL apresentar a sua proposta de tarifário para o quinquénio seguinte, a pandemia veio adiar esse processo, tendo a atualização das tarifas nos últimos anos tido por base a aplicação, às tarifas em vigor, da taxa de inflação prevista.

A atualização tarifária para 2024, aprovada em Conselho de Ministros, de 8 de agosto, foi publicada em Diário da República através do Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro. O Decreto-Lei define as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores, aplicando os valores de 2023 ajustados à taxa de inflação. Por Despacho da Senhora Ministra do Ambiente e Energia, de 31 de outubro de 2024, e ao abrigo das competências previstas nos n.ºs 1 e 6 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 32/2024, de 10 de maio, foi aprovada:

- A atualização das tarifas a aplicar, em 2024, nas atividades “em alta”, previstas no n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, na redação atual, nos termos propostos pela Empresa, através do ofício S/2023/62862, de 4 de outubro de 2023, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro, com produção de efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2024;
- A atualização das tarifas a aplicar, em 2024, pela EPAL na sua atividade de distribuição domiciliária de água em Lisboa, referida no n.º 4 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, na redação atual, nos termos propostos pela Empresa, através do ofício S/2023/62862, de 4 de outubro de 2023, com efeitos a partir do dia 1 de novembro de 2024.

Assim, para a estimativa de 2024 considerou-se a atualização da tarifa em vigor em 2023 à taxa de inflação (IHPC) prevista nas Orientações para o orçamento de 2024 (3,3%), para as Vendas em Alta retroativa a janeiro, e para as Vendas em Baixa aos clientes diretos, aplicável apenas aos meses de novembro e dezembro de 2024.

Não obstante estar em fase de preparação a proposta tarifária para o próximo período quinquenal, uma vez que não se encontra ainda finalizada assumiu-se, ao longo do período de projeção (2025-2027), que a estimativa para a componente de venda de água resultaria da previsão de volumes por segmento de cliente ao qual foi aplicada uma tarifa estimada para cada um desses períodos (na ausência de tarifa fixada assumiu-se a atualização da tarifa de 2024 à taxa de inflação prevista para cada ano nas Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025 – IHPC – 2,1% em 2025 e 2,0% em 2026 e 2027). Também a quota de serviço (componente fixa) foi estimada

tendo em conta a evolução prevista para o n.º de clientes diretos e as tarifas atuais atualizadas com a mesma metodologia acima referida para a componente variável.

Para o ano de 2025 o incremento no volume de negócios decorre exclusivamente do acréscimo de tarifa (2,1% correspondente à inflação estimada para 2025 - IHPC), pois perspetiva-se uma estabilização nos volumes no triénio do PAO e até uma ligeira redução em 2025 face à previsão de fecho para 2024.

I/PAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024	2026 vs 2025	2027 vs 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
a) Volume de negócios	183.896	188.453	192.370	196.414	2%	2%	2%	2%

A Empresa cumpre a instrução de prever um crescimento gradual do volume de negócios e a maximização das receitas mercantis, cf. alínea a) do n.º 2 das Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2025.

b) Melhorar o resultado operacional, líquido de provisões e imparidades, e refletir esta orientação nos objetivos, planeamento da atividade e planeamento financeiro

Se ao nível do volume de negócios a empresa tem pouca flexibilidade/autonomia para influenciar o indicador, pois os volumes decorrem do nível de procura (para o qual a empresa sistematicamente alerta para a necessidade de racionalidade dos consumos) e as tarifas são fixadas pelo Estado, já ao nível dos gastos operacionais tem mais margem de intervenção.

De facto, a EPAL tem vindo ao longo da última década, reiterada e consistentemente, assentando a sua gestão numa política exigente ao nível do controlo e racionalização de custos, promovendo a maximização da sua eficiência económica e financeira, tentando, contudo, não afetar a qualidade do serviço público que presta, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, sempre norteada por elevados padrões de qualidade e segurança.

Por conseguinte, a Empresa cumpre e aplica na plenitude as boas práticas e procedimentos decorrentes dos processos de contratação pública, quer individualmente, quer ao nível do processo centralizado instituído no Grupo Águas de Portugal, do qual faz parte. Aproveitando a maturidade que a EPAL tem vindo a dispor nestes processos, os quais têm possibilitado uma maior capacidade de planeamento e controlo, estes procedimentos garantem a otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, através da obtenção de ganhos financeiros e da redução de custos, contribuindo para a otimização da capacidade da Empresa.

O exemplo do sucesso da política seguida pela EPAL é apresentado nos resultados obtidos todos os anos, onde são observados sistematicamente os valores planeados, cumprindo sempre a legislação e as orientações legais aplicáveis, as quais têm subjacente a racionalização económica e financeira, e maximizando os resultados obtidos pela Empresa, com a consequente distribuição constante de dividendos ao acionista.

Não obstante o aumento generalizado dos preços que resultam, em grande medida, das alterações dos pressupostos macroeconómicos para o período em projeção, para o triénio 2025/2027 a EPAL mantém a linha de continuidade da política até agora seguida, em termos nominais, sendo que o presente Plano de Atividades e Orçamento contempla na sua essência esse princípio específico.

O indicador tendo por base os valores da Demonstração dos resultados é o seguinte:

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 v s 2024	2026 v s 2025	2027 v s 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
b) EBIT, líq. de provisões, imparidades e correções de justo valor	78.677	77.998	77.657	79.344	-679	-340	1.687	223

Constata-se assim o cumprimento do indicador no triénio, apesar de incumprir em 2024.

Acresce que o aumento dos gastos com amortizações e depreciações tem um forte impacto na evolução do EBIT, devido ao forte aumento do plano de investimentos que a Empresa se propõe efetuar no ano de 2024 e seguintes, comparativamente com os valores históricos dos últimos anos.

Se excluirmos da análise o valor das amortizações, a evolução do indicador seria:

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 v s 2024	2026 v s 2025	2027 v s 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
b) EBIT, líq. de provisões, imparidades e correções de justo valor	105.494	107.279	110.609	114.684	1.784	3.331	4.074	3.063

Constata-se assim o impacto relevante que as amortizações têm nos indicadores de resultados, designadamente os impactos das entradas em exploração dos investimentos significativos em infraestruturas operacionais que constam do plano de investimentos da empresa.

Se ao indicador com base nos valores da Demonstração dos resultados ajustarmos os efeitos não comparáveis (imposições legais RH) ao cálculo do EBIT, a empresa cumpre a instrução de assegurar a melhoria do resultado operacional, quer no ano de 2025 quer em cada um dos anos do triénio do PAO:

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 v s 2024	2026 v s 2025	2027 v s 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
b) EBIT, líq. de provisões, imparidades e correções de justo valor	78.677	79.283	80.382	82.069	606	1.099	1.687	1.131

A Empresa vem solicitar que sejam tidos em linha de conta na avaliação do indicador relativo ao resultado operacional (medido pelo EBIT líquido de provisões e imparidades) os efeitos decorrentes de imposições legais, cumprindo assim a orientação prevista na alínea b) do n.º 2 das Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2025. Caso não sejam tidos em linha de conta os efeitos decorrentes das imposições legais no cálculo do indicador, a empresa cumpre no triénio, mas não nos exercícios de 2025 e 2026, solicitando nesse caso dispensa expressa do seu cumprimento.

c) Melhorar o resultado líquido, em execução da proposta de PAO, sempre que possível

Em linha com o que foi indicado no ponto anterior, a EPAL procura otimizar o resultado operacional da Empresa, bem como o resultado líquido. Para este último acresce, ao Resultado Operacional, a função financeira e os impostos.

Quanto à função financeira, a empresa tem vindo a procurar a rentabilização dos seus excedentes, sendo que, como empresa do Setor Empresarial do Estado que é, está obrigada a cumprir o princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, tendo assim pouca margem para procurar fontes alternativas para a maximização dos rendimentos financeiros. Deste modo, apenas concede Apoios de Tesouraria à AdP SGPS S.A., quando esta o solicita, e efetua aplicações pontuais em CEDIC junto do IGCP. Durante os dois últimos anos - 2023 e 2024 - a EPAL conseguiu rentabilizar os seus excedentes financeiros aproveitando o aumento das taxas de juros oferecidas pelos CEDIC, sendo que a remuneração dos apoios de tesouraria referidos ao acionista se encontra indexada a essas mesmas taxas.

No que respeita aos gastos financeiros, historicamente o endividamento da empresa é integralmente constituído por empréstimos bancários de médio e longo prazo contraídos junto do Banco Europeu de Investimentos, para financiamento de parte do seu Plano de Investimentos, tendo sido, desde 2022, penalizados pela conjuntura económica que provocou a subida abrupta e consistente das taxas de juro de mercado.

No horizonte temporal do PAO e em resultado da necessidade de financiar o Plano de Investimentos, que como já foi referido apresenta um aumento significativo, perspetiva-se uma redução dos resultados financeiros, quer por via da redução dos rendimentos com a diminuição das disponibilidades disponíveis para aplicação quer por via do encargos decorrentes dos novos empréstimos.

Tendo por base o resultado líquido da demonstração de resultados a empresa não cumpre, no ano de 2025, e na variação média no triénio o princípio de que deve melhorar o seu resultado líquido face ao ano anterior. Apenas em 2027 a Empresa consegue melhorar o seu resultado face a 2026.

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024	2026 vs 2025	2027 vs 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
c) Resultado líquido	56.034	54.301	53.548	54.275	-1.733	-753	727	-586

Se ajustarmos os efeitos não comparáveis (imposições legais-RH) ao cálculo do Resultado líquido, a empresa cumpre a instrução de assegurar a melhoria do resultado operacional nos anos de 2026 e 2027 e na média no triénio do PAO. Apenas em 2025 não consegue cumprir essa instrução.

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024	2026 vs 2025	2027 vs 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
c) Resultado líquido	56.034	55.188	55.428	56.156	-846	241	727	41

A Empresa vem solicitar que sejam tidos em linha de conta na avaliação do indicador relativo ao resultado líquido os efeitos decorrentes das imposições legais e a dispensa do cumprimento deste princípio no ano de 2025, sendo que nos exercícios de 2026, 2027 e na média do triénio é cumprida a orientação prevista na alínea c) do n.º 2 das Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2025.

Caso não sejam tidos em linha de conta os efeitos decorrentes das imposições legais no cálculo do indicador, a empresa não cumpre este indicador em 2025, 2026 e na média do triénio, solicitando nesse caso dispensa expressa do seu cumprimento.

d) Realizar apenas os novos investimentos (que não de substituição) que viabilizem um aumento do resultado operacional ou necessários à prestação de serviço público ou de serviço de interesse geral contratualizados

A análise dos investimentos é efetuada de forma detalhada e exaustiva no ponto 4. do presente documento.

A rentabilidade do ativo situa-se nos 9%:

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 v.s 2024	2026 v.s 2025	2027 v.s 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	9,0%	8,8%	8,7%	8,8%	-0,2 p.p.	-0,1 p.p.	0,1 p.p.	-0,1 p.p.

Tendo por base os resultados da demonstração de resultados a empresa não cumpre, no ano de 2025, e na variação média no triénio o princípio de que deve melhorar a rentabilidade do seu ativo face ao ano anterior. Apenas em 2027 a Empresa consegue melhorar o seu resultado face a 2026.

Se ajustarmos os efeitos não comparáveis (imposições legais RH) ao cálculo da rentabilidade do ativo, a empresa cumpre a instrução de assegurar a melhoria do ROA no triénio do PAO, não conseguindo apenas em 2025 assegurar esse cumprimento:

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 v.s 2024	2026 v.s 2025	2027 v.s 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	9,0%	9,0%	9,0%	9,1%	-0,1 p.p.	0,0 p.p.	0,1 p.p.	0,0 p.p.

De notar que o comportamento deste indicador está fortemente condicionado pelos crescimentos no ativo a que se assiste no período do PAO com um investimento global de 215,5 milhões de euros e que é descrito de forma detalhada no ponto 4 do presente documento.

A Empresa vem solicitar que sejam tidos em linha de conta na avaliação do indicador relativo à rentabilidade do ativo os efeitos decorrentes das imposições legais e a dispensa expressa do cumprimento deste princípio no ano de 2025, sendo que nos exercícios de 2026, 2027 e na média do triénio é cumprida a orientação prevista na alínea d) do n.º 2 das Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2025.

Caso não sejam tidos em linha de conta os efeitos decorrentes das imposições legais no cálculo do indicador, a empresa não cumpre este indicador em 2025, 2026 e na média do triénio, solicitando nesse caso dispensa expressa do seu cumprimento.

e) Otimizar a utilização dos recursos humanos, prevendo as ações de formação que permitam melhorar a produtividade, assegurando em cada ano que é melhorado o rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores

Relativamente ao quadro de pessoal e à evolução prevista para o mesmo, no período abrangido pelo presente PAO, consta no ponto 5. deste documento uma análise pormenorizada.

No que respeita às orientações financeiras para o triénio, nomeadamente a melhoria do rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores, o mesmo não será possível de observar pelos seguintes motivos:

- A atividade da empresa, conforme tem vindo a ser indicado há vários anos, é deficitária em termos de recursos humanos, pelo que o aumento do quadro de pessoal visa salvaguardar a eficiência, a segurança operacional e uma qualidade de serviço superiores às atuais, e não diretamente o aumento do volume de negócios;
- O aumento do plano de investimentos previsto, na sua maioria de melhoria e reabilitação de instalações e equipamentos) aumenta de forma relevante o valor dos gastos de depreciações e amortizações do exercício, degradando determinantemente o resultado operacional da empresa (sem esse aumento a melhoria do rácio seria assegurada);

Adicionalmente, e no que respeita às ações de formação previstas, a EPAL dispõe de uma Academia de Formação (Academia das Águas Livres), criada em 2013 na sequência da tomada de consciência de uma lacuna em Portugal, ao nível da oferta formativa para quadros técnicos e operacionais do Setor da Água e Ambiente, procurando responder às necessidades deste Setor, o qual se encontra em permanente evolução e crescimento, exigindo cada vez mais qualificações teóricas associadas a competências adquiridas no meio empresarial.

Sendo uma entidade certificada pela DGERT, tem como principal intuito desenvolver e valorizar as competências de gestão, técnicas e comportamentais específicas dos quadros e técnicos que trabalhem ou venham a trabalhar em entidades do Setor da Água e Ambiente, incluindo naturalmente os trabalhadores da EPAL que, são, inclusive, os principais formandos da Academia.

A Academia das Águas Livres dispõe de um plano de formação que abrange cursos de formação profissional contínua em diversas áreas, destacando-se as de Gestão e Operação de Sistemas de Águas, Controlo de Qualidade e Manutenção de Sistemas de Águas e Segurança. Estas áreas de formação e as respetivas ações visam a melhoria da produtividade dos trabalhadores da EPAL, e têm vindo ao

longo dos últimos anos a serem incrementadas com programas avançados e pós-graduações direcionadas para técnicos superiores.

A EPAL dispõe de mecanismos que potenciam a frequência de ações de formação, designadamente quer através de pedidos expressos dirigidos pelas próprias áreas da Empresa, quer através do processo anual de avaliação de competências individual, no qual são identificadas as ações que permitam ao trabalhador alcançar o seu máximo potencial de desempenho e desenvolvimento, atribuindo prioridades, identificando o responsável para que a ação de formação seja cumprida, e o impacto expectável da ação no desempenho do trabalhador.

No último triénio tem-se assistido a um aumento do número total de horas de formação ministradas aos trabalhadores da Empresa, perspetivando-se que a evolução se mantenha quer em 2024, quer no triénio 2025/2027.

Formação	2021	2022	2023
N.º de horas de formação	11.065	12.996	13.823

O rácio obtido, tendo por base os valores da Demonstração dos resultados é o seguinte:

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 v.s 2024	2026 v.s 2025	2027 v.s 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
e) Rentabilidade dos RH	115.649x	107.072x	106.154x	108.494x	- 8.577x	- 918x	2.340x	- 2.385x

Constata-se assim o não cumprimento em 2025 e na média do período do PAO, sendo possível assegurar o cumprimento apenas em 2027.

Se ajustarmos os efeitos não comparáveis (imposições legais RH) ao cálculo da rentabilidade dos RH, a empresa cumpre a instrução de assegurar a melhoria da rentabilidade nos exercícios de 2026 e 2027, não conseguindo em 2025 assegurar esse cumprimento:

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 v.s 2024	2026 v.s 2025	2027 v.s 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
e) Rentabilidade dos RH	115.649x	108.862x	109.934x	112.274x	- 6.786x	1.071x	2.340x	- 1.125x

Também este indicador não é alheio ao impacto do crescimento das amortizações em resultado da expectativa de concretização do plano de investimentos para período 2025-2027, excluindo esse feito o indicador na média do triénio, não cumprindo apenas em 2025:

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024	2026 vs 2025	2027 vs 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
e) Rentabilidade dos RH	115.649x	110.503x	114.663x	120.314x	- 5.146x	4.160x	5.651x	1.555x

A Empresa vem solicitar que sejam tidos em linha de conta na avaliação do indicador relativo à rentabilidade dos recursos humanos os efeitos decorrentes das imposições legais e a dispensa do cumprimento deste princípio no ano de 2025, sendo que nos exercícios de 2026 e 2027 é cumprida a orientação prevista na alínea e) do n.º 2 das Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2025.

Caso não sejam tidos em linha de conta os efeitos decorrentes das imposições legais no cálculo do indicador, a empresa não cumpre este indicador em 2025, 2026 e na média do triénio, solicitando nesse caso dispensa expressa do seu cumprimento.

f) Desenvolver planos financeiros que sustentem a atividade da empresa

No ponto 6 – informação financeira – é apresentado o planeamento financeiro para o triénio do PAO com a indicação das fontes de financiamento da atividade operacional e de investimentos.

No ponto 4. são analisados os investimentos previstos e detalhada a sua forma de financiamento.

Conforme disposto no ponto 2 f) das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, as empresas devem desenvolver planos financeiros que sustentem a atividade da empresa, incluindo os investimentos, com a apresentação das fontes de financiamento e a menção clara de que as ações ou investimentos estão contingentes na concretização de financiamentos. O plano financeiro deve separar de forma clara o financiamento da atividade operacional do investimento e o endividamento da empresa deve, como orientação geral, diminuir em termos nominais. Deve ser apresentado o *Return on Equity* (ROE, calculado como resultado líquido do exercício dividido pelo capital próprio), que deve melhorar em cada ano.

A previsão para o ROE (Return on equity) para o período 2025/2027 é sintetizada no quadro seguinte:

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024	2026 vs 2025	2027 vs 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	8,1%	7,8%	7,5%	7,5%	-0,4 p.p.	-0,2 p.p.	0,0 p.p.	-0,2 p.p.

Ajustando o efeito das Imposições legais o rácio melhora, mas não permite ainda assegurar o seu cumprimento.

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 v.s 2024	2026 v.s 2025	2027 v.s 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	8,1%	7,9%	7,8%	7,8%	-0,3 p.p.	-0,1 p.p.	0,0 p.p.	-0,1 p.p.

A Empresa vem solicitar que sejam tidos em linha de conta na avaliação do indicador relativo à rentabilidade do Capital Próprio os efeitos decorrentes das imposições legais e a autorização expressa para o não cumprimento deste princípio no ano de 2025 e no triénio (ponto 2 f) das Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2025.

g) Reduzir o endividamento, em termos reais

O crescimento global do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo novos investimentos com expressão material, fica limitado a 2%, nos termos do artigo 38.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro de 2023, que aprova o Orçamento do Estado para 2024.

Nos termos do n.º 1 do artigo 135.º do Decreto – Lei de Execução Orçamental, o limite indicado exclui os novos investimentos com expressão material que não figurem no plano de investimentos do ano anterior, e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior ao menor dos valores entre 10 milhões de euros ou o resultante da aplicação de 10% do orçamento anual da Empresa.

O ponto 4. das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, reitera a orientação de que a atividade das empresas públicas do SEE, e em especial o seu planeamento financeiro, para 2024, deve contemplar uma política de limitação do crescimento do endividamento das empresas, devendo o crescimento global do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluído de novos investimentos com expressão material e os previstos no PRR, ficar limitado a 2%.

O ponto 2 g) das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento, dispõe que o endividamento deve em 2025 diminuir em termos reais.

A Empresa tem vindo, ao longo dos últimos anos a reduzir de forma sustentada o seu nível de endividamento, conseguindo com o *cash flow* gerado fazer face aos compromissos decorrentes da sua atividade operacional, do investimento, dos dividendos distribuídos ao acionista e do serviço da dívida (amortização de capital e pagamento de juros) dos financiamentos contratados junto do BEI.

Ao nível dos encargos financeiros tinha vindo nos últimos anos beneficiado das taxas de juro historicamente baixas, que lhe permitem não suportar juros nos empréstimos a taxa variável, e fixar taxas, nos períodos pré-definidos de revisão de taxa, dos empréstimos a taxa fixa a valores mais baixos. Na conjuntura atual e muito em consequência da crise geopolítica internacional este fenómeno inverteu-se, pois a pressão inflacionária obrigou a ajustes nas taxas de juros diretas, com os consequentes reflexos no aumento significativo das taxas de mercado. Contudo, para 2025 perspetiva-se uma redução da Euribor (taxa de juro de referência para a maioria dos desembolsos junto do BEI), o que terá impacto positivo em termos de serviço da dívida.

A previsão de endividamento no período do PAO é a seguinte:

Endividamento (fórmula)	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Capital estatutário	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000
Financiamento remunerado	58.132.280	62.081.301	54.981.773	58.845.911	62.615.999	66.455.883
(-) Novos investimentos com expressão material	0	0	0	0	0	0
Δ de endividamento (%)		1,9%	-1,5%	1,9%	1,8%	1,8%

A empresa cumpre a orientação de não aumentar o endividamento em mais de 2% em 2025 e em cada ano do triénio do PAO.

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024	2026 vs 2025	2027 vs 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
g) Financiamento líquido de novos investimentos	204.982	208.846	212.616	216.456	3.864	3.770	3.840	3.825

Conforme previsto no ponto 4. das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027 apresenta-se o quadro resumo do serviço da dívida (amortizações e juros) contratualmente previsto para os empréstimos em vigor no período do PAO:

Mutuante	Taxa de juro		Período de carência	Maturidade empréstimo	Amortizações previstas (M€)				Juros (M€)				Condições para amort. antecipada
	Tipo	Valor			2024	2025	2026	2027	2024	2025	2026	2027	
Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. variável	Eur 3M + 0,125%	n.a.	2026/dez	0,556	0,556	0,556	0,000	0,061	0,029	0,011	0,000	
Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. variável	Eur 3M + 0,125%	n.a.	2026/dez	0,278	0,278	0,278	0,000	0,031	0,014	0,006	0,000	
Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. variável	Eur 3M + 0,125%	n.a.	2026/dez	0,556	0,556	0,556	0,000	0,061	0,029	0,011	0,000	
Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. variável	Eur 3M + 0,125%	n.a.	2026/dez	0,278	0,278	0,278	0,000	0,031	0,014	0,006	0,000	
Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. variável	Eur 3M + 0,135%	n.a.	2028/set	0,944	0,944	0,944	0,944	0,170	0,098	0,063	0,038	
Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. variável	Eur 3M + 0,135%	n.a.	2028/set	1,111	1,111	1,111	1,111	0,200	0,116	0,074	0,044	Amortização antecipada permitida nas "datas de pagamento" com pagamento de indemnização cuja fórmula se encontra em cada contrato, variando com o tipo de taxa, e com aviso mínimo de 30 dias
Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. fixa	0,869%	n.a.	2028/set	1,000	1,000	1,000	1,000	0,041	0,033	0,024	0,015	
Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. variável	Eur 3M + 0,135%	n.a.	2030/mar	0,833	0,833	0,833	0,833	0,200	0,124	0,089	0,067	
Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. variável	Eur 3M + 0,135%	n.a.	2030/mar	0,556	0,556	0,556	0,556	0,133	0,083	0,059	0,045	
Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. fixa	0,000%	n.a.	2030/mar	0,278	0,278	0,278	0,278	0,000	0,000	0,000	0,000	
Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. fixa	2,692%	n.a.	2030/mar	1,111	1,111	1,111	1,111	0,034	0,157	0,127	0,097	
Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. fixa	2,977%	n.a.	2029/dez	3,045	3,136	3,230	3,327	0,564	0,472	0,378	0,282	
					10,545	10,636	10,730	9,160	1,525	1,169	0,848	0,588	

A empresa cumpre a orientação de não aumentar o endividamento em mais de 2% em 2025 e em cada ano do triénio do PAO, cf. ponto 4. das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, artigo 38.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro de 2023, que aprova o Orçamento do Estado para 2024 e n.º 1 do artigo 135.º do Decreto – Lei de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro).

h) Reduzir o volume dos “pagamentos em atraso” (arrears)

Os pagamentos em atraso configuram situações excecionais e residuais que vão sendo resolvidas sem impacto no prazo médio de pagamentos que nos últimos anos atingiu sempre um valor não superior a 30 dias.

Por forma a dar cumprimento às orientações e legislação vigente para as empresas do Setor Empresarial do Estado, apresenta-se o prazo médio de pagamento para 2025, de acordo com a aplicação do disposto na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, com uma previsão de um prazo na ordem dos 29 dias no triénio do PAO:

Outros	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Prazo Médio de Pagamento	25	30	29	29	29	29	0	0%
Pagamentos em Atraso (Arrears)	945.038	0	500.000	450.000	400.000	350.000	-50.000	-10%

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 v s 2024	2026 v s 2025	2027 v s 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
h) Pagamentos em Atraso (Arrears)	500	450	400	350	-50	-50	-50	-50

No que respeita ao volume dos pagamentos em atraso (*arrears*), a Empresa considerou os valores referentes a cauções por garantia de obra e a litígios com fornecedores (valores a aguardar a emissão de créditos, entidades insolventes, entre outras), configurando estas situações valores não disponíveis para pagamento.

A empresa cumpre a orientação de reduzir o volume dos pagamentos em atraso. cf. alínea h) do ponto 2. das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027

3.4. Medidas de otimização de desempenho

3.4.1. Eficiência operacional

A Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, estabelece no n.º 1 do artigo 37.º, que as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no Decreto-lei de execução orçamental.

Conforme disposto no ponto 3 v) das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, e n.º 1 do artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro, deve ser garantido em 2025 a eficiência operacional da empresa, medida pelo rácio dos gastos operacionais (GO) sobre o volume de negócios (VN), o qual deve ser igual ou inferior ao verificado no ano anterior, excluídos os impactos extraordinários decorrentes do cumprimento de disposições legais.

No n.º 3 do mesmo artigo é referido que nos casos em que o rácio de eficiência operacional seja afetado por fatores extraordinários, com impacto orçamental significativo designadamente por requisitos de segurança da respetiva atividade operacional, os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela área setorial podem autorizar outro indicador para medir a eficiência operacional, nomeadamente em sede de aprovação do PAO, sob proposta da empresa, devidamente fundamentada e quantificada.

Conforme disposto no ponto 2 das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, deverá ser dada particular atenção à fundamentação de um crescimento real do volume de negócios superior ao do PIB, para qualquer um dos anos do triénio, bem como nos casos em que a taxa de crescimento dos gastos operacionais seja superior à do volume de negócios.

A taxa de crescimento real do volume de negócios é inferior à taxa de crescimento do PIB, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024	2026 vs 2025	2027 vs 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
Taxa de crescimento real PIB	1,5	1,9	2,0	1,5	1,9%	2,0%	1,5%	1,8%
a) Volume de negócios	183.896	188.453	192.370	196.414	2,5%	2,1%	2,1%	2,2%
i) Volume de negócios (real)	183.896	184.577	184.719	184.904	0,4%	0,1%	0,1%	0,2%

Já a taxa de crescimento dos gastos operacionais é inferior à taxa de crescimento do volume de negócios:

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 v.s 2024	2026 v.s 2025	2027 v.s 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
a) Volume de negócios	183.896	188.453	192.370	196.414	2,5%	2,1%	2,1%	2,2%
ii) Gastos operacionais (%)	74.050	75.563	74.699	74.571	2,0%	-1,1%	-0,2%	0,2%

Os valores que respeitam ao apuramento do indicador de eficiência operacional - GO/VN, para os períodos compreendidos entre 2023 e 2027, tendo por base os valores constantes da demonstração dos resultados por naturezas são os seguintes:

Eficiência operacional	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-70.972.380	-74.074.590	-74.915.524	-77.547.538	-78.772.825	-78.657.462	-2.632.014	-3,5%
CMVMC	-2.103.849	-2.116.734	-2.270.683	-2.238.971	-2.213.607	-2.185.603	31.712	1,4%
FSE	-42.767.416	-42.539.519	-44.762.000	-44.016.723	-43.534.892	-43.420.670	745.278	1,7%
Gastos com pessoal	-26.101.115	-29.418.337	-27.882.840	-31.291.844	-33.024.326	-33.051.188	-3.409.004	-12,2%
Impactos decorrentes de obrigações legais*	0	0	865.049	1.984.196	3.423.621	3.423.621	1.119.147	129%
Imposições legais - RH	0	0	0	1.285.568	2.724.992	2.724.992	1.285.568	
Licenças Microsoft	0	0	650.171	0	0	0	-650.171	-1
Seguro de doença (agravamento prémio)	0	0	214.879	698.629	698.629	698.629	483.750	2
Gastos operacionais ajustados	70.972.380	74.074.590	74.050.475	75.563.342	75.349.205	75.233.841	1.512.867	2,0%
Volume de negócios	179.855.415	181.395.137	183.895.871	188.452.847	192.369.893	196.414.231	4.556.975	2,5%
Vendas	178.714.675	180.055.137	182.305.871	186.862.847	190.779.893	194.824.231	4.556.975	2,5%
Prestações de Serviços	1.140.739	1.340.000	1.590.000	1.590.000	1.590.000	1.590.000	0	0,0%
Volume de Negócios ajustado	179.855.415	181.395.137	183.895.871	188.452.847	192.369.893	196.414.231	4.556.975	2,5%
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	39,5%	40,8%	40,3%	40,1%	39,2%	38,3%	-0,2 p.p.	

Ao nível das rubricas de gastos, verifica-se ainda um incremento nos gastos com o pessoal que tem como contrapartida uma redução nos fornecimentos e serviços externos, com a previsão de integração nos quadros da Empresa, no ano de 2025, de trabalhadores para desenvolver algumas tarefas que são asseguradas através de prestações de serviços.

Os impactos extraordinários decorrentes do cumprimento de disposições legais com impacto no rácio de eficiência operacional em 2025 são os seguintes:

- Imposições legais RH – correspondente à atualização salarial decorrente das orientações expressas do acionista Estado nos termos do acordo de valorização de rendimentos. Considerou-se apenas o impacto anual em 2025 (e não o impacto acumulado das atualizações de anos anteriores) para permitir a comparabilidade com o PAO e a estimativa para 2024;
- O agravamento do prémio do seguro de doença – perspetiva-se novo agravamento de prémio em 2025, na ordem dos 37,5% e que afeta este benefício social, que constitui um direito constante do articulado do Acordo de Empresa e como tal constitui uma imposição legal a que a empresa se encontra obrigada a cumprir.

A Empresa cumpre a Instrução de assegurar que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, ajustados dos efeitos das imposições legais (designadamente nos gastos com o pessoal em resultado das orientações do acionista Estado em termos do acordo de valorização de rendimentos e do agravamento do prémio do seguro de doença), seja igual ou inferior ao verificado no ano de referência Ponto 3 v) das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, e n.º 1 do artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro).

3.4.2. Otimização de gastos

3.4.2.1. Gastos operacionais

Conforme disposto no ponto 3 vi) das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, os gastos operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor registado ou estimado para o ano anterior, corrigido com a taxa de inflação prevista, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei de Execução Orçamental.

Nos termos do n.º 4 do artigo 134.º do Decreto-lei n.º 17/2024 os gastos operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor registado em 2023, sendo que para o efeito dos gastos com pessoal devem ser excluídos os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 9 de outubro de 2022, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, salvo quando se tratar de rescisões por mútuo acordo. Estabelece ainda o n.º 5 do mesmo artigo que: o acréscimo dos gastos operacionais, corrigidos da taxa de inflação sem habitação apurada pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P., relativa ao ano transato, apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente identificadas, quantificadas e fundamentadas, sustentadas em análise custo-benefício, e na evidência de recuperação a médio prazo, ou se acompanhado por um aumento de, pelo menos, igual proporção do volume de negócios, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das Finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa.

A variação prevista para o triénio é a seguinte:

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 v.s 2024	2026 v.s 2025	2027 v.s 2026	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
Taxa de crescimento IHPC	2,5	2,1	2,0	2,0	2,1%	2,0%	2,0%	2,0%
ii) Gastos operacionais (%)	74.050	75.563	75.349	75.234	2,0%	-0,3%	-0,2%	1%
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS								
Gastos operacionais (corrigido do IHPC)	74.050	74.009	73.872	73.759	- 41	- 137	- 113	- 97

A Empresa cumpre a Instrução de assegurar que os gastos operacionais (corrigidos de IHPC) deverão evoluir à taxa percentual inferior à do volume de negócios (cf. ponto 3 vi) das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027 e n.º 4 e 5 do artigo 134.º do Decreto-Lei de execução orçamental para 2024 (Decreto-lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro).

3.4.2.2. Gastos com o pessoal

Conforme disposto no ponto 3 vi) das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, os gastos com pessoal devem ser desagregados e fundamentados, permitindo uma análise autónoma, designadamente, dos gastos relativos aos órgãos sociais, dos impactos do cumprimento

de disposições legais, de orientações expressas em matéria de concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, excluindo rescisões por mútuo acordo (disposição idêntica à prevista no n.º 4 do artigo n.º 134 do Decreto-lei de execução orçamental).

Refere-se ainda que a estimativa de evolução dos gastos com o pessoal para 2025 deve explicitar, desagregando, os impactos em ano completo das medidas implementadas em 2024, devidamente suportadas no respetivo enquadramento legal.

Os valores referentes ao período 2023 – 2027 são apresentados no quadro seguinte:

Pessoal	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
N.º Total de Trabalhadores	654	722	671	718	721	721	47	7%
N.º de membros dos órgãos sociais	12	12	12	12	12	12	0	0%
N.º de membros cargos de direção	17	18	18	18	18	18	0	0%
N.º dos restantes trabalhadores	625	692	641	688	691	691	47	7%
Gastos totais com pessoal*	26.101.115	29.418.337	27.882.840	31.291.844	33.024.326	33.051.188	3.409.004	12%
Gastos com órgãos sociais**	570.898	635.433	641.487	655.140	656.623	658.135	13.653	2%
Gastos com cargos de direção	1.809.817	1.956.444	2.057.054	2.118.766	2.182.329	2.182.329	61.712	3%
Remuneração do pessoal	20.659.860	23.504.760	21.622.693	24.151.246	25.770.341	25.779.012	2.528.553	12%
Benefícios pós-emprego	157.113	325.000	176.651	440.843	461.562	461.562	264.191	150%
Ajudas de custo	464.634	475.000	466.007	475.000	475.000	475.000	8.993	2%
Rescisões / Indemnizações	0	0	0	0	0	0	0	0%
Restantes encargos	2.438.794	2.521.700	2.918.948	3.450.849	3.478.471	3.495.150	531.901	18%
Informação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2024	0	1.390.205	136.176	425.633	430.962	430.962	289.457	213%
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes	0	0	0	1.084.466	1.373.480	1.373.480	1.084.466	
(iii) Cumprimento de disposições legais	0	0	0	0	0	0	0	0%
(iv) Orientações expressas do acionista Estado	0	0	0	1.285.568	2.724.992	2.724.992	1.285.568	
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias	0	0	0	147.054	300.873	300.873	147.054	
(vi) Outras valorizações remuneratórias	0	0	0	0	0	0	0	0%
(vii) Rescisões por mútuo acordo	0	0	0	0	0	0	0	0%
Correções para efeitos de rácio								
(-) Gastos com órgãos sociais*	-570.898	-635.433	-641.487	-655.140	-656.623	-658.135	-13.653	-2%
(-) Cumprimento de disposições legais	0	0	0	-1.285.568	-2.724.992	-2.724.992	-1.285.568	
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	0	0	0	-147.054	-300.873	-300.873	-147.054	
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo	0	0	0	0	0	0	0	0%
(+) Absentismo	463.996	300.000	450.000	250.000	100.000	70.000	-200.000	-44%
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	25.994.214	29.082.904	27.691.353	29.454.082	29.441.838	29.437.188	1.762.729	6%
* O detalhe dos gastos com pessoal deve ser preenchido com os respetivos encargos com a Segurança Social								
** Sobre a remuneração dos gestores incide a redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.								
Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	79%	81%	78%	82%	88%	88%	0	5%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	7%	7%	7%	7%	7%	7%	0	-3%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	2%	2%	2%	2%	2%	2%	0	-4%

3.5. Outros

3.5.1. Frota

Estabelece a alínea ix) do ponto 3 das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025 que as empresas do SEE apenas podem adquirir ou locar veículos para a frota operacional que se mostrem imprescindíveis à atividade da empresa e veículos não operacionais mediante a apresentação, quanto a estes últimos, de uma análise custo benefício. Estabelece ainda que a fundamentação da necessidade, assim como os respetivos gastos devem ser pormenorizados e expressamente identificados na proposta de PAO.

Na elaboração da proposta de PAO para 2025 a Empresa teve em consideração o disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2024, nas Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025 e no Despacho da Presidência do Conselho de Ministros, das Finanças e do Ambiente e Ação Climática n.º 7681-A/2023, de 31 de julho.

A frota da EPAL é constituída por viaturas operacionais, contratadas em regime de aluguer operacional de viaturas (AOV), prevendo-se para o período do PAO a seguinte repartição por tipo de viatura:

	R2023	EF2024	O2025	P2026	P2027
Combustão	231	218	94	94	92
Híbridas Plug-in	5	2	29	29	31
Elétricas	31	48	145	145	145
TOTAL n.º viaturas	267	268	268	268	268

O quadro anterior tem já implícita a implementação do Plano de substituição de viaturas – Frota Verde do grupo AdP, com a seguinte perspetiva de implementação:

- Em 2024 a substituição de 14 viaturas de combustão e 3 híbridas plug-in por 17 viaturas elétricas;
- Em 2025 a substituição de 124 viaturas de combustão por 97 viaturas elétricas (elegíveis para subsídio do Fundo Ambiental) e 27 híbridas plug-in.

No âmbito da implementação da Frota Verde do grupo AdP perspetivou-se em 2025 o recebimento do subsídio do Fundo Ambiental para aquisição de viaturas elétricas (10 mil euros por viatura), sendo o rendimento relativo a esse subsídio reconhecido contabilisticamente em 4 anos.

Aumento do n.º de viaturas:

Na última década foram publicados diversos diplomas com impacto na atividade da EPAL, e que obrigaram a uma reorganização das atividades/funções, assim como ao alargamento do âmbito de atividade, reconduzindo à marcada perceção da necessidade de um reforço efetivo dos recursos técnicos (viaturas e equipamentos por exemplo) e humanos, essenciais a garantir a capacidade interna de resposta aos requisitos legais vigentes, destacando-se:

- Decreto-lei n.º 218/2015, de 7 de outubro;
- Decreto-lei n.º 23/2016, de 3 de junho;
- Decreto-lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro;
- Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, alterada pela Lei n.º 40/2019, de 21 de junho;
- Decreto-lei n.º 69/2023, de 21 de agosto.

Este último diploma (Decreto-Lei 69/2023, de 21 agosto de 2023) estabelece o regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano. A publicação deste Decreto-Lei veio revogar o

anterior regime, transpondo duas diretivas da União Europeia, e introduzindo um significativo conjunto de alterações, que passamos a elencar:

- Inclusão de novos parâmetros na lista de valores paramétricos, como a Legionella, ácidos haloacéticos, bisfenol A e substâncias perfluoroalquiladas (PFAS), e definição de valores mais restritivos para diversos parâmetros já anteriormente considerados, como são os casos do crómio, do chumbo e dos Cloratos, tendo sido, na maior parte dos casos, previstos períodos de transição, com durações variáveis, para a adoção de medidas corretivas;
- Avaliação e gestão do risco passa a incidir sobre os três componentes principais da cadeia de abastecimento: as bacias de drenagem dos pontos de captação de água destinada ao consumo humano, os sistemas de abastecimento públicos e os sistemas de distribuição predial, com particular incidência nas instalações prioritárias;
- Definição de princípios e requisitos mínimos relacionados com o processo de seleção dos produtos a utilizar no tratamento da água e dos materiais a aplicar nas infraestruturas — a desenvolver por regulamento da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), até 31 de janeiro de 2025;
- Melhoria das condições de acesso à água para consumo humano, com destaque para a identificação e adoção de medidas para grupos vulneráveis e marginalizados,
- Obrigatoriedade de divulgação on line de informações relacionadas com a qualidade da água, como os métodos de produção de água, dados sobre a avaliação e gestão do risco do sistema de abastecimento, ou recomendações para a redução do consumo;
- Obrigatoriedade do processo de avaliação das perdas de água nos sistemas de abastecimento, com comunicação dos resultados e plano de ação à Comissão Europeia.

Ora, as alterações introduzidas, em particular a consideração de exigências mais restritivas associadas a diversos parâmetros organoléticos e a inclusão de diversos novos parâmetros de qualidade da água para consumo humano, implicaram um aumento do controlo e monitorização presenciais de um alargado conjunto de parâmetros qualitativos, requerendo a frequente presença humana em diversas instalações da Empresa. Esta situação obriga as equipas operacionais a novas e mais frequentes deslocações, exigindo que sejam percorridas distâncias muito significativas.

Por outro lado, o cenário que resulta do novo contexto legal requer novos procedimentos operacionais, envolvendo maior número e mais complexas verificações, e exigindo períodos temporais muito mais alargados para as efetuar.

Ao abrigo deste Diploma foi autorizada, no âmbito do PAO 2024, a contratação de 6 trabalhadores.

As alterações climáticas (com secas cada vez mais frequentes e prolongadas, seguidas de chuvadas torrenciais com forte poder de arrastamento de nutrientes dos solos para as albufeiras), conjugadas com o uso agrícola intensivo dos solos (envolvendo o uso frequente de pesticidas e de outros nutrientes) tendem a propiciar o progressivo agravamento da qualidade das massas de água utilizadas pela EPAL como origens para captação de água para consumo humano.

Esta degradação da qualidade da água nas origens implica crescentes exigências operacionais, requerendo maior monitorização, procedimentos e operações de tratamento mais exigentes e complexos, bem como um maior número de deslocações aos diversos locais das origens e onde é efetuado o tratamento da água para consumo humano.

Para poder dar resposta a este tipo de exigências é imperativo dotar as equipas operacionais de viaturas em número e com características adequadas.

Face ao exposto, resulta claro que o novo contexto legal obriga as equipas da Empresa a mais deslocações, associadas a locais distribuídos ao longo território correspondente à área de abrangência da empresa, requerendo, para além disso, uma presença mais prolongada por parte dos técnicos em cada uma das instalações, o que dificulta a partilha de viaturas.

Existe uma absoluta necessidade de as equipas operacionais disporem de mais viaturas para dar resposta ao novo e exigente quadro legal associado à qualidade da água destinada ao consumo humano, sob pena de ficar irremediavelmente comprometida a capacidade de resposta às necessidades operacionais e, conseqüentemente, o cumprimento das exigências legais e a manutenção dos elevados e ímpares padrões de qualidade a que a EPAL nos habituou.

Também as áreas de suporte à atividade operacional se deparam com necessidades similares. A Equipa de Gestão e Apoio de Armazéns, tem como principal responsabilidade executar todas as tarefas inerentes ao processo de gestão dos stocks dos Armazéns da Empresa. O Armazém Central situado no recinto do Parque das Nações em Lisboa é constituído por cerca de 22 depósitos e dá apoio a todas as áreas operacionais da empresa, nomeadamente, no armazenamento dos materiais críticos para a realização das diversas atividades dessas áreas. Este espaço disponibiliza um espaço seguro e organizado para o armazenamento, desempenhando um papel crucial na disponibilização imediata dos materiais, permitindo que as áreas operacionais tenham um desempenho cada vez mais eficaz.

Atualmente, as áreas operacionais têm demonstrado a necessidade de terem ao seu dispor os materiais de forma cada vez mais célere, de modo que, por exemplo, as roturas sejam reparadas num curto espaço de tempo e que haja menos transtornos para os clientes finais. Ora, face à dispersão geográfica das várias infraestruturas da empresa, torna-se dispendioso em termos de tempo e custos, as equipas das áreas operacionais terem que se deslocar ao Armazém Central, cada vez que surge a necessidade de consumo e levantamento de materiais. Os armazéns locais (com destaque pela sua dimensão, para os sites na Asseiceira e Vila Franca de Xira) estão em fase de redimensionamento, de modo a acomodar as necessidades operacionais.

Esta medida contribuirá para a prestação de um apoio mais próximo da Equipa de Gestão e Apoio de Armazéns às áreas operacionais, facilitando a movimentação de stocks, a disponibilização atempada dos materiais, e aumentando as sinergias entre as diferentes áreas da empresa. Para tal, afiguram-se essenciais deslocações regulares a essas instalações para verificação dos stocks e, eventualmente, transporte de mercadoria entre os diversos armazéns.

Existindo armazéns eficientes, não só se irá permitir a disponibilização imediata dos materiais às áreas operacionais, como também se garantirá que a Empresa adquira produtos em maiores quantidades, aproveitando descontos por volume e economias de escala, tendo por consequência uma redução significativa nos custos gerais de aquisição.

A fim de dar resposta às necessidades identificadas, vem assim solicitar-se o incremento da frota da EPAL em 6 viaturas, a contratar em regime de AOV, das quais 2 ligeiros de passageiros elétricos, 3 ligeiros de passageiros híbridos e 1 ligeiro de mercadorias elétrico. O gasto estimado com estas 6 viaturas é de 86.225 euros em 2025 (incluindo rendas (12 meses), combustíveis, portagens e manutenção).

4. PLANO DE INVESTIMENTOS

4.1. Enquadramento

A EPAL tem mais de 155 anos de existência, tendo o seu sistema de abastecimento de água sido construído e ampliado ao longo de décadas. Os últimos investimentos de expansão do sistema de abastecimento (investimentos que geram acréscimo do volume de negócios) ocorreram já num passado distante, com a construção do adutor de Circunvalação (concluída em 2001), a ampliação do subsistema de Castelo do Bode para fazer face ao alargamento do abastecimento aos municípios do Oeste (concluída em 2007) e o reforço do abastecimento ao município de Maфра (2007). A partir daí o investimento da EPAL tem-se centrado na fiabilidade e segurança do sistema e na garantia da qualidade da água, apresentando o sistema de abastecimento um elevado grau de estabilidade.

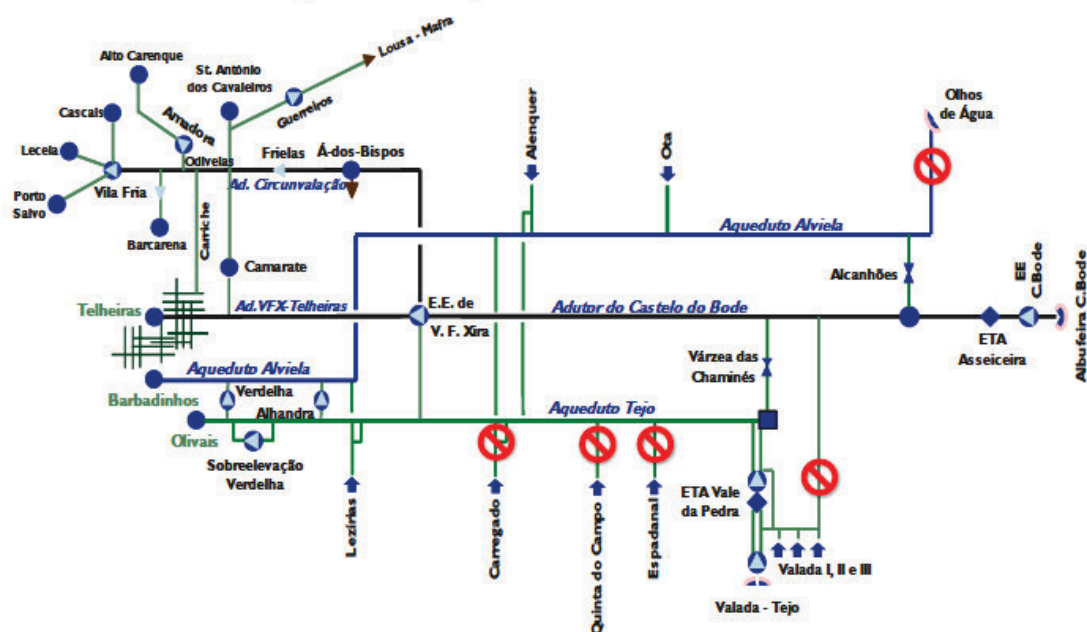
O valor do ativo fixo tangível líquido tem diminuído, em parte fruto do esforço da Empresa em adaptar o seu sistema de abastecimento a um contexto de não crescimento da atividade e em que a capacidade instalada é suficiente, facto que recolocou o foco do investimento no aumento da eficiência operativa e na redução do risco de falha.

O sistema de abastecimento da EPAL é um sistema de grande dimensão, composto por 2 Estações de Tratamento de Água (ETA), 698 Km de Adutores, 1.452 Km de condutas de Rede de Distribuição, 42 Estações Elevatórias, 40 Reservatórios e 105 mil ramais de ligação, com um valor bruto do Ativo Fixo Tangível, a 31 de dezembro de 2023, de 1,5 mil milhões de euros, que gerou uma amortização de 26,1 milhões de euros.

Manter esta base de ativos implica um investimento mínimo constante, que em termos médios deverá rondar um valor na ordem dos 27 milhões de euros/ano, equivalente ao valor das amortizações anuais.

Com a economia ainda combalida após a pandemia, que dificultou a execução dos investimentos, surge depois o efeito económico do conflito armado na Ucrânia, que se está a traduzir no aumento da inflação e na incerteza nos mercados de matérias-primas, bem como na escassez de recursos humanos, dificultando ainda mais a execução dos atuais contratos e o lançamento de novas obras e processos de aquisição.

Na figura seguinte apresenta-se uma representação simplificada do sistema de Produção e Transporte da EPAL:



O sistema de abastecimento de água assenta em dois subsistemas principais, cada um deles associado a uma das duas grandes origens de água da EPAL:

- o subsistema de Castelo de Bode, com origem nas águas superficiais do rio Zêzere captadas na albufeira de Castelo de Bode e continuidade no Adutor de Castelo de Bode;
- o subsistema Tejo, com origem nas águas superficiais do Rio Tejo, captadas na secção de Valada e continuidade no Aqueduto Tejo.

O subsistema Alviela, historicamente um dos principais subsistemas da empresa, está neste momento em fase de remodelação.

Em Lisboa, a rede de distribuição é abastecida pelo Aqueduto Tejo, Adutor Vila Franca de Xira-Telheiras, Adutor da Circunvalação e Aqueduto Alviela. Através da rede de distribuição de água à cidade de Lisboa procede-se também ao abastecimento aos concelhos limítrofes.

4.2. Metodologia

A EPAL elabora o Plano de Investimentos anualmente, tendo o Plano um horizonte temporal de 5 anos. A elaboração do novo Plano tem como ponto de partida o Plano em curso e a correspondente execução, sendo constituídos grupos de trabalho transversais específicos dedicados por natureza de

ativo, que analisam os investimentos em curso, as futuras necessidades de investimento e apresentam as propostas de atualização.

A seleção dos investimentos é suportada em análises multicritério e de risco, pelo que o Plano de investimento proposto no PAO 2025-2027 reflete o grau de prioridade dos investimentos de acordo com a metodologia que se explica de seguida, tendo como objetivo:

- a) Garantir a qualidade da água destinada ao consumo humano;
- b) Assegurar um nível de serviço e um grau de segurança estratégico do sistema, capaz de responder em quantidade e qualidade às solicitações dos Clientes;
- c) Corresponder aos desafios infraestruturais decorrentes da implementação de medidas de adaptação às alterações climáticas;
- d) Garantir a infraestruturização necessária à transição energética;
- e) Ser sustentável em termos económico-financeiros.

A abordagem metodológica desenvolvida na EPAL para a priorização de investimentos, validada pelo Conselho de Administração na fase de arranque do processo, foca a atenção em cada uma das naturezas de ativos da empresa, facto que originou a constituição de uma equipa designada de “Painel de Peritos” (um grupo por cada natureza de ativo). Este painel é essencialmente composto por especialistas das Direções de Gestão de Ativos, Engenharia, Manutenção, Operação, Inovação e Desenvolvimento, Clientes, Sustentabilidade e Controlo de Qualidade da Água.

Cada grupo do “Painel de Peritos” segue a metodologia apresentada no quadro seguinte:

Complexidade	Categoria	Metodologia
Básica	Investimentos correntes	Propostas diretamente pelas áreas
Média	Novos ativos	Análise por parte do Painel de Peritos (Justificação custo – benefício)
Elevada	Reabilitação/ Renovação	Análise por parte do Painel de Peritos (Análise de Risco ou Multicritério)
Estratégica	Investimentos Estratégicos	Baseado em estudos específicos ou em recomendações Corporativas, do Plano Diretor e Plano Geral da Rede, cujos resultados devem ser integrados na análise efetuada pelo Painel

As propostas para os **Investimentos Correntes** respeitam a investimentos associados a intervenções normalmente simples (ex.: substituição de instrumentação), mas que importa concretizar para assegurar o normal funcionamento das infraestruturas essenciais à exploração do Sistema da EPAL.

Os grupos analisam ainda as propostas de Investimentos em **Novos Ativos**, as quais são acompanhadas de justificação dos investimentos a realizar.

Para a análise dos **Investimentos em Reabilitação/Renovação** de grandes naturezas de ativos (correspondentes a cada grupo do Painel), utilizam-se metodologias de análise de risco para a Rede de Distribuição, Rede de Adução, Reservatórios, Captações, Estações Elevatórias e Postos de Transformação.

No que concerne às duas principais Estações de Tratamento de Água (ETA), a ETA da Asseiceira e a ETA de Vale da Pedra, face à sua singularidade e importância estratégica, têm sido objeto de análise específica, tendo inclusive sido criadas duas Comissões Técnicas de Acompanhamento (CTA) uma para a ETA da Asseiceira e outra para a ETA de Vale da Pedra, com o objetivo de articular e gerir os diferentes investimentos, necessidades e prioridades de intervenção nestas importantes infraestruturas do sistema de abastecimento da EPAL.

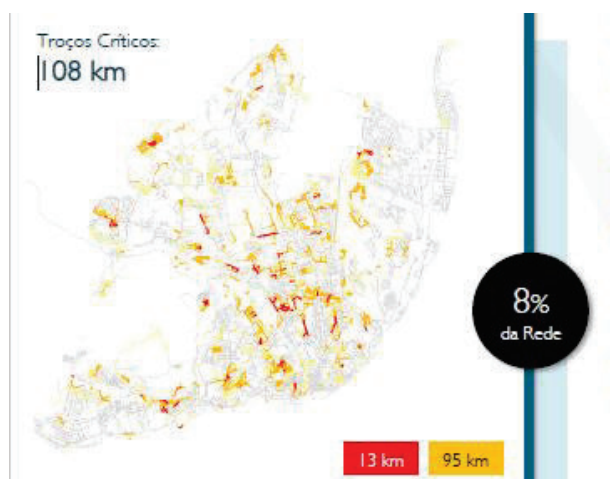
Por outro lado, os grupos referidos incorporam na sua análise as conclusões dos estudos referentes a **Investimentos no Desenvolvimento Estratégico do Sistema**. Os investimentos que recaem nesta categoria resultam das recomendações do Plano Diretor/ Plano Geral da Rede bem como da elaboração de estudos específicos face a necessidades prementes da empresa ou a oportunidades de mercado para expandir ou diversificar o negócio da EPAL (ex.: Aqueduto do Alviela, Estratégia para a Neutralidade Energética (EPAL 0% de Energia), Duplicação dos troços não duplicados do Adutor de Castelo do Bode e Reabilitação das Conduitas de Valadas. A sua justificação está, pois, suportada nos referidos estudos. Os investimentos que têm como missão a adaptação às alterações climáticas são igualmente reconhecidos nesta categoria.

Rede de distribuição de Lisboa

A proposta de investimentos para a rede de distribuição de Lisboa tem em consideração os seguintes fatores:

- A análise das áreas prioritárias para reabilitação da rede de distribuição, resultante da aplicação de uma matriz multicritério, conjugando a aplicação de uma análise de risco (80%) com fatores económicos (20%) às diferentes áreas de suspensão da rede. A matriz multicritério resulta assim, da conjugação da (i) análise de risco que se baseia em critérios relacionados com o desempenho esperado (idade/material) e o desempenho real (nº avarias /ano /100 km), com a criticidade da área de suspensão em termos do nº clientes equivalentes afetados, (ii) com a análise de custos de manutenção vs. de reabilitação dessas áreas. Atendendo às características deste ativo (1.400 km de rede malhada em Lisboa), esta análise é efetuada diretamente no Sistema de Informação Geográfica (SIG), através da sua aplicação aos cerca de 35 mil troços;
- Ampliação da rede, de modo a dar resposta a novos abastecimentos (extensão de rede e novos ramais em rede existente).

Na imagem seguinte apresenta-se um exemplo do resultado da aplicação da matriz de risco, com a identificação dos troços prioritários para as condutas em Lisboa de DN ≤ 400 mm, em termos de reabilitação assinalados a vermelho e laranja.



A reabilitação de condutas na rede de Lisboa tem por objetivo assegurar uma idade média compatível com a eficiência operacional desejável para o Sistema de Distribuição, nomeadamente ao nível da fiabilidade, consistência e qualidade de serviço prestado ao cliente, tendo como uma das naturais consequências a redução das avarias na Rede de Distribuição.

Rede de adução de Lisboa

No caso dos adutores em Lisboa a análise de risco é efetuada através da aplicação da matriz de risco à rede de adução na cidade de Lisboa, que se baseia em critérios relacionados com o desempenho esperado (idade/material) e o desempenho real (n.º avarias /ano /100 km), com a consequência da falha desses troços em termos de redundância, danos a terceiros (arrebentamento) e imagem (vias principais, zona histórica, ou restantes ruas). São também tidas em consideração as recomendações do Plano Geral da Rede (Plano Estratégico).

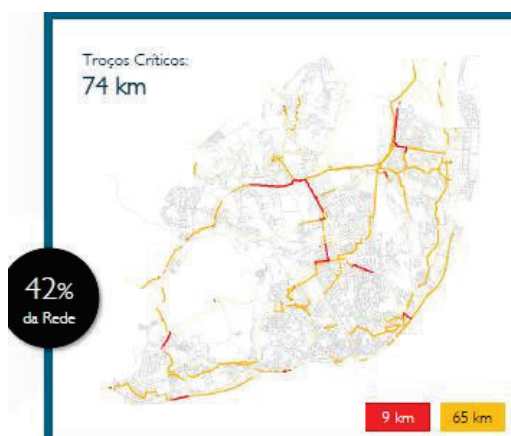
A análise é efetuada no Sistema de Informação Geográfica, permitindo desta forma localizar as áreas com prioridade de reabilitação mais elevada, tendo-se adotado a definição generalizada de risco, como sendo $R = P \times C$, em que “P” é a probabilidade de falha dos diferentes troços (idade/material, n.º avarias na suspensão /ano /100 km) e “C” a consequência da falha desses troços (Arrebentamento, redundância, imagem).

No plano de investimentos foram consideradas as reabilitações nos seguintes adutores de Lisboa:

- Conduta adutora Calçada da Carriche;
- Conduta adutora Zona Média Olivais / Campo de Ourique;
- Conduta adutora Telheiras / Alfragide;
- Conduta adutora Barbadinhos / Vale Escuro.

Está igualmente previsto a realização de campanhas de avaliação da condição funcional e da integridade estrutural a diversos troços de adutores recorrendo a novas tecnologias, no âmbito de um conjunto de medidas para a redução de perdas.

Na imagem seguinte apresenta-se um exemplo da aplicação da matriz de risco às grandes condutas adutoras em Lisboa:



Rede de adução Fora de Lisboa

A identificação dos investimentos efetuada para a rede de adução resultou:

- das recomendações estratégicas do Plano Diretor de Desenvolvimento do Sistema de Abastecimento da EPAL;
- dos estudos estratégicos específicos, como é o caso dos investimentos resultantes das soluções preconizadas no estudo do Aqueduto do Alviela e no estudo de duplicação dos troços não duplicados (19 km) do Adutor de Castelo do Bode (adutor crítico para o sistema de abastecimento da EPAL, transportando cerca de 80% da água fornecida pela EPAL), e estudo Conduitas de Valadas/Vale da Pedra (reabilitações das Conduitas de Água Bruta e Água Tratada);
- da aplicação de uma análise de risco, tendo-se adotado a definição generalizada de risco, como sendo $R = P \times C$, em que “P” é a probabilidade de falha dos diferentes troços (idade, material, tipo de escoamento, número de avarias /ano /100 km, resultado de inspeções) e “C” a consequência da falha desses troços (redundância, relevância). Das prioridades de investimento resultantes da aplicação desta matriz, destacam-se as seguintes reabilitações:
 - Adutor Vila Franca de Xira-Ralis, solução de reabilitação para os troços não reabilitados em análise por Grupo de Trabalho constituído para o efeito, estando já definido o troço A como primeira prioridade e F como prioridade imediatamente seguinte;
 - Obra Especial (OE) da Vala Real;
 - Conduto elevatória da Ravina e OE Zairinho do Adutor Castelo de Bode;
 - Reabilitação Geral da Chaminé de Equilíbrio da Linha 1 do Adutor de Castelo do Bode;
 - Adutor Camarate/Sacavém – Várzea de Loures;
 - Adutor da Costa do Sol, nomeadamente a reabilitação do troço suspenso na Ribeira do Jamor.

Vão ainda ser realizadas campanhas de inspeção e de avaliação da condição funcional e da integridade estrutural a diversos troços de adutores, recorrendo a tecnologia com base na análise da continuidade eletromagnética.

Contadores e Medição

O investimento a realizar na aquisição de contadores de água e medidores de caudal visa satisfazer a necessidade contínua de renovação do parque instalado de modo a:

- Dar cumprimento aos requisitos legais do Controlo Metrológico, aplicáveis a instrumentos utilizados na medição de consumos objeto de faturação;
- Melhorar o rendimento da medição, por antecipação da substituição de contadores decorrente de análise custo-benefício (*Billmeter*);
- Dar continuidade à progressiva requalificação tecnológica dos instrumentos de medição de consumos e monitorização de caudais em Grandes Clientes e em Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC);
- Prosseguir com a renovação dos medidores de caudal não autónomos, nomeadamente os aplicados na medição de grandes caudais, em faturação e controlo;
- Prosseguir com a implementação de Telemetria nos Clientes da EPAL, decorrente do planeamento estratégico para expansão da Telemetria - projeto Medição Interativa.

Complementarmente, prevê-se a reconversão dos locais de abastecimento a Clientes Diretos que forem objeto desta intervenção, criando condições técnicas adequadas à instalação do novo contador, no sentido de ir ao encontro do disposto no Plano de Segurança da Água (PSA) e respetivo Plano de Ações para Gestão de Risco (PAGR) da EPAL. Estes documentos objetivam o cumprimento dos requisitos constantes do aditamento ao Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, previstos no Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro. Assim, foi identificada esta nova necessidade de investimento de “Otimização dos locais de medição de consumos de água”, que prevê a substituição dos contadores em pontos de faturação em “baixa” abrangidos pelo programa de renovação do parque de contadores, que inclui a instalação de válvulas antirretorno para mitigação dos riscos de contaminação pela água proveniente da rede predial.

Equipamentos - Captações, Estações Elevatórias e Postos de Transformação

A decisão de se intervir, em termos de substituição dos equipamentos, em Captações, Estações Elevatórias ou nos Postos de Transformação, baseou-se numa análise de risco.

Assim, numa primeira fase, o trabalho consistiu na análise da criticidade de cada um dos ativos para a exploração do sistema de abastecimento da EPAL. Numa segunda fase, procedeu-se à análise da probabilidade de falha do desempenho dos mesmos ativos, através de um método semiquantitativo.

Tendo sido seguida uma abordagem semelhante para estes três tipos de ativos, descreve-se seguidamente, a título de exemplo, os critérios utilizados na análise de Risco: Desempenho (Grau de obsolescência dos equipamentos, anomalias, inadequação à exploração) x Criticidade (relevância e redundância).

Neste contexto, destacam-se as necessidades de intervenção nas seguintes necessidades de intervenção:

- Estações Elevatórias (EE) - EE Castelo Bode I, II e Poço, EE Olivais I e II, EE Vila Franca de Xira I, EE Telheiras e EE Amadora;
- Postos de Transformação (PT) – PT Ota, PT Guerreiros e PT Restelo.

Construção Civil - Reservatórios, Captações, Estações Elevatórias, Postos de Transformação e Estações de Tratamento de Água (ETA)

As propostas de intervenção em Reservatórios e edifícios de Captações, Estações Elevatórias e Postos de Transformação e Estações de Tratamento, resultam igualmente de uma análise de risco.

Estas análises resultam das inspeções e do impacto na operação em termos de probabilidade; e de relevância (caudal) e redundância em termos de consequência.

No caso dos reservatórios, esta análise está fortemente apoiada nos resultados das inspeções, ensaios de estanqueidade (% perdas) em termos de probabilidade; e de relevância (importância estratégica/ redundância) e autonomia (capacidade de armazenamento) em termos de consequência. No caso dos edifícios de Captações, Estações Elevatórias e Postos de Transformação, as análises resultam das inspeções e do impacto na operação em termos de probabilidade; e de relevância (caudal) e redundância em termos de consequência.

Neste contexto, destacam-se as necessidades de intervenção:

- Reservatórios - reabilitação do Reservatório Alto de Carenque, Reservatório R3 de Vila Franca de Xira, Reservatório de Alfragide e Célula 2 do Reservatório de Telheiras;
- Captações – Torre de Captação de Castelo do Bode;
- Estações Elevatórias - EE Vila Franca Xira e EE Olivais I;
- Estações de Tratamento de Água – Reabilitação da bateria de filtração e Reservatório Elevado da Lavagem dos filtros da linha 1 ETA da Asseiceira;

Postos de Cloragem

No caso dos Postos de Cloragem foram consideradas as soluções técnicas definidas no âmbito do Grupo de Trabalho – Análise e Definição da Estratégia a Adotar ao Nível da Cloragem na Rede da EPAL, salvaguardando os seguintes objetivos:

- Aumento significativo da segurança das pessoas, dos colaboradores e do meio envolvente;
- Aumento da fiabilidade da instalação devido à obsolescência dos equipamentos;
- Redução dos custos de exploração e manutenção;
- Adequação a regimes de exploração atuais, aumentando a eficácia da exploração do posto de cloragem, e conseqüente melhoria na gestão da qualidade da água.

Neste contexto, destacam-se as necessidades de intervenção no PC Alenquer, PC Vila Franca de Xira e PC Vila Fria.

Plano de Segurança da Água (PSA)

Adicionalmente, o processo de elaboração do PAI foi ainda articulado com a Direção de Laboratório, no sentido contemplar as medidas de natureza de investimento identificadas no Plano de Segurança da Água.

Vetores estratégicos do Grupo AdP

O Grupo Águas de Portugal desenvolveu um quadro estratégico de Compromisso, assente na excelência do serviço ao cliente, na inovação, na resiliência, na neutralidade energética e carbónica e na economia circular.

A sua concretização passa por investimentos que visam: a) digitalização; b) economia circular; c) neutralidade energética. Estas linhas promovem a resiliência e eficiência dos sistemas de abastecimento, assim como a redução do seu impacto em termos ambientais.

A transposição destas linhas para a esfera da EPAL traduz-se na implementação e remodelação dos sistemas de *Sensorização IoT* da rede de abastecimento, renovação tecnológica de válvulas, plataforma IT, instalação de rede de comunicações proprietária na Cidade de Lisboa, Sistemas de vigilância eletrónica com imagem de infraestruturas, Sistemas automáticos de abastecimento de reagentes e **dos investimentos constantes do projeto EPAL 0% Energia.**

Os Investimentos do projeto **EPAL 0% Energia** visam atingir a neutralidade energética da EPAL, em alinhamento com o Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2050 e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Estes investimentos foram analisados do ponto de vista do **custo ao longo do seu ciclo de vida** e priorizados em função dessa mesma análise.

A EPAL pretende assim reforçar o seu desempenho energético, criando condições a que possa assegurar a neutralidade energética, ou seja, o consumo de energia elétrica igualar a produção de energia elétrica na mesma. Os projetos previstos assentam nos seguintes eixos de atuação:

- Reduzir os consumos de energia;
- Minimizar as flutuações de consumo de energia;
- Produção de energia elétrica;
- Gestão de cargas e da reserva de água em ordem à maximização do autoconsumo.

Por fim, o resultado de todo este processo foi apresentado ao Conselho de Administração, que aprovou o novo Plano de Investimentos.

Para além da Análise de Risco ou Multicritério que justificam e priorizam todos os investimentos de reabilitação, os novos ativos em investimentos estratégicos são sujeitos a estudos que comprovem a sua necessidade económica/social/ambiental.

As análises realizadas pela EPAL contêm a memória descritiva do Investimento, o seu objetivo, a sua programação plurianual, bem como os indicadores económico-financeiros que avaliam o projeto.

Reforça-se ainda que, decorrente dos requisitos do Código dos Contratos Públicos, a EPAL se encontra obrigada a realizar, aquando da decisão de contratar, uma Análise Custo-Benefício (ACB) para Investimentos superiores a 5 milhões de euros (excetuando-se os Investimentos de Reabilitação).

4.3. Plano de Investimentos 2025-2027

Com base na metodologia enunciada no ponto anterior, o Conselho de Administração da EPAL aprovou, na sua reunião n.º 28, de 10 de julho de 2024, o Plano de Investimentos 2025/2029 que se sintetiza no quadro seguinte:

milhares de euros

Investimento	E 2024	2025	2026	2027	TOTAL 2025-2027
A - Transitam de anos anteriores	38 080	18 113	13 561	8 511	40 185
B - Iniciados no período 2025-2027	17 670	57 254	66 831	51 230	175 315
TOTAL	55 750	75 367	80 392	59 742	215 500

O investimento previsto visa criar condições para a sustentabilidade dos ativos, dando cumprimento aos objetivos para a qualidade da água destinada ao consumo humano e assegurar um nível de serviço e um grau de segurança estratégico do sistema, capaz de responder em quantidade e qualidade às solicitações dos Clientes, procurando ao mesmo tempo ser sustentável em termos económico-financeiros.

O Plano de Investimentos para o triénio 2025-2027, ascende a **215,5 milhões de euros**, dos quais **40,2 milhões de euros transitam de anos anteriores**.

Do Anexo VI ao presente documento constam os seguintes quadros com o detalhe do Plano ao nível de cada investimento:

- Quadro 1- Quadro do Investimento no layout previsto no Despacho n.º 324/2023-SET;
- Quadro 2- Evolução do Investimento por objetivo (2021-2027);
- Quadro 3- A - Detalhe dos investimentos que transitam de anos anteriores;
- Quadro 4- C - Detalhe dos novos investimentos iniciados no período;
- Quadro 5- Sistema de Controlo de Investimentos e respetivas fichas.

Seguidamente apresenta-se o **investimento iniciado no período 2025-2027 (B)**. O investimento iniciado no período compreende investimentos recorrentes, a aquisição de bens, capitalização de encargos, bem como novos investimentos.

milhares de euros

B - Investimento iniciado no período 2025-2027	E 2024	2025	2026	2027	TOTAL 2025-2027
Recorrente	7 493	10 699	9 770	7 355	27 824
Aquisição de bens	3 227	2 689	2 432	2 397	7 517
Capitalização de encargos	2 300	2 300	2 300	2 300	6 900
C - Novos investimentos	4 650	41 566	52 329	39 179	133 074
<i>Investimentos de substituição</i>	3 772	22 068	27 266	18 830	68 164
<i>Outros investimentos</i>	878	19 498	25 063	20 349	64 910
TOTAL	17 670	57 254	66 831	51 230	175 315

Os investimentos recorrentes correspondem aos investimentos associados a intervenções rotineiras na rede designadamente a ampliação, ligação de novos clientes e a substituição da rede de Lisboa.

A aquisição de bens corresponde às compras diretas de material feitas pelas direções para o desenvolvimento normal da sua atividade.

Os novos investimentos (C) que se encontram detalhados no Anexo VI -4) não geram acréscimo do volume de negócios e mais de metade respeitam a investimentos de substituição/reabilitação e/ou de garantia de segurança do sistema de abastecimento.

O quadro abaixo apresenta a descrição dos principais investimentos para o triénio 2025-2027:

milhares de Euros

INVESTIMENTO	DESCRIÇÃO	E 2024	Projeção			Total
			2025	2026	2027	2025 - 2027
Garantia da Capacidade		710	1.770	3.200	1.700	6.670
Ampliação - Cidade	Destaca-se o projeto de “Monsanto”	210	1.300	2.600	1.100	5.000
Ampliação da Rede de Distribuição	A ampliação destina-se a dar resposta a novos abastecimentos (extensão de rede e novos ramais em rede existente)	500	400	400	400	1.200
Estações Elevatórias e Reservatórios	Nova estação sobreprensa de abastecimento à Chorumela	0	70	200	200	470
Garantia da Fiabilidade e Segurança		21.808	36.948	52.210	38.872	128.030
Castelo de Bode - Duplicação	-Duplicação dos troços do Adutor de Castelo do Bode atualmente não duplicados, conferindo uma maior robustez ao sistema de abastecimento em termos de fiabilidade e redundância; Inclui: Fase 1 - Troço Brogueira/Sobral, Fase 2 - Troço Torre do Bispo/Alcanhões, duplicação dos túneis e ligação da toma para o sistema Oeste em Alcanhões à linha 01 do Adutor de Castelo do Bode;	3.223	13.030	19.800	13.516	46.346
Rede de Adução	Rede de Adução Reabilitação de Conduas Adutoras do Sistema de Produção e Transporte, destacando-se: <ul style="list-style-type: none"> • Adutor Vila Franca Xira - reabilitação de parte da sua extensão; • Adutor Castelo do Bode - Obra Especial de Vala Real, Obra Especial do Zairinho e conduta elevatórias da Ravina, interligações do Troço Inicial e Chaminé de Equilíbrio; • Conduas de Água Bruta e Água Tratada de Vale da Pedra; • Aqueduto Alviela - Investimentos associados à implementação do preconizado na análise estratégica; • Adutora Camarate/Sacavém - Várzea de Loures; • Adutor da Costa do Sol; • Reabilitação de Conduas Adutoras do Sistema de Distribuição, destacando-se: <ul style="list-style-type: none"> - Adutora Telheiras/Alfragide (Adução Lisboa); - Adutora entre a Zona Média Olivais/Campo de Ourique (Adução Lisboa). 	11.543	9.307	13.553	9.827	32.687
Renovação da Rede de Distribuição	Reabilitação de condutas na rede de Lisboa, tendo por objetivo assegurar uma idade média compatível com a eficiência operacional desejável para o Sistema de Distribuição, nomeadamente ao nível da fiabilidade, consistência e qualidade de serviço prestado ao cliente, tendo como uma das naturais consequências a redução das avarias na Rede de Distribuição.	4.524	5.550	5.080	5.200	15.830

milhares de Euros

INVESTIMENTO	DESCRIÇÃO	E 2024	Projeção			Total
			2025	2026	2027	2025 - 2027
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	Estações Elevatórias - intervenções nas EE Castelo de Bode, Vila Franca Xira, Guerreiros, Telheiras e Olivais I, visando a melhoria de segurança e fiabilidade do seu funcionamento; Reservatórios - reabilitação dos Reservatório de Vila Franca de Xira, Alfragide e Alto de Carenque, visando a garantia da qualidade da água armazenada e o prolongamento por um prazo bastante alargado da vida útil da estrutura.	719	6.350	11.335	8.084	25.769
Contadores	Aquisição de novos contadores necessários não só no âmbito da atividade de manutenção preventiva (substituição dos contadores que atingem o prazo legal de verificação ou o período ótimo de renovação, refletindo-se positivamente na diminuição das perdas aparentes através da redução do tempo médio de serviço destes contadores), como também para a constituição de reserva que permita a substituição curativa de medidores que se encontrem inoperacionais devido a avaria.	495	806	680	850	2.336
Obras/ Equipamentos de Segurança	Obras estruturantes com o Projeto de Segurança (Medidas de Proteção Física e segurança eletrónica); Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio - reformulação tecnológica e implementação em Infraestruturas críticas (ampliação de Sistemas Automáticos de Detecção e Extinção de Incêndios em Recintos da EPAL (SADI e SAEI)); Segurança no Trabalho - Equipamento de segurança; Sistemas de vigilância eletrónica com imagem de infraestruturas.	455	828	849	756	2.432
Monitorização e controlo	Sensorização da rede de abastecimento, renovação tecnológica de válvulas, plataforma IT, instalação de rede de comunicações proprietária na Cidade de Lisboa; Comando e controlo, redes de comunicações industriais, sensorização e infraestruturas de potência na ETA da Asseiceira;	94	315	170	70	555
Outros	Outros	755	763	743	570	2.076
Garantia da Qualidade		2.218	6.975	4.390	4.375	15.739
Laboratórios	Renovação de equipamentos laboratoriais e beneficiação de equipamento fixo de laboratório.	800	783	940	785	2.507
Estações de tratamento de água	Sistema de Cloragem da ETA Asseiceira - desenvolvimento de um projeto para produção de cloro on site através da eletrólise salina. Deste modo, ao invés de armazenar cloro gás, a EPAL passará a produzir o cloro a partir de sal, água e energia renovável; Intervenções de reabilitação e melhoria nas ETA da Asseiceira e Vale da Pedra.	1.274	6.087	3.050	3.100	12.237
Construção/Remodelação dos Postos de Cloragem	Remodelação dos PC de Vila Franca de Xira, Alenquer e Vila Fria	0	20	305	300	625
Outros	Outros	144	85	95	190	370
Sustentabilidade e Inovação		20.161	14.261	8.923	7.520	30.704
Eficiência energética	Investimentos estratégicos ao nível da Produção e Redução de Energia, dos quais se destacam: <ul style="list-style-type: none">• Substituição de grupos elevatórios em Vila Franca de Xira, Telheiras e Amadora;• Parques eólicos, centrais fotovoltaicas e mini-hídricas;• Centro de Controlo de Energia e Emissões.	18.925	9.862	6.126	4.819	20.806
Monitorização e controlo	Implementação de "Medição Interativa" nos Clientes da EPAL; Otimização dos locais de medição de consumo de água (Clientes/rede de Lisboa).	934	3.971	2.580	2.613	9.165
Outros	Outros	301	428	217	88	733

milhares de Euros

INVESTIMENTO	DESCRIÇÃO	E 2024	Projeção			Total
			2025	2026	2027	2025 - 2027
Tecnologias de Informação e Comunicação		3.377	4.077	3.748	3.402	11.227
Hardware e Software	Hardware e Software	1.187	1.576	1.440	1.370	4.385
Infraestruturas e Telegestão	Manutenção do Sistema de Telegestão e Desenvolvimento de infraestruturas e sistemas de telecomunicações.	981	1.180	1.014	830	3.024
AQUAmatrix	Gestão do Sistema AQUAmatrix	880	454	547	455	1.457
Sistemas de Gestão	Novos desenvolvimentos no sistema de manutenção e engenharia, implementação de soluções e softwares específicos de apoio às atividades.	330	867	747	747	2.361
Outros Investimentos		7.476	11.335	7.921	3.873	23.130
Adaptação de Instalações	De entre os investimentos de adaptação de instalações, destacam-se as Intervenções em Recintos operacionais (e acessos) e não operacionais, o Campus da Água, o novo Edifício na Rua Gomes Ferreira/Amoreiras, a reabilitação do Edifício Sede.	3.621	5.769	4.355	1.305	11.429
Capitalização de Encargos	Capitalização de Encargos	2.300	2.300	2.300	2.300	6.900
Outros	Outros	1.555	3.266	1.266	268	4.800
TOTAL		55.750	75.367	80.392	59.742	215.500

4.4. Sistema de acompanhamento de investimentos

No que concerne ao Investimento programado para 2025, prevê-se um valor de **75,4 milhões de euros**.

milhares de euros

Investimento	PAO 2024 Inicial	PAO 2025 Est 2024	PAO 2025 Orçamento 2025	Varição O-2025/E2024
	63 900	55 750	75 367	35%

Tendo como objetivo um acompanhamento mais específico dos investimentos, foi desenvolvido ao nível do Grupo Águas de Portugal (AdP) um sistema de controlo de investimentos, que permitirá monitorizar globalmente a execução mensal do Plano de Investimentos e individualmente os principais investimentos de cada Empresa.

Este sistema é composto pelo seguinte conjunto de ficheiros, que constam do ponto 5 do **Anexo VI** deste documento:

- Plano (data 30.06.2024): ficheiro com os valores globais mensais do Plano de Investimentos da EPAL para 2025;

- Seleção investimentos (data 30.06.2024): identifica as **10 empreitadas** com maior valor plurianual com execução prevista em 2025, as **10 empreitadas** com maior valor em 2025 e as **5 empreitadas** propostas para monitorização (o critério de seleção das 5 empreitadas a reportar foi o maior valor de execução previsto para 2025);
- Fichas (data 30.06.2024): de cada uma das **5 empreitadas** a monitorizar individual e periodicamente. Estas fichas apresentam, para além dos valores e datas planeadas, a descrição do investimento e a justificação da sua necessidade.

Este modelo de acompanhamento permite o controlo periódico, quer em termos financeiros quer do desvio temporal.

Seguidamente apresentam-se a caracterização mais detalhada das empreitadas que irão ser monitorizadas:

Empreitada para efeitos do acompanhamento:	Descrição:
<p>Ficha 1</p> <p>Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 1 - Troço Brogueira/Sobral</p>	<p>Justificação da necessidade do investimento</p> <p>A única linha do adutor de Castelo do Bode, no troço Brogueira Sobral, tem atualmente 30 anos em exploração, sendo uma infraestrutura de elevada criticidade e importância estratégica para o sistema de abastecimento da EPAL, em particular no que respeita à Área Metropolitana de Lisboa. Esta obra pretende aumentar a quantidade de troços com redundância, duplicando um troço com cerca de 4.300 metros, contribuindo assim para um incremento de fiabilidade e redundância do sistema de abastecimento.</p> <p>Breve descrição da obra a realizar</p> <p>A empreitada engloba trabalhos de escavação e movimentação de terras necessários ao assentamento de tubagem em aço numa extensão de cerca de 43.00 metros, em faixa expropriada de propriedade da EPAL, dotada dos devidos ramais de descarga e dos necessários órgãos de manobra e segurança tais como válvulas de seccionamento, válvulas reguladoras, ventosas, descargas de fundo, bocas de visita e juntas de desmontagem.</p>
<p>Ficha 2</p> <p>Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 5 - Troço Azambuja / Várzea das Chaminés</p>	<p>Justificação da necessidade do investimento</p> <p>A única linha do adutor de Castelo do Bode, no troço Azambuja Várzea das Chaminés, tem atualmente 30 anos em exploração, sendo uma infraestrutura de elevada criticidade e importância estratégica para o sistema de abastecimento da EPAL, em particular no que respeita à Área Metropolitana de Lisboa. Esta obra pretende aumentar a extensão de troços com redundância, duplicando um troço com cerca de 2.300 metros, contribuindo assim para um incremento de fiabilidade e redundância do sistema de abastecimento. A empreitada inclui a reformulação dos circuitos hidráulicos de saída do recinto de Alcanhões, e de chegada à Várzea das Chaminés. Contempla ainda a execução das interligações do Adutor à Turbina da Azambuja.</p> <p>Breve descrição da obra a realizar</p> <p>A empreitada prevê trabalhos de escavação e movimentação de terras necessários ao assentamento de tubagem DN 1800mm numa extensão de cerca de 2.300 metros, em faixa expropriada de propriedade da EPAL, dotada dos</p>

Empreitada para efeitos do acompanhamento:	Descrição:
	<p>devidos ramais de descarga e dos necessários órgãos de manobra e segurança tais como válvulas de seccionamento, válvulas reguladoras, ventosas, descargas de fundo, bocas de visita e juntas de desmontagem.</p> <p>A empreitada inclui a reformulação dos circuitos hidráulicos de saída do recinto de Alcanhões, e de chegada à Várzea das Chaminés, ambos a executar em chapa de aço DN1800mm a DN2500mm. Contempla ainda a execução das interligações do Adutor à Turbina da Azambuja para produção de energia de origem Hídrica (Potência de 1600 kW).</p>
<p>Ficha 3</p> <p>Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta</p>	<p>Justificação da necessidade do investimento</p> <p>O Aqueduto Alviela é a infraestrutura mais antiga em exploração na EPAL, apresentando problemas inerentes à respetiva idade (superior a cem anos) em matérias de estabilidade estrutural, de consequentemente fiabilidade no abastecimento e de garantia da segurança. Este Investimento tem como objetivo implementar as soluções alternativas de abastecimento às atuais tomas do Aqueduto Alviela, entre o Sifão 29 e a Castanheira, para que desta forma seja possível proceder à sua reformulação.</p> <p>Breve descrição da obra a realizar</p> <p>As intervenções previstas têm como objetivo permitir a reformulação do troço 3 do Aqueduto do Alviela, entre a casa de água a jusante do sifão 29 e a Castanheira, assegurando-se que as necessidades do sistema de abastecimento ficam garantidas, quer no que respeita à qualidade, quer no que respeita à quantidade, nos pontos de entrega dependentes deste percurso. As intervenções mais significativas são a reabilitação da estação elevatória da Pimenta, a construção do reservatório da Pimenta e a execução das condutas C1, C2, C3 e C4B, bem como a câmara de interligação da Pimenta.</p>
<p>Ficha 4</p> <p>Recinto Vila Franca de Xira - Reabilitação das Estruturas Operacionais</p>	<p>Justificação da necessidade do investimento</p> <p>Trata-se de um recinto operacional da Empresa, e tendo em conta o seu estado de conservação, verificou-se a necessidade de intervenção, por forma à sua reabilitação/reformulação.</p> <p>Breve descrição da obra a realizar</p> <p>Compreende o desenvolvimento de um conjunto de soluções a implementar no recinto de VFX, com vista à:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Requalificação/reformulação do recinto, dos seus edifícios e das suas infraestruturas técnicas; b) A conceção de um novo edifício para um Posto de Cloragem.
<p>Ficha 5</p> <p>Grupos Elevatórios Vila Franca de Xira</p>	<p>Justificação da necessidade do investimento</p> <p>Os grupos elevatórios da Estação Elevatória 1 de Vila Franca de Xira, estão em atividade desde o final dos anos 70. Desde então foram realizadas ações de manutenção que têm permitido o uso do equipamento para além da vida útil expectável, mas que apresentam dificuldades crescentes na manutenção e um inerente défice de fiabilidade, principalmente a nível dos motores. Com a substituição dos grupos, pretende-se tornar a estação elevatória mais fiável e eficiente a nível do desempenho energético, através de ganhos de rendimento dos motores e das bombas e consequente redução do consumo de energia, permitindo também otimizar o uso das energias renováveis, potenciando o autoconsumo.</p>

Empreitada para efeitos do acompanhamento:	Descrição:
	<p>Breve descrição da obra a realizar</p> <p>A empreitada, na modalidade de conceção/construção, consiste na elaboração do projeto de execução e posterior fornecimento e instalação de 3 grupos eletrobomba na Estação Elevatória de Vila Franca de Xira (EE1) e correspondentes variadores de velocidade, o qual incluirá a adaptação das instalações mecânicas, elétricas e construção civil existentes, adequando a geometria dos novos grupos eletrobomba e demais infraestruturas às existentes. Inclui ainda o fornecimento de 2 motores de reserva.</p>

4.5. Investimentos materialmente relevantes

Relativamente aos **novos investimentos com expressão material**, definidos como “investimentos que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10,7 milhões de euros ou a 10% do orçamento anual da Empresa”, não existem investimentos nessas condições.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1. Quadro de pessoal

O PAO para o triénio 2025-2027 tem subjacente o seguinte quadro de pessoal:

	Situação a 31/12/2023	Situação a 31/12/2024	Situação a 31/12/2025	Situação a 31/12/2026	Situação a 31/12/2027
Afetos à atividade da EPAL	654	671	718	721	721
Órgãos Sociais (OS)	12	12	12	12	12
Trabalhadores	642	659	706	709	709
Afetos à gestão delegada da AdVT	430	441	549	549	549
Órgãos Sociais (OS)	14	14	14	14	14
Trabalhadores	416	427	535	535	535
Total	1.084	1.112	1.267	1.270	1.270
Total excluindo OS	1.058	1.086	1.241	1.244	1.244

Pessoal afeto à EPAL:

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2023	Situação a 31/12/2024	Situação a 31/12/2025	Situação a 31/12/2026	Situação a 31/12/2027
Órgãos Sociais (OS)	12	12	12	12	12
Cargos de direção (s/ OS)	18	18	18	18	18
Tec. Operacional	204	206	219	219	219
Tec. Especializado	143	143	143	143	143
Especialista	21	22	22	22	22
Bacharel	10	9	9	9	9
Licenciado	246	261	295	298	298
Total	654	671	718	721	721

Pessoal afeto à gestão delegada da Águas do Vale do Tejo:

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2023	Situação a 31/12/2024	Situação a 31/12/2025	Situação a 31/12/2026	Situação a 31/12/2027
Órgãos Sociais (OS)	14	14	14	14	14
Cargos de direção (s/ OS)	1	1	1	1	1
Técnico Operativo	255	261	330	330	330
Técnico	36	36	51	51	51
Técnico Superior	124	129	153	153	153
Total	430	441	549	549	549

Os gastos com o pessoal afeto à gestão delegada da AdVT constam do PAO da Águas do Vale do Tejo, no qual é igualmente fundamentada a variação prevista para o *headcount*.

No que concerne ao pessoal afeto à EPAL, e face ao valor real de 2023 – 654 pessoas (dos quais 642 trabalhadores e 12 correspondentes aos órgãos sociais) - estima-se para 2024 um acréscimo líquido de 17 trabalhadores, a saber:

- Contratação de 3 trabalhadores a alocar à atividade Aquamatrix (autorizados no despacho de aprovação do PAO 2023);
- Contratação de 3 trabalhadores para a equipa de Saúde e Medicina no Trabalho (autorizados no despacho de aprovação do PAO 2023);
- Contratação de 6 trabalhadores de modo a dar cumprimento a novas exigências decorrentes do regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano (autorizados no despacho de aprovação do PAO 2024);
- Reingresso de um trabalhador que se encontrava com contrato suspenso pelo exercício de funções de interesse público. Ocorrida a caducidade do contrato celebrado entre as partes, em junho 2024, ocorreu o regresso à origem do trabalhador e consequente extinção da suspensão do seu contrato de trabalho. Nos termos da legislação laboral, a EPAL procedeu à reincorporação deste trabalhador, originando o aumento “aparente” do número de trabalhadores face a 2024;
- Resulta da autorização genérica do PAO 2024 da EPAL, a possibilidade de celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo, para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes – contrato suspenso, até ao limite de 5% do número de trabalhadores na categoria, que se recomenda seja concedida sem o número de trabalhadores da empresa ultrapasse a qualquer momento 690, incluindo órgãos sociais. Tendo presente que nos últimos anos, não foi possível considerar a celebração deste tipo de contratos para colmatar saídas temporárias de trabalhadores, a empresa vai prover algumas vagas, no caso em concreto 4, situação que, de forma direta implica o aumento “aparente” do número de trabalhadores face a 2024, situação evidenciada no Mapa de RH.

Na alínea viii) do ponto 3 das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025 refere-se que os pedidos de recrutamento de pessoal que não tenham sido objeto de aprovação em PAO anterior, e cuja necessidade se mantenha, devem ser novamente objeto de proposta e expressa autorização.

Deste modo, e não obstante a empresa ter, ao longo do ano de 2024, submetido diversos pedidos autónomos para contratação de pessoal, que se reproduzem integralmente no anexo IV – B do presente documento, não tendo os mesmos, nesta data, ainda obtido aprovação, voltam os pedidos de autorização a ser submetidos no presente PAO.

A previsão para 2025 tem implícito um acréscimo líquido de 47 trabalhadores, e a previsão para o ano de 2026 de 3 trabalhadores.

De forma sucinta o Plano plurianual de entradas e saídas de trabalhadores considerado na elaboração do PAO 2025/2027 pressupõe:

- No triénio as saídas estimadas são apenas por motivo de reforma, as quais serão alvo de substituição no ano da saída (13 em 2025, 30 em 2026 e 16 em 2027);
- 50 admissões por aumento de *headcount*, das quais 47 em 2025 e 3 em 2026, as quais serão seguidamente explicitadas e fundamentadas (as 3 admissões previstas para 2026 enquadram-se no âmbito do Decreto-lei n.º 69/2023, no que concerne à verificação dos requisitos relativos à qualidade da água destinada para consumo humano e serão oportunamente explicitadas no PAO para 2026).

No que respeita às novas admissões em 2025 (aumento de *headcount*), estão previstas 3 situações distintas, designadamente:

- (i) Internalização de vínculos contratuais, nos termos da agenda para o trabalho digno;
- (ii) Admissões por acréscimo de atividade/garantia do serviço público prestado – sistemas de informação e transformação digital;
- (iii) Admissões por motivos de segurança das infraestruturas, decorrentes de restrições operacionais por inaptidão para a função.

Nos pontos seguintes detalha-se e explicita-se as situações acima elencadas:

(i) Internalização de vínculos contratuais, nos termos da agenda para o trabalho digno:

Tendo presente que, nos últimos anos, ocorreu um incremento relevante das obrigações legais e regulamentares que enquadram a prestação dos serviços de água, associados à necessidade de fazer face a novos desafios decorrentes, entre outros, das alterações climáticas e da eficiência energética, a empresa, enquanto aguardava pela competente autorização para recrutar os trabalhadores necessários à prossecução das suas obrigações de serviço público nos termos legais e regulamentares em vigor, designadamente no âmbito dos pedidos expressos nas suas propostas anteriores de Planos de Orçamento e Investimento, viu-se constrangida a celebrar contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, na estrita medida do indispensável para assegurar a continuidade da prestação de serviço público a que se encontra obrigada e, sempre admitindo de que se tratava de solução transitória, a expirar com a autorização de recrutamento para os seus quadros.

Importa salientar que, sem as contratações em apreço, a empresa se teria visto obrigada a descontinuar ou a prestar em moldes deficientes o seu serviço público, o que, manifestamente, não constituiu uma opção, numa empresa que integra o setor empresarial do Estado e como tal se encontra investida numa missão de interesse público, materializada na prestação de um serviço essencial que impacta diretamente na saúde e no bem estar das populações, para além das inerentes obrigações legais a que se encontra sujeita.

Nos diversos PAO que a EPAL tem submetido desde 2020, a empresa tem vindo sempre a identificar esta necessidade, solicitando a obrigatória autorização para a integração nos seus quadros destes prestadores de serviços, evidenciando o facto de os mesmos desenvolverem atividade com carácter permanente e regular, e suprimindo necessidades duradouras na organização.

Acresce que estes sucessivos pedidos de integração dos trabalhadores em regime de avença não se consubstanciam em qualquer aumento de custos na esfera da empresa, pois conforme exposto nos sucessivos PAO, consistirá apenas numa transferência de gastos entre a rubrica de fornecimento e serviços externos e a de gastos com pessoal, sem qualquer aumento dos seus gastos operacionais, sendo assim neutra no resultado líquido da EPAL.

Destaca-se que, no passado dia 2 de fevereiro de 2024 foi a EPAL notificada pela Autoridade para as Condições do Trabalho, para até ao dia 16 do mesmo mês de fevereiro, regularizar o vínculo laboral com um conjunto de 19 trabalhadores, de um total de 53 avençados que a empresa tinha considerado no Plano de Atividades e Orçamento para 2024-2026. Importa referir que aquando elaboração do presente plano, encontra-se agendado julgamento relativamente à revisão do enquadramento contratual de três destes avençados.

Fundamentação da necessidade:

Indicam-se em seguida as necessidades de integração para fazer face às necessidades permanentes da EPAL, bem como dar cumprimento aos requisitos legais aplicáveis:

a) Neutralidade Energética

A Lei de Bases do Clima, de dezembro de 2021, define pela primeira vez metas concretas para a antecipação do objetivo da Neutralidade Carbónica para 2045, tendo todos os Estados-Membros da União Europeia publicado Planos Nacionais de Energia e Clima para demonstrar como tencionam cumprir os objetivos climáticos da UE para 2030 e colocar a Europa na via da neutralidade climática até 2050. A Resolução de Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho, aprovou o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, onde se estabelece metas de redução de gases com efeito de estufa (GEE) e o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030), aprovado pela RCM n.º 53/2020, de 10 de julho, fixa as metas de redução das GEE, de incorporação de energia de fontes renováveis e uma melhor eficiência energética.

É neste âmbito que a EPAL, em cumprimento com as orientações estratégicas e setoriais e alinhamento com o Plano Estratégico de Neutralidade Energética do Grupo AdP, estabeleceu um Plano Ambicioso de Investimentos e de Ações para alcançar a Neutralidade Energética em 2030.

Os objetivos de neutralidade energética (e, por consequência, de redução de emissões do GEE) da EPAL, será conseguida por a) via da redução de consumos energéticos, através da implementação de diferentes medidas de eficiência energética, e b) via aumento da produção de energia 100% renovável e adequação do modelo de exploração dos sistemas de abastecimento (e de saneamento via serviços prestados à Águas do Vale do Tejo) à produção de energia elétrica verde (eólica, hídrica e solar).

Assim, uma das medidas de ação para a neutralidade energética é assegurar de forma contínua e permanente a gestão do processo de avaliação eficiência energética dos equipamentos mais relevantes da empresa, e proceder a estudos de novos modelos de exploração dos sistemas de abastecimento, decorrentes da entrada em exploração dos investimentos relativos à neutralidade carbónica (painéis fotovoltaicos, turbinas, eólica). Com efeito a EPAL teve a necessidade de recorrer a novas competências técnicas para proceder a análise dos modelos que permitam otimizar a exploração dos sistemas com a utilização das energias renováveis, procurando assim maximizar o retorno dos investimentos em curso e alcançar os objetivos da Neutralidade Energética em 2030.

Também na elaboração de projetos, lançamento e acompanhamento de empreitadas este desígnio representou, e representará, no futuro, uma profunda necessidade de recrutamento de técnicos especializados.

Ressalva-se novamente que estes procedimentos visam permitir que a empresa venha a alcançar a neutralidade de emissões, produzindo a sua própria energia a partir de fontes renováveis, através da instalação de centrais de produção de energia hidroelétrica nas suas condutas de água, eólica e fotovoltaica, retirando ainda partido do armazenamento nos reservatórios existentes, sendo uma verdadeira aposta na sustentabilidade ambiental e económica, reduzindo a exposição da empresa às eventuais futuras flutuações do mercado energético, com a assunção de uma mobilização de recursos expressiva.

Neste âmbito, identificam-se nove contratos em regime de avença que correspondem a necessidades permanentes.

b) Alterações Climáticas e Análise de Risco no Planeamento de Investimentos

Se por um lado a Lei de Bases do Clima, já referida anteriormente, reconhece a emergência climática, esta também tem como objetivo garantir que todos os investimentos públicos integrem os riscos associados às alterações climáticas nas decisões de planeamento. É neste âmbito que cada vez mais as análises dos investimentos necessários a curto, médio e longo prazo, requerem exigentes e complexas análises ao nível das temáticas das alterações climáticas, da escassez hídrica e da necessidade de resiliência.

Assim, a EPAL teve a necessidade de reforçar e inovar as suas competência nas áreas das alterações climáticas e de análise de risco, de forma a melhor avaliar continuamente a otimização dos processos de planeamento de investimento suportado em avaliações de risco, com novas variáveis fortes, designadamente os efeitos das alterações climáticas, implicando a existência de uma grande capacidade analítica, técnica e um conhecimento profundo do funcionamento dos sistemas de abastecimento (abastecimento e saneamento na AdVT por prestação de serviços).

Neste âmbito, identificam-se três contratos em regime de avença que correspondem a necessidades permanentes.

c) Da dinâmica imobiliária em Lisboa e seus impactos na atividade em baixa da EPAL

A dinâmica imobiliária de Lisboa, evidenciada no quadro abaixo, originou um aumento expressivo nos pedidos de licenciamento e novas ligações de sistemas prediais à rede pública, e que se mantêm, não

sendo possível internamente mobilizar recursos qualificados para as funções de gestão, atualização e manutenção do cadastro no sistema informático de gestão comercial.

Processos de Ligação	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Processos Novos [un]	757	780	1017	1219	1357	1290	1266	947	774	902	808
Processos de Alterações [un]	996	964	1166	1363	1498	1379	1518	1266	1139	1180	1139
Total Processos (Novos e Alteração) [un]	2582	1744	2183	2582	2855	2669	2784	2213	1913	2082	1947
Proc. Analisados < 21 dias calendário [%]	94%	95%	86%	61%	56%	56%	85%	88%	98%	98%	98%
Vistorias Realizadas [un]	1422	1253	1442	1453	1726	1655	1662	1436	1599	1575	1395
Vistorias Realizadas < 5 dias úteis [%]	88%	93%	95%	89%	82%	92%	95%	89%	99%	100%	100%
Sistema de Cadastro de Clientes - AQUAmatrix - Locais Consumo Gerados [un]	1690	1220	1448	1652	1960	2283	2339	1867	2685	2951	3252
Tempo Médio de Abertura de Cadastro [dias úteis]	0.6	0.4	0.7	0.4	0.8	1	1.3	1.7	0.71	0.76	1
Emissão de Certificados de Exploração [un]	0	0	402	404	518	545	549	480	572	536	557

Neste âmbito, identificam-se cinco contratos em regime de avença que correspondem a necessidades permanentes.

d) Da contratação pública e da fatura eletrónica

A EPAL, na sua qualidade de empresa pública, está profundamente comprometida com a aplicação rigorosa do Código da Contratação Pública.

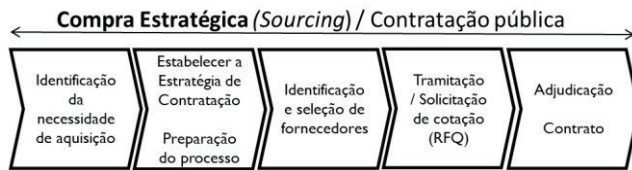
A este princípio legal e ético acresce a factualidade dos processos de agregação/assunção da gestão delegada, que levou a empresa a assumir um papel ainda mais preponderante no mercado.

Desta realidade resulta diretamente um acréscimo de preocupação com o papel da empresa enquanto *player* no mercado, com escala suficiente para robustecer substancialmente a concorrência, promovendo assim a existência de um mercado saudável e concorrencial.

Acresce que nas empresas agregadas na Águas do Vale do Tejo, a contratação obedecia, atenta a respetiva escala e contexto territorial, a preocupações diferentes, pelo que este é um domínio em que da assunção da gestão delegada decorreu – direta e imediatamente – um impacto significativo no volume e complexidade de processos tramitados.

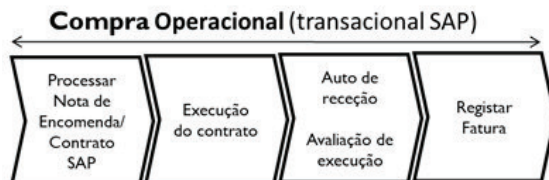
Sendo o tema dos recursos humanos fundamental nesta área de atividade, dada a necessidade de se implementar a recomendação (UE) de 2017/1805 da Comissão Europeia, de 3 de outubro de 2017, relativa à profissionalização da contratação pública, e que reconduz à necessidade de criação de uma estrutura dotada de profissionais habilitados em contratação pública.

Assim:



Indicadores e volume de atividade:

- Número de solicitações de contratação: 275 solicitações de procedimentos pré-contratuais por ano;
- N.º de processos de contratação concluídos em (2023): 192;
- Valor dos contratos/adjudicações realizadas (2023): 30.732.855 euros;
- Produtividade média anual: 28 contratos celebrados por colaborador.



Indicadores e volume de atividade

- Total de documentos processados e monitorizados em SAP: cerca de 40.000 documentos/ano;
- N.º de notas de encomendas processadas em (2023): 12 255;
- Produtividade média de compras: 200 processamentos de encomenda/mês por colaborador.

Acresce que, já no corrente ano de 2024, haverá um incremento da atividade resultante da obrigação da publicitação dos contratos do regime dos setores especiais no Portal Base, incluindo a necessidade de apoio ao gestor de contrato.

Estima-se um volume superior a 500 publicitações/ano (n.º de contratos acima de 10 mil euros). Haverá, também, um direcionamento para a compra estratégica, com introdução do alinhamento com a sustentabilidade, a inovação e as compras ecológicas, na lógica de TCO (Total Cost of Ownership), conhecido em português como Custo Total de Aquisição ou de posse.

Os dados do Plano de Compras (PdC) para 2024 apontam para necessidades planeadas superiores a 470 processos de contratação. Com o atual modelo de gestão de Compras, poderemos depreender o insuficiente dimensionamento da área de contratação, em molde a assegurar um planeado lançamento e desenvolvimento de processos aquisitivos.

Ao nível da compra Operacional é necessário assegurar os processamentos de notas de encomenda em tempo útil, para responder aos requisitos da implementação da fatura eletrónica (FE). No âmbito das atividades do armazém, para a EPAL e a AdVT é efetuada a gestão de mais de 4.000 artigos de stock, onde se incluem os produtos químicos de tratamento de água, fundamentais para o desenvolvimento da atividade das empresas.

Neste âmbito, identificam-se sete contratos em regime de avença que correspondem a necessidades permanentes.

e) Do reforço do Laboratório

Desde 2015, foram publicados vários diplomas legais que vieram alterar substancialmente o regime jurídico (enquadramento legal) aplicável à EPAL, no que concerne às obrigações que a empresa tem de cumprir, enquanto entidade gestora de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água destinada ao consumo humano, objetivando o controlo das massas de água (origens) utilizadas para produção de água destinada ao consumo humano, a adequada gestão dos sistemas de abastecimento e instalações sob a sua responsabilidade e a salvaguarda/proteção da saúde pública, destacando-se os seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 218/2015, de 7 de outubro;
- Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho;
- Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro;
- Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto alterada pela Lei n.º 40/2019, de 21 de junho.

As novas obrigações legais obrigaram a uma reorganização das atividades/funções acometidas à Direção de Laboratórios, ao aumento seu âmbito de atividades e ao reforço dos seus recursos técnicos e humanos, objetivando garantir a capacidade interna de resposta aos requisitos legais vigentes.

Acresce que desde 2015, com a criação da Águas de Lisboa e Vale do Tejo e subsequente cisão para formação da Águas do Vale do Tejo, ambas sob gestão delegada da EPAL, o Laboratório internalizou, entre outras, as seguintes atividades e atribuições, anteriormente contratadas a entidades externas pelas antigas empresas extintas (Águas do Zêzere e Côa, Águas do Centro, Águas do Oeste, Águas do Norte Alentejano e Águas do Centro Alentejo), e/ou suportadas por outros órgãos da estrutura dessas empresas:

- Desenvolvimento e gestão dos Plano de Segurança da Água (PSA) da AdVT – reporte periódico da avaliação do risco à ERSAR;

- Conceção, planeamento e execução do Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) dos sistemas de abastecimento sob gestão da Empresa, cumprindo as normas/requisitos legais aplicáveis, as recomendações das entidades competentes e as necessidades de suporte de amostragem, ensaios de campo e análises laboratoriais identificadas pelas áreas operacionais responsáveis pela conceção, exploração e manutenção dos mesmos;
- Realização de ensaios a produtos utilizados nos processos de tratamento e a materiais em contato com água aplicados nas infraestruturas da Empresa;
- Tratamento de dados de qualidade da água e reporte periódico às autoridades competentes (ERSAR, APA e Autoridade de Saúde), ao acionista e a clientes estratégicos e municipais, bem como a entidades internas;
- Gestão da informação constante do módulo de qualidade da água no Portal do Regulador, relativa aos sistemas de abastecimento sob gestão da Empresa: carregamento e validação da componente legal dos PCQA, gestão de alterações ao plano, registo de incumprimentos, carregamento e validação de dados para indicadores da qualidade da água (IDQA);
- Gestão dos Processos de Incumprimentos de Valores Paramétricos, Recomendados e Valores de Alerta detetados nos sistemas de abastecimento sob gestão da Empresa, e colaboração na gestão dos Processos de Reclamações de Qualidade da Água das EG abastecidas pela AdVT;
- Desenvolvimento de métodos de ensaio de novos parâmetros da qualidade da água de abastecimento, elencados nas diretivas comunitárias, legislação e recomendações das entidades competentes de referência no setor (OMS, DGS, IWA, EPA, etc.), para identificação de riscos potenciais de incumprimentos nos sistemas de abastecimento da AdVT e suporte à cadeia de decisão.

A assunção da gestão direta destas atividades decorreu essencialmente:

- Da necessidade de colmatar as lacunas pré-existentes, no que concerne ao controlo da qualidade da água anteriormente praticado, em virtude de limitações orçamentais, falta de capacidade instalada no setor laboratorial a nível nacional;
- Do desígnio de estender a todo o território desde então gerido os elevados padrões já observados na EPAL;

- Da dificuldade e custos associados à gestão de uma miríade de contratos de prestação de serviços analíticos, inclusive, com entidades laboratoriais sedeadas fora do território nacional,
- Da factibilidade de que, no comparativo, o reforço da capacidade já instalada no Laboratório representar um custo menor do que a manutenção dos anteriores contratos e permitir ganhos de escala para a EPAL/AdVT.

Em suma, da absoluta necessidade de, sem sombra para qualquer dúvida ou erro, assegurar a qualidade da água para consumo humano em toda a área servida pela AdVT de forma mais eficaz e eficiente, cumprindo o desígnio de garantir a salvaguarda/proteção da saúde pública.

Neste âmbito, identificam-se seis contratos em regime de avença que correspondem a necessidades permanentes.

f) Da necessidade de reforço de áreas transversais e/ou de suporte

Igualmente desde o início das obrigações da EPAL com a gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, foi necessário ajustar a estrutura orgânica e alterar metodologias de trabalho, para fazer face à nova realidade. As áreas de suporte sofreram grandes alterações, pois para além do aumento exponencial da estrutura operacional sob responsabilidade da empresa, também foi necessário ajustar processos para fazer face a uma realidade muito diferente da então existente. A evolução tecnológica e legal a que a empresa tem estado sujeita, e que tem promovido, implica adicionalmente a necessidade de mais recursos qualificados.

Assim, foram várias as áreas em que foi necessário recorrer a prestações de serviços em regime de avença para fazer face às necessidades, a saber:

- Área de Sistemas de informação:

Esta Área é responsável por garantir a mais de 1.200 utilizadores dispersos por toda a área de implementação da EPAL e da AdVT:

- A gestão do serviço de suporte aos utilizadores da empresa;
- A gestão dos recursos e equipamento de mobilidade e ferramentas digitais;
- A gestão das infraestruturas de servidores de suporte às atividades da Empresa, com a exceção dos sistemas associados ao Aquamatrix;
- O planeamento, gestão, implementação e monitorização de todo o hardware que se conecte direta ou indiretamente a qualquer das redes de sistemas da empresa;

- A gestão de todos os centros de dados principais e de recuperação da empresa;
- O planeamento da evolução da infraestrutura para resposta às necessidades do negócio;
- A definição e garante dos níveis de serviço e disponibilidade e informação da empresa;
- A definição de políticas e procedimentos de microinformática e da sua utilização no que refere a todos os equipamentos que se conectam à rede de sistemas da Empresa.

Tanto o (re)dimensionamento da Empresa como o esforço sistemático de robustecimento da infraestrutura e plataformas informáticas não só para otimização de processos internos, mas, acima de tudo, para a melhoria de eficácia dos sistemas de abastecimento justificam a necessidade de reforço.

Neste âmbito, identifica-se um contrato em regime de avença que corresponde a necessidades permanentes.

- Área Administrativa:

A área administrativa da EPAL é responsável por assegurar as seguintes tarefas e atividades, para o universo total de trabalhadores da EPAL e da AdVT:

- Gestão operacional do sistema de Gestão Documental, designadamente:
 - Receção, abertura, digitalização, registo, tratamento, distribuição e arquivo de correspondência;
 - Receção dos documentos físicos para expedição, adequando e aplicando os critérios de funcionamento do sistema de gestão documental;
 - Receção, registo, tratamento, distribuição e arquivo na gestão documental de mensagens de correio eletrónico (e-mail) e faturas;
 - Criação de entidades no sistema de gestão documental.
 - Apoio ao utilizador e monitorização da localização de documento, garantindo formas eficientes de recuperação e exploração da informação;
- Assegurar os serviços de pesquisa na microfilmagem da correspondência recebida e expedida;
- Efetuar a distribuição interna de correspondência.

Esta área tem desde 2014 otimizado os seus processos e funcionamento, ajustando a sua atividade à nova realidade conjunta de gestão de duas empresas. Tal permitiu a manutenção da qualidade

de serviço, apesar de ter passado de um efetivo total de 12 pessoas em 2015, para atualmente apenas dispor de 5 trabalhadores, sendo um deles uma prestação de serviços em regime de avença que, anualmente, registam cerca de 65 mil documentos no sistema de gestão documental.

Neste âmbito, identifica-se um contrato em regime de avença que corresponde a necessidades permanentes.

- Área de Segurança e Saúde no Trabalho

O Acordo de Empresa aplicável aos trabalhadores da EPAL, prevê no seu clausulado a existência de dois postos médicos em duas instalações da empresa, sendo atualmente garantidos por um trabalhador do quadro da empresa e outro é garantido por trabalhador em regime de contrato de avença, ambos com a habilitação profissional de Enfermagem, especialização em enfermeiro de trabalho. A proposta apresentada é a de regularização deste elemento, por remissão ao clausulado do Acordo de Empresa.

Neste âmbito, identifica-se um contrato em regime de avença que corresponde a necessidades permanentes.

- Áreas de Sustentabilidade Empresarial, jurídica e de comunicação

O Regulamento Geral de Proteção de Dados: O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e a Lei de Proteção de Dados, Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, trouxe um conjunto de exigências e de atividades adicionais à EPAL, para assegurar a sua implementação e manutenção da *compliance*

Prevenção do assédio no trabalho: Os diplomas legais associados à temática de prevenção do assédio no trabalho, nomeadamente a Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, que reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Trabalho, trouxe um conjunto de exigências e de atividades adicionais à EPAL, para assegurar a sua implementação e manutenção da *compliance*

Igualdade de género e conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal: Os diplomas legais associados à temática de igualdade de género e de conciliação, como o Código do Trabalho, a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio, o

Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, trouxeram um conjunto de exigências e de atividades adicionais à EPAL, para assegurar a *compliance*

Combate à corrupção e infrações conexas: Os diplomas legais associados à temática do combate à corrupção e infrações conexas, nomeadamente a Recomendação n.º 4/2019, de 2 de dezembro, do Conselho de Prevenção da Corrupção, a Estratégia nacional de combate à Corrupção 2020-2024 e o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que estabelece o regime geral de prevenção da corrupção, trouxeram um conjunto de exigências e de atividades adicionais à EPAL.

Neste âmbito, identificam-se cinco contratos em regime de avença que corresponde a necessidades permanentes.

Enquadramento das necessidades permanentes descritas anteriormente (avaliação custo benefício)

No que concerne ao impacto económico e financeiro associado, e conforme já referido, a regularização de vínculos não implicará um acréscimo de gastos operacionais, na medida em que a empresa apenas converte os gastos atualmente incorridos via fornecimentos e serviços externos em gastos com pessoal.

Tendo a empresa identificado a necessidade de admissão inicial de 53 pessoas (33 a alocar às áreas operacionais e 20 às áreas de suporte), no presente, identificam-se 38 pessoas, detalhando-se os gastos estimados dessas admissões, em contraponto com o desenvolvimento das atividades em regime de fornecimentos e serviços externos.

Área Funcional	Nº Trabalhadores	Gasto FSE Anual.	Gasto massa salarial estimado
Operacional	23	574 016,00 €	524 261,43 €
Suporte	15	330 096,00 €	314 032,95 €
Grand Total	38	904 112,00 €	838 294,38 €

De notar que ao total de 53 situações identificadas na proposta de PAO 2024 foram desde já subtraídas 15, na medida em que corresponderam: 7 a regularização por conta de saídas por reforma, as quais por uma reorganização do trabalho por via a recursos tecnológicos permitiu colmatar esta necessidade pela melhoria da capacidade técnica da empresa, e 8 a uma situação aguda muito particular, decorrente de vicissitudes – exógenas – na renovação do processo de contratação externa de serviços de assistência domiciliária em Lisboa. Nesta medida, recorreu-se à contratação em regime de

prestação de serviços dos recursos humanos absolutamente necessários para evitar a profunda degradação do serviço em Baixa, resposta que será descontinuada à medida em que – por contratação externa de prestação de serviços global – se consiga normalizar esta contingência.

Confirma-se assim que para além das vantagens ao nível operacional, a solução preconizada pela empresa envolve uma redução de gastos, constatando-se assim uma adequada viabilidade económica e financeira, para a contratação de:

- 23 trabalhadores a integrar a área operacional, o que representa um aumento de gastos com pessoal no ano de 2025 de 524 mil euros (contempla encargos sociais), por contrapartida da redução de FSE que se estima na ordem dos 574 mil euros;
- 15 trabalhadores a integrar a área de suporte, o que representa um aumento de gastos com pessoal em 2025 de 314 mil euros (contempla encargos sociais), por contrapartida da redução de FSE que se estima na ordem dos 330 mil euros.

	2025	2026	2027
<i>Simulação de impacto na massa salarial, contempla encargos e benefícios sociais</i>	€ 838.294	€ 863.443	€ 863.443

(ii) Admissões por acréscimo de atividade/garantia do serviço público prestado

A Direção de Sistemas de Informação e Transformação Digital, é responsável por assegurar a segurança dos sistemas da Empresa, num contexto de intensificação de ameaças e consequente legislação preventiva deste tipo de crime que se traduz numa ameaça crescente para a sociedade e para a economia, e que afeta cada vez mais serviços essenciais e críticos, como o tratamento de água para consumo humano e de águas residuais.

Os ataques informáticos podem ter consequências graves para a saúde pública, o ambiente, a segurança nacional e a confiança dos cidadãos nos serviços que a empresa presta. Por isso, é fundamental a EPAL estar preparada para prevenir, detetar e responder a esses ataques, garantindo a continuidade e a qualidade do serviço seja de forma digital ou analógica, sendo requeridas novas competências e mais recursos humanos, bem como novos mecanismos de verificação inteligente e autónoma que os auxiliem.

Neste contexto, a União Europeia e Portugal têm vindo a desenvolver um quadro legal e normativo para reforçar a cibersegurança, em especial dos serviços essenciais e críticos como o da EPAL, que implica novas obrigações e responsabilidades para as entidades que os prestam, bem como para as suas administrações. A legislação europeia e portuguesa sobre cibersegurança, com especial atenção ao novo NIS 2 (*Network and Information Security*) trará um conjunto de implicações para o setor, pelo elevado uso de tecnologia de automatização, telegestão, automação e IOT. A NIS 2 propõe alargar o âmbito de aplicação da legislação, harmonizar os requisitos de segurança, reforçar o papel e as competências dos envolvidos, das autoridades nacionais e da Agência da União Europeia para a Cibersegurança (ENISA) aumentando a cooperação e a partilha de informação, bem como aprovar sanções mais dissuasoras em caso de incumprimento. A NIS 2 foi aprovada pelo Parlamento Europeu, e está em processo de transposição para Portugal, devendo ser adotada até outubro de 2024.

Tal como referido supra, o setor da água é considerado um dos serviços essenciais e críticos, destacando-se pela crescente utilização de tecnologias de informação, automatização, telegestão e IOT para garantir a eficiência, a qualidade e a sustentabilidade do serviço. Estas tecnologias, no entanto, também aumentam a exposição a ciberataques, que podem comprometer o funcionamento das infraestruturas, a segurança dos serviços, a proteção dos dados pessoais e a confiança dos utilizadores/cidadãos. É por isso crescente e crítica a existência de uma preparação adequada e dos recursos para cumprir as obrigações e os requisitos de cibersegurança que decorrem da legislação europeia e portuguesa, e que serão reforçados com a entrada em vigor da NIS 2, bem como a necessidade da organização em conseguir trabalhar em modo analógico/manual.

Por todas as implicações que a nova legislação trará à Empresa, considera-se essencial a contratação de 2 Licenciados que, integrados na equipa preparem a transição exigida, faseando-se a sua admissão em 2 anos, no sentido da empresa percecionar as orientações expressas pela transposição da NIS 2 para Portugal, a qual se espera, conforme referido, que venha a ocorrer em outubro de 2024.

	2025	2026	2027
Atividade de garantia da segurança dos sistemas digitais da empresa	I Licenciado	I Licenciado	--

Solicita-se ainda a necessária autorização, para, a par com a definição das carreiras especiais na função pública, que a presente admissão, para referência da base da carreira, possa considerar o nível remuneratório da tabela salarial da empresa mais próximo do valor adotado no setor público. Esta

exceção deve-se à dificuldade da empresa em colmatar qualquer processo de recrutamento neste âmbito, perante o valor praticado no mercado para este tipo de habilitação e conhecimento.

Considerando este pressuposto estima-se um custo (contempla encargos e benefícios sociais) para o ano de 2025, que ascende a 34.425 euros.

	2025	2026	2027
Simulação de impacto na massa salarial, contempla encargos e benefícios sociais	€ 34.425	€ 70.915	€ 73.043

(iii) Segurança de infraestruturas – restrições operacionais por inaptidão para a função

Tendo em conta a natureza prioritária de serviço público essencial associado à atividade da empresa a organização do trabalho nas áreas operacionais é caracterizada pela predominância de laboração contínua, em regime de turno, assegurando que não há quebra de serviço ou degradação do serviço prestado.

Com efeito, de qualquer falha nas operações de abastecimento, decorrem riscos concretos e efetivos para a saúde pública. O mesmo se diga das atividades de manutenção dos equipamentos essenciais às operações e do controle analítico e de qualidade da água para consumo humano.

Nesta medida, as aptidões condicionadas e conseqüente inaptidão para a concretização de determinadas tarefas de operadores destas áreas funcionais decretadas por Médico/a Especialista são suscetíveis de impactar diretamente no serviço público prestado.

Para evitar tais implicações lança-se mão do trabalho suplementar. Em equipas de laboração contínua, o/a trabalhador/a apenas pode abandonar o posto de trabalho por substituição obrigatória por outro/a trabalhador/a apto ao desempenho de funções.

Nestes casos, o fundamento para a realização deste trabalho suplementar - que assume carácter duradouro e permanente - desalinha do previsto no n.º 1 do artigo 227.º do Código do Trabalho, que consagra que, *“o trabalho suplementar só pode ser prestado quando a empresa tenha de fazer face a acréscimo eventual e transitório de trabalho e não se justifique para tal a admissão de trabalhador”*.

Ora, atentos os constrangimentos legais, tal admissão só se afigura possível através do pedido que ora se submete, na medida em que os trabalhadores com aptidão condicionada estão na empresa, ainda que não lhes possam ser atribuídas tarefas que aderem, no todo ou em parte, ao núcleo essencial das

funções cometidas e necessárias às áreas nas quais se integram. Por outro lado, não existe suplência, no sentido é que é impossível, objetivamente, mobilizar outros trabalhadores para substituição de condicionados nas tarefas originais.

Sendo certo que na empresa, identificam-se outras situações de trabalhadores condicionados, neste pedido destacam-se apenas aqueles que implicam de uma forma direta com o adequado funcionamento do serviço público prestado, considerando trabalhadores:

- afetos a áreas operacionais, nomeadamente da Direção de Operação de Abastecimento, da Direção do Laboratório e da Direção de Manutenção;

- com inaptidão para a função, decretada por Médico da Especialidade, sem que tal implique baixa por razões de saúde.

Fundamentação da necessidade:

- Trabalhadores da Direção de Operações de Abastecimento

Esta Direção assegura os objetivos da captação, tratamento, transporte, armazenamento e distribuição de água para consumo humano, assegurando a sua qualidade e quantidade de acordo com os requisitos legais em vigor.

Descrição	Descrição (restrições declaradas pelo/a Médico Especialista)	Dias de Baixa (últimos 5 anos)
Contratado para integrar a equipa do Posto Móvel de Lisboa (laboração contínua - 3 turnos), com a categoria profissional de Técnico Operacional, área funcional de Exploração	1. impossibilidade de condução de viaturas ligeiras; 2. impossibilidade de trabalhador por turnos. (condicionalismos incompatíveis com a função para o qual foi contratado)	382
Contratado para integrar a equipa de Higienização de Reservatórios, com a categoria profissional de Técnico Operacional, área funcional ee Serviço de Redes	1. impossibilidade de condução de viaturas ligeiras; 2. impossibilidade de movimentação de cargas; 3. impossibilidade de manuseamento de varas de limpeza acima do tronco. (condicionalismos incompatíveis com a função para o qual foi contratado)	44

Medidas propostas	Análise Custo Benefício
3.1.A Contratação para a mesma função de dois Técnicos Operacionais, base da carreira, nos termos do Acordo de Empresa	<p>Custo associado: acréscimo de headcount (1 trabalhador), custo anual incluindo todos os encargos/benefícios €52.936,56</p> <p>Benefício associado:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Garantia da qualidade do serviço público prestado; 2. Conformidade legal com o artigo 227 do Código do Trabalho; 3. Redução de custos variáveis: <p>a. Entre janeiro e julho de 2024, a equipa encontra-se com menos 1 elemento "Posto Móvel de Lisboa", com 540 horas de trabalho extraordinário registado a que corresponde o valor de €14.598, com uma previsão para 2024 de €25.025;</p> <p>b. o trabalho extraordinário feito em dia de descanso, nos termos da legislação/Acordo de Empresa, consagra o direito de 1 dia de descanso ao trabalhador e pagamento do valor hora a 100%, com um custo estimado para 2024 de €2.352.</p> <p>Redução de FSE:</p> <p>c. no momento presente temos um serviço de outsourcing para garantir a inaptidão do trabalhador em executar tarefas de higienização de reservatórios, cujo custo mensal estima-se na ordem de €1200.</p>

- Trabalhadores da Direção de Laboratórios

Esta Direção garante a realização de ensaios analíticos dos parâmetros organoléticos, microbiológicos, biológicos, físico-químicos e radiológicos em águas naturais e de consumo humano, águas residuais, lamas, efluentes, lixiviados, meios recetores ou outras matrizes pertinentes no âmbito das atividades da empresa e para entidades externas.

Descrição	Descrição (restrições declaradas pelo/a Médico Especialista)	Dias de Baixa (últimos 5 anos)
Integram a equipa da Amostragem, com responsabilidade de colheitas de amostras em respeito com a legislação em vigor e respetivo Plano de Controlo de Qualidade da Água. A função requer a condução de viaturas ligeiras para deslocação entre os diversos pontos de recolha. Atualmente asseguram colheitas na área de concessão da AdVT.	1. Não pode conduzir viaturas ligeiras por períodos de tempo superiores a 30 minutos; 2. Não pode levantar e/ou deslocar objectos de peso superior a 5 Kg.	269
	1. Não conduzir mais de 200km do posto de trabalho; 2. Não manipular cargas superiores a 8kg; 3. Impossibilidade de movimentos em carga com os joelhos, e/ou de flexão e torção do tronco, em carga.	232

Medidas propostas	Análise Custo Benefício
3.2.A Contratação para a mesma função de 2 (dois) Técnicos Operacionais, base da carreira, nos termos do Acordo de Empresa	<p>Custo associado: acréscimo de headcount (2 trabalhadores), custo anual incluindo todos os encargos/benefícios por trabalhador de €26.468,28 custo anual na ordem dos € 52.936,56</p> <p>Benefício associado:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Garantia da qualidade do serviço público prestado; 2. Conformidade legal com o artigo 227.º do Código do Trabalho e com o Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto de 2023, que determina as regras de controlo da qualidade da água para consumo humano; 3. Redução de custos variáveis: <ul style="list-style-type: none"> a. Entre janeiro e julho de 2024, nesta equipa regista-se 1417 horas de trabalho extraordinário a que corresponde o valor de €18.376, com uma previsão para 2024 de €31.501.

- Trabalhadores da Direção de Manutenção

Esta Direção garante o planeamento e a execução da manutenção preventiva, condicionada e curativa dos ativos sob gestão da empresa, com o objetivo de maximizar o nível de serviço e a eficiência operativa dos sistemas de abastecimento.

Descrição	Descrição (restrições declaradas pelo/a Médico Especialista)	Dias de Baixa (últimos 5 anos)
Contratado para integrar a equipa de emergência do Piquete de Lisboa (laboração contínua - 3 turnos), com a categoria profissional de Técnico Operacional, área funcional de Assistência a Redes	1. impossibilidade, por motivo de doença, de trabalhar em condutas ou outros locais subterrâneos por tempo indeterminado; 2. Inapto para a função decretada em 12.09.2023.	61
	1. Função operativa, impede o desenvolvimento pleno da atividade; 2. Inapto para a função decretada com remissão a enquadramento clínico reservado.	295
	1. Função operativa, impede o desenvolvimento pleno da atividade; 2. Inapto para a função por limitação da sua atividade for a de trabalho em espaços confinados.	54
Contratado para integrar a equipa de vigilância de redes, com a categoria profissional de Técnico Operacional, área funcional de Vigilância a Redes	1. Função operativa, impede o desenvolvimento pleno da atividade; 2. Inapto para a função decretada com remissão a enquadramento clínico reservado.	228

Medidas propostas	Análise Custo Benefício
3.3.A Contratação para a mesma função de Técnico Operacional, base da carreira, nos termos do Acordo de Empresa	Custo associado: acréscimo de headcount (1 trabalhador), custo anual incluindo todos os encargos/benefícios €105.873,12 Benefício associado: 1. Garantia da qualidade do serviço público prestado; 2. Conformidade legal com o artigo 227 do Código do Trabalho; 3. Redução de custos variáveis: a. Entre janeiro e julho de 2024, a equipa encontra-se com menos 1 elemento "Piquete de Lisboa", com 2057 horas de trabalho extraordinário registado a que corresponde o valor de €36.959, com uma previsão para 2024 de €63.358; b. o trabalho extraordinário feito em dia de descanso, nos termos da legislação/Acordo de Empresa, consagra o direito de 1 dia de descanso ao trabalhador e pagamento do valor hora a 100%, com um custo estimado para 2024 de €5.880.

Pretende-se com as contratações propostas, garantir o adequado funcionamento do serviço público prestado, a par com o cumprimento da legislação, nomeadamente de controlo da qualidade da água para consumo humano, bem como anular situações na empresa que estão na base de recurso a trabalho suplementar de forma recorrente, associadas à necessidade de colmatar falhas de recursos humanos por inaptidão.

No que concerne ao impacto económico e financeiro associado, a contratação proposta implicará um acréscimo do número de trabalhadores e gastos operacionais, na medida em que a mitigação estimada de rubricas variáveis não anula no seu todo o acréscimo da massa salarial, conforme simulação:

Âmbito	Proposta de nova Contratação (cfr. DLEO 2024) n.º trabalhadores	Impacto na massa salarial com encargos	Redução de variáveis estimada / FSE
3.1.A Contratação para a mesma função de dois Técnicos Operacionais, base da carreira, nos termos do Acordo de Empresa	2	52,936.56 €	28,088.50 €
3.2.A Contratação para a mesma função de 2 (dois) Técnico Operacional, base da carreira, nos termos do Acordo de Empresa	2	52,936.56 €	18,900.60 €
3.3.A Contratação para a mesma função de 4 (quatro) Técnico Operacional, base da carreira, nos termos do Acordo de Empresa	4	105,873.12 €	31,157.10 €
		211,746.24 €	78,146.20 €

Face ao exposto, vem a EPAL, S.A., solicitar a autorização para nova contratação de 8 trabalhadores para as funções descritas, atenta a situação de excecionalidade e de relevante interesse público decorrente da necessidade imperiosa de continuar a assegurar a continuidade de um serviço público essencial.

	2025	2026	2027
Simulação de impacto na massa salarial, contempla encargos e benefícios sociais	€ 211.746	€ 218.099	€ 224.642

(iv) Admissão de trabalhadores a termo resolutivo (por remissão ao despacho de aprovação do PAO 2024

Resulta da autorização genérica do PAO 2024 da EPAL, a possibilidade de celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo, para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes – contrato suspenso, até ao limite de 5% do número de trabalhadores na categoria, que se recomenda seja concedida sem o número de trabalhadores da empresa ultrapasse a qualquer momento 690, incluindo órgãos sociais.

Tendo presente que nos últimos anos, não foi possível considerar a celebração deste tipo de contratos para colmatar saídas temporárias de trabalhadores, a empresa vai prover algumas vagas, situação que, de forma direta implica o aumento “aparente” do número de trabalhadores face a 2024, situação evidenciada no Mapa de RH.

Acresce a impossibilidade de comparação de custos, com o período homólogo, pelo que, apresenta-se a simulação do impacto na massa salarial que ocorre pela admissão destes trabalhadores a termo resolutivo, por contrapartida de saídas registadas em momento anterior ao ano de 2023, a saber:

Contratos a Termo Resolutivo	Nº	2025	2026	2027
Saídas anteriores a 2023	4	99,349.59 €	102,330.07 €	102,330.07 €

Vem a empresa ainda solicitar, nos termos do ponto 5 das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025, que seja conferida competência ao Conselho de Administração da empresa, no exercício da autonomia financeira para:

- celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes, nomeadamente por doença ou parentalidade;
- autorização para o recrutamento antecipado para substituição de trabalhadores que deixam a empresa no ano a que respeita o PAO, até ao limite de 5% do número de trabalhadores na categoria, arredondado por excesso, desde que previsto no planeamento de recursos humanos.

5.2. Gastos com o pessoal

A EPAL partilha as políticas do Grupo AdP na gestão de recursos humanos, alinhadas com os seus objetivos estratégicos e em cumprimento com as orientações da tutela e da moldura legal vigente aplicável ao Setor Empresarial do Estado.

Destaca-se a particularidade do seu Acordo de Empresa (AE), com o texto integral republicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 25, de 08/07/2023 e última revisão publicada no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 13, de 08/04/2024.

Para 2025, no âmbito do acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade (Acordo), celebrado em outubro de 2022, as empresas públicas integrantes do SEE devem continuar a assegurar uma política remuneratória, em consonância com o referido Acordo. Assim aconteceu nos anos de 2022 a 2024, através dos despachos conjuntos do SEF e SET, datados de 15 de dezembro e de 12 de maio.

A valorização para 2025 corresponde a 4,7% dos gastos com pessoal do exercício de 2024, excluindo novas admissões, que incorpora os aumentos com seguros de saúde e vida, a aplicação de automatismos decorrentes da aplicação do AE e restantes salários regulares e variáveis, i.e. corresponde à melhor estimativa de fecho da empresa, sendo certo que ainda se aguardam as orientações da tutela para os aumentos salariais no SEE, pelo que, só após a necessária orientação ocorrerá a estabilização com as estruturas sindicais. Resulta do referido, que os valores estimados em sede de proposta de PAO 2025, podem e serão sujeitos a ajustamentos, quando finalizado o processo negocial.

O exposto divide-se nas seguintes autorizações necessárias:

1. Atualização salarial (em linha com as orientações da tutela para os aumentos salariais no SEE)

- Aumento estimado de 4,7% com referência aos gastos com pessoal do exercício de 2024.

Esta simulação contempla todas as rubricas pagas 14 vezes ao ano, bem como, o aumento esperado de subsídios variáveis por referência ao valor médio efetivamente realizado entre janeiro e agosto de 2024. Resulta do referido, que os valores estimados em sede de proposta de PAO 2025 - 2027, podem e serão sujeitos a ajustamentos, quando finalizado o processo negocial do AE.

Face ao acima exposto, com efeitos a 1 de janeiro de 2025, perspetiva-se um aumento de gastos com pessoal em 2025 de 1,3 milhões de euros, respeitando o teto máximo de aumento de 4,7%.

Para o ano de 2026 considerou-se um aumento estimado de 4,6% e em 2027 não se considerou qualquer aumento.

2. Aplicação de automatismos decorrentes da convenção coletiva aplicável

- Anuidades conforme cláusula VI-5 do AE

Os trabalhadores abrangidos pelo AE têm direito, por cada ano de serviço na Empresa, a uma anuidade de valor de 1 % do nível A1 da tabela salarial constante do anexo III do AE, com arredondamento para o décimo do euro imediatamente superior. As anuidades vencem -se no início de cada ano civil.

Face ao acima exposto, com efeitos a 1 de janeiro de 2025, esta atualização traduz-se num aumento de gastos com pessoal em 2025 de 76.974 euros (incluindo os respetivos encargos sociais).

- Progressões automáticas e extensão/evolução de carreira conforme anexo III do AE

Pela redação do ponto 2 do Anexo III do AE, descreve-se de seguida o impacto nos gastos com pessoal em 2025, relativamente a:

- Progressões automáticas: anexo III - ponto 2.1. - Regras de progressão da carreira base: impacto de 34.852 euros (incluindo encargos sociais);
- Extensão de carreira: anexo III - ponto 2.2. e 2.3. - Regras de progressão por extensão/evolução de carreira: impacto de 35.228 euros (com encargos sociais).

Face ao acima exposto, com efeitos a 1 de janeiro de 2025, as progressões automáticas e a extensão/evolução de carreira traduzem-se num aumento de gastos com pessoal em 2024 de 70.080 euros (incluindo os respetivos encargos sociais).

3. Novas Admissões (aumento de *headcount*)

As novas admissões foram já explicitadas no ponto 5.1. do presente documento, prevendo-se o seguinte aumento de *headcount*:

	2025	2026	2027
Aumento de <i>headcount</i>	47	3	-

Ao qual corresponde o aumento de gastos:

	2025	2026	2027
Aumento de gastos com o pessoal decorrentes novas contratações	1.084.466	1.373.480	1.373.480

No anexo IV consta o mapa com detalhe por categoria profissional das entradas e saídas no período do PAO.

4. Programa de progressão profissional por mérito

A EPAL propõe-se ainda criar um programa de progressão profissional por mérito, para os seus trabalhadores, caso haja disponibilidade de massa salarial no final do ano de 2025, face à melhor estimativa de fecho de contas.

O Acordo de Empresa EPAL, que norteia as relações laborais prevê mecanismos de progressão na carreira automáticos e universais, no entanto limitados no tempo. Historicamente as progressões por mérito eram aprovadas anualmente por ato de gestão do Conselho de Administração, prática que foi descontinuada em 2010 fruto das restrições que, desde então (ainda que com formatos variáveis), foram impostas a atos de gestão desta natureza.

Ainda que a matéria mereça reflexão e tratamento em sede de negociação de AE com os parceiros sociais, a verdade é que não existiram ainda as condições exógenas que permitissem realizar negociação com a profundidade e morosidade de que são credoras. As negociações até agora encetadas tinham como pano de fundo despacho autorizadores para valorização salarial. Neste contexto, a premência de um Acordo expedito não é conciliável com uma revisão profunda de clausulado.

Aqui chegados, os trabalhadores não encontram um plano de progressão na carreira ancorado no respetivo desempenho, ou sequer a expectativa de o mesmo ser devidamente reconhecido. Esta factualidade impacta particularmente na carreira de Licenciados aos quais, pela natureza e especialização das funções, o mercado oferece condições mais favoráveis, perdendo a empresa competitividade, assistindo-se de uma forma preocupante à perda de know-how.

Pretende-se inverter esta trajetória sem, ainda assim, aumentar massa salarial. Ou seja, mediante previsão de fecho de contas e caso exista espaço na massa salarial, preconiza-se a criação de um programa de progressões/promoções que possa, paulatinamente, inverter esta realidade. Esse programa será tão ou menos abrangente quanto o montante disponível.

Não obstante não se prever aumento de custos com pessoal, um ato desta natureza tem de ser plasmada em PAO, requisito que ora se cumpre no presente documento.

6. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Reproduzem-se em seguida os quadros constantes do ficheiro Excel que acompanha a proposta de PAO da empresa para o período 2025-2027:

Mapa Resumo:

Demonstrações financeiras

						Unid:	1.000 €
Balanco	2023	2024	2025	2026	2027		
Ativo (total)	851.164	866.049	879.351	881.206	889.758		
não corrent.	671.147	700.620	751.656	798.735	824.350		
corrente	180.017	165.429	127.695	82.472	65.409		
CP (total)	682.406	695.563	705.036	715.144	726.581		
result.trans.	274.404	293.544	309.902	325.764	341.137		
Passivo (total)	168.758	170.486	174.315	166.063	163.177		
não corrent.	106.106	98.877	103.930	105.438	105.562		
corrente	62.652	71.610	70.385	60.625	57.616		

Demonstração de resultados	2023	2024	2025	2026	2027		
Volume de Negócios (incl. ICs)	179.855	183.896	188.453	192.370	196.414		
% de crescimento		2%	2%	2%	2%		
Gastos com Pessoal	-26.101	-27.883	-31.292	-33.024	-33.051		
% de crescimento		7%	12%	6%	0%		
Fornecimentos e serviços externos	-42.767	-44.762	-44.017	-42.885	-42.758		
% de crescimento		5%	-2%	-3%	0%		
EBITDA	103.090	104.418	106.159	109.489	113.564		
% de crescimento		1%	2%	3%	4%		
EBIT	76.254	77.600	76.878	76.537	78.224		
% de crescimento		2%	-1%	0%	2%		
Resultado líquido	56.659	56.034	54.301	53.548	54.275		
% de crescimento		-1%	-3%	-1%	1%		

Eficiência operacional	2024	2025	2026	2027
GO/VN	40,3%	40,1%	38,8%	38,0%

Eficiência Operacional:

Eficiência operacional	2023	2024		2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-70.972.380	-74.074.590	-74.915.524	-77.547.538	-78.122.825	-77.994.462	-2.632.014	-3,5%
CMVMC	-2.103.849	-2.116.734	-2.270.683	-2.238.971	-2.213.607	-2.185.603	31.712	1,4%
FSE	-42.767.416	-42.539.519	-44.762.000	-44.016.723	-42.884.892	-42.757.670	745.278	1,7%
Gastos com pessoal	-26.101.115	-29.418.337	-27.882.840	-31.291.844	-33.024.326	-33.051.188	-3.409.004	-12,2%
Impactos decorrentes de obrigações legais*	0	0	865.049	1.984.196	3.423.621	3.423.621	1.119.147	129%
Imposições legais - RH	0	0	0	1.285.568	2.724.992	2.724.992	1.285.568	
Licenças Microsoft	0	0	650.171	0	0	0	-650.171	-100,0%
Seguro de doença (agravamento prémio)	0	0	214.879	698.629	698.629	698.629	483.750	225,1%
Gastos operacionais ajustados	70.972.380	74.074.590	74.050.475	75.563.342	74.699.205	74.570.841	1.512.867	2,0%
Volume de negócios	179.855.415	181.395.137	183.895.871	188.452.847	192.369.893	196.414.231	4.556.975	2,5%
Vendas	178.714.675	180.055.137	182.305.871	186.862.847	190.779.893	194.824.231	4.556.975	2,5%
Prestações de Serviços	1.140.739	1.340.000	1.590.000	1.590.000	1.590.000	1.590.000	0	0,0%
Volume de Negócios ajustado	179.855.415	181.395.137	183.895.871	188.452.847	192.369.893	196.414.231	4.556.975	2,5%
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	39,5%	40,8%	40,3%	40,1%	38,8%	38,0%	-0,2 p.p.	

Outros:

Endividamento (fórmula)	Unidade EUR						Δ (2025-2024)	
	2023 Execução	2024 PAO	2024 Estimativa	2025 Previsão	2026 Previsão	2027 Previsão	Valor	%
Capital estatutário	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	0	0%
Financiamento remunerado	58.132.280	62.081.301	54.981.773	58.845.911	62.615.999	66.455.883	3.864.137	7%
(-) Novos investimentos com expressão material	0	0	0	0	0	0	0	
Δ de endividamento (%)		1,9%	-1,5%	1,9%	1,8%	1,8%	3,4 p.p.	

Outros	Unidade Dias						Δ (2025-2024)	
	2023 Execução	2024 PAO	2024 Estimativa	2025 Previsão	2026 Previsão	2027 Previsão	Valor	%
Prazo Médio de Pagamento	25	30	29	29	29	29	0	0%
Pagamentos em Atraso (Arrears)	945.038	0	500.000	450.000	400.000	350.000	-50.000	-10%

Detalhe de Fornecimentos e serviços externos	Unidade EUR						Δ (2025-2024)	
	2023 Execução	2024 PAO	2024 Estimativa	2025 Previsão	2026 Previsão	2027 Previsão	Valor	%
Fornecimentos e serviços externos (1)	42.767.416	42.539.519	44.762.000	44.016.723	42.884.892	42.757.670	-745.278	-2%
TOTAL	42.767.416	42.539.519	44.762.000	44.016.723	42.884.892	42.757.670	-745.278	-2%

Fonte: Proposta de PAO para 2025-2027

Frota automóvel	Unidade EUR						Δ (2025-2024)	
	2023 Execução	2024 PAO	2024 Estimativa	2025 Previsão	2026 Previsão	2027 Previsão	Valor	%
Operacional - EUR	2.306.551	2.401.765	2.384.303	2.667.100	2.979.500	2.996.000	282.797	12%
Operacional - n.º de viaturas	267	268	268	274	274	274	6	2%
Não operacional - EUR	0	0	0	0	0	0	0	
Não operacional - n.º de viaturas	0	0	0	0	0	0	0	

Board:

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024	2026 vs 2025	2027 vs 2026	Variação média anual do triénio	Cumpre 1.º ano			Cumpre Triénio		
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					S	N	N/A	S	N	N/A
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO														
Taxa de crescimento nominal PIB	4,5	4,5	4,5	3,8	4,5%	4,5%	3,8%	4,3%						
Taxa de crescimento real PIB	1,5	1,9	2,0	1,5	1,9%	2,0%	1,5%	1,8%						
Taxa de crescimento IHPC	2,5	2,1	2,0	2,0	2,1%	2,0%	2,0%	2,0%						
a) Volume de negócios	183.896	188.453	192.370	196.414	2,5%	2,1%	2,1%	2,2%	S			S		
b) EBIT, liq. de provisões, imparidades e correções de justo valor	78.677	77.998	77.657	79.344	-679	-340	1.687	223	N			S		
c) Resultado líquido	56.034	54.301	53.548	54.275	-1.733	-753	727	-586	N			N		
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	9%	9%	9%	9%	-0,2 p.p.	-0,1 p.p.	0,1 p.p.	-0,1 p.p.	N			N		
e) Rentabilidade dos RH	115.649x	107.072x	106.154x	108.494x	-8.577x	-918x	2.340x	-2.385x	N			N		
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	8%	8%	8%	8%	-0,4 p.p.	-0,2 p.p.	0,0 p.p.	-0,2 p.p.	N			N		
g) Financiamento líquido de novos investimentos	204.982	208.846	212.616	216.456	3.864	3.770	3.840	3.825	N			N		
h) Pagamentos em Atraso (Arrears)	500	450	400	350	-50	-50	-50	-50	S			S		
i) Volume de negócios (real)	183.896	184.577	184.719	184.904	0,4%	0,1%	0,1%	0,2%	S			S		
ii) Gastos operacionais (%)	74.050	75.563	74.699	74.571	2,0%	-1,1%	-0,2%	0,2%	S			S		
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS														
Gastos operacionais (corrigido do IHPC)	74.050	74.009	73.235	73.109	-41	-775	-126	-314	S			S		

Rácios financeiros:

Rácios Financeiros	Formúla	2023	2024	2025	2026	2027
		Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Rentabilidade das vendas	EBITDA/Volume de Negócio	57%	57%	56%	57%	58%
Rentabilidade do Ativo	Resultado Operacional/Ativo médio	9%	9%	9%	9%	9%
Rentabilidade do Capital próprio	Resultado Líquido/Capital Próprio médio	8%	8%	8%	8%	8%
Passivo total	Passivo/Ativo	20%	20%	20%	19%	18%
Endividamento Corrente	Passivo Corrente/Ativo	7%	8%	8%	7%	6%
Autonomia financeira	Capital Próprio/Ativo	80%	80%	80%	81%	82%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	287%	231%	181%	136%	114%
Rentabilidade dos RH	Resultado Operacional/n.º de trabalhadores	116.597	115.649	107.072	106.154	108.494

7. CONTRATO PROGRAMA/ CONTRATO DE SERVIÇO PÚBLICO / CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

No que respeita a Contratos Programa ou Contratos de Prestação de Serviço Público, a Empresa não celebrou nem prevê celebrar qualquer contrato-programa com o Estado Português, bem como não tem contratualizado qualquer contrato de prestação de serviço público.

Desde 2010 e até 2025 (bem como para 2026 e 2027), a EPAL não recebeu nem prevê receber empréstimos do Estado, aumentos de capital ou indemnizações compensatórias, bem como subsídios e outras operações similares.

Esforço público de financiamento	2010 a 2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Unidade: Euros Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
Empréstimos	0	0	0	0	0	0
Aumentos de capital	0	0	0	0	0	0
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0	0
Subsídios Governamentais	0	0	0	0	0	0
Outras operações similares	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0

8. QUADRO SÍNTESE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS

Apresenta-se no quadro seguinte os atos que nos termos das orientações para o PAO 2025 carecem de autorização expressa ou de dispensa de cumprimento da orientação:

Autorização necessária	Fundamentação	Normativo aplicável	Pág. PAO
Princípios orçamentais (medidas de otimização de desempenho)			
Atualização salarial (em linha com as orientações da tutela para os aumentos salariais no SEE) – incremento de gastos com pessoal em 1.285.568 euros em 2025	No âmbito do acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade (Acordo), celebrado em outubro de 2022, as empresas públicas integrantes do SEE devem continuar a assegurar uma política remuneratória, em consonância com o referido Acordo. Valorização até 4,7% dos gastos com pessoal do exercício de 2024.	Acordo de valorização rendimentos	58 104 105
Aplicação de automatismos decorrentes da convenção coletiva aplicável - incremento de gastos com pessoal em 147.054 euros em 2025	Aplicação de automatismos previstos no Acordo de Empresa – anuidades, progressões automáticas e extensão/evolução de carreira	IPG 2025 n.º 3 v)	58 105
Dedução no cálculo do indicador de eficiência operacional do impacto do acréscimo no prémio do seguro de doença (imposição legal por via do acordo de empresa)	Dedução no cálculo do indicador de eficiência operacional do impacto do acréscimo no prémio do seguro de doença (imposição legal por via do acordo de empresa)	IPG 2025 n.º 3 v)	57 58
Regularização de Vínculos (necessidades permanentes) - autorização para contratação de 38 trabalhadores	Necessidades permanentes: • 23 trabalhadores a integrar a área operacional, o que representa um aumento de gastos com pessoal no ano de 2025 de 524 mil euros por contrapartida da redução de FSE que se estima na ordem dos 574 mil euros; • 15 trabalhadores a integrar a área de suporte, o que representa um aumento de gastos com pessoal em 2025 de 314 mil euros por contrapartida da redução de FSE que se estima na ordem dos 330 mil euros.	IPG 2025 n.º 3 viii)	86 a 97

Autorização necessária	Fundamentação	Normativo aplicável	Pág. PAO
Regularização de Vínculos (necessidades permanentes) - aumento de gastos decorrentes da autorização de <i>headcount</i> do ponto anterior	Necessidades permanentes: <ul style="list-style-type: none"> • 23 trabalhadores a integrar a área operacional, o que representa um aumento de gastos com pessoal no ano de 2025 de 524 mil euros por contrapartida da redução de FSE que se estima na ordem dos 574 mil euros; • 15 trabalhadores a integrar a área de suporte, o que representa um aumento de gastos com pessoal em 2025 de 314 mil euros por contrapartida da redução de FSE que se estima na ordem dos 330 mil euros 	IPG 2025 n.º 3 viii)	86 a 97
Admissões por acréscimo de atividade/garantia do serviço público prestado - autorização para contratação de 2 trabalhadores (1 deles em 2025)	Atividade de garantia da segurança dos sistemas digitais da empresa Contratação de 1 trabalhador em 2025 e outro em 2026	IPG 2025 n.º 3 viii)	97 a 99
Admissões por acréscimo de atividade/garantia do serviço público prestado - aumento de gastos decorrentes da autorização de <i>headcount</i> do ponto anterior	Atividade de garantia da segurança dos sistemas digitais da empresa Contratação de 1 trabalhador em 2025 e outro em 2026 Acréscimo de gasto em 2025 – 34 mil euros	IPG 2025 n.º 3 viii)	99
Admissões por motivos de segurança de infraestruturas – restrições operacionais por inaptidão para a função -- autorização para contratação de 8 trabalhadores	Recrutamento para áreas operacionais para suprir trabalhadores com inaptidão para a função, decretada por Médico da Especialidade, sem que tal implique baixa por razões de saúde. Contratação de 8 trabalhadores em 2025	IPG 2025 n.º 3 viii)	99 a 102
Admissões por motivos de segurança de infraestruturas – restrições operacionais por inaptidão para a função -- aumento de gastos decorrentes da autorização de <i>headcount</i> do ponto anterior	Acréscimo de gasto em 2025 – 134 mil euros (gasto de 212 mil euros parcialmente compensado com redução de gastos de 78 mil euros)	IPG 2025 n.º 3 viii)	102

Autorização necessária	Fundamentação	Normativo aplicável	Pág. PAO
Admissão de trabalhadores a termo resolutivo (por remissão ao despacho de aprovação do PAO 2024) – 4 trabalhadores	Admissão de 4 trabalhadores a termo resolutivo, por contrapartida de saídas registadas em momento anterior ao ano de 2023	IPG 2025 n.º 3 viii)	103
Admissão de trabalhadores a termo resolutivo (por remissão ao despacho de aprovação do PAO 2024) – aumento de gastos decorrentes da autorização de <i>headcount</i> do ponto anterior	Acréscimo de gasto em 2025 – 99 mil euros	IPG 2025 n.º 3 viii)	103
Princípios financeiros			
EBIT, Resultado líquido, ROA, ROE e RRH – autorização para exclusão aos indicadores dos efeitos das imposições legais (acordo de valorização)	Efeitos não comparáveis distorcem o resultado dos indicadores	IPG 2025 2b) e 2c)	45 a 51
Dispensa de cumprimento do indicador de rentabilidade dos RH, RL, ROA em 2025	Aprovação da dispensa de cumprimento deste princípio no ano de 2025	IPG 2025 2e)	47 a 51
Dispensa de cumprimento do indicador de rentabilidade do Capital próprio	Aprovação da dispensa de cumprimento deste princípio	IPG 2025 2f)	52
Recursos Humanos:			
Conferir competência ao Conselho de Administração para substituição de trabalhadores	Conferida competência ao Conselho de administração da empresa no exercício da autonomia financeira para a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes, nomeadamente por doença ou parentalidade	IPG 2025 n.º 5 -2)	103
Conferir competência à Administração para substituição de trabalhadores	Conferida competência ao Conselho de administração da empresa no exercício da autonomia financeira para autorização para o recrutamento antecipado para substituição de trabalhadores que deixam a empresa no ano a que respeita o PAO, até	IPG 2025 n.º 5 -2)	103

Autorização necessária	Fundamentação	Normativo aplicável	Pág. PAO
	ao limite de 5% do número de trabalhadores na categoria, arredondado por excesso, desde que previsto no planeamento de recursos humanos		
Frota:			
Autorização para desenvolvimento dos procedimentos de contratação necessários para a substituição da sua frota	Autorização para desenvolvimento dos procedimentos de contratação necessários para a substituição da sua frota, nomeadamente no âmbito da implementação do Plano da Frota Verde do Grupo AdP (gastos correspondentes previstos no PAO)	IPG 2025 n.º 3 ix)	60 a 61
Autorização para incremento da frota em 6 viaturas operacionais	Autorização para desenvolvimento dos procedimentos de contratação necessários para aumento da frota em 6 viaturas indispensáveis à atividade operacional	IPG 2025 n.º 3 ix)	61 a 64

Lisboa, 13 de novembro de 2024

O Conselho de Administração

9. DOCUMENTAÇÃO ANEXA À PROPOSTA DE PAO:

Anexo I – Parecer do Órgão de Fiscalização

Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA EPAL, EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A. SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2025

I. Introdução

A EPAL-Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., é uma empresa do Setor Empresarial do Estado, detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

Da sua longa trajetória, destaca-se o facto de ser sucessora da centenária CAL - Companhia das Águas de Lisboa, que deteve a concessão do abastecimento de águas à cidade entre 1868 a 1974. A partir desse período, a entidade assumiu diferentes denominações, inicialmente como EPAL - Empresa Pública das Águas de Lisboa, até 1981, seguida por EPAL - Empresa Pública das Águas Livres até 1991, data em que adotou a atual designação de EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., conforme estabelecido pelo Decreto-Lei 230/91, de 21 de junho, tornando-se uma sociedade anónima de capitais integralmente públicos. Em 1993, passou a integrar o Grupo AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A..

Em 2015, na sequência do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL assume a responsabilidade pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (LVT). Neste contexto, para além da obrigação da gestão das infraestruturas afetas ao sistema, a Empresa passou a ser responsável por todas as demais obrigações inerentes à gestão do sistema, nomeadamente, a construção e manutenção das infraestruturas, o controlo da qualidade da água para abastecimento público e, ainda, todos os aspetos internos intrínsecos da atividade como a elaboração da contabilidade da empresa, a gestão financeira do sistema e a gestão dos recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal.

A EPAL assumiu, ainda, a posição contratual da sociedade LVT nos contratos de trabalho e nos acordos de cedência de pessoal. Assim, os trabalhadores das empresas agregadas em 2015 foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, durante o período de vigência da gestão delegada.

Em 2017, no âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, resultou a cisão da LVT, que passou a designar-se por Águas do Vale do Tejo S.A. (ADVT) tendo a gestão delegada deixado de incluir o saneamento da área da grande Lisboa e da Península de Setúbal que passou a ser exercida por outras empresas então criadas.

Com esta cisão verificou-se a saída de trabalhadores para as novas entidades gestoras, tendo os restantes mantido a integração na estrutura orgânica da EPAL. Este movimento, contudo, não afetou os gastos da EPAL, uma vez que de acordo com o modelo de relacionamento existente entre as duas empresas, a EPAL debita periodicamente os gastos incorridos com a gestão delegada, os quais incluem os incorridos com recursos humanos.

2. Enquadramento

Em cumprimento do estabelecido no n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e no disposto no n.º 6, do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2025-2027, aprovado pelo Conselho de Administração da EPAL-Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL) em 13 de novembro de 2024.

O Parecer do Conselho Fiscal tem por base o citado Plano, o Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Deloitte & Associados, SA, sobre a Informação Financeira Prospetiva para o ano 2025, de 4 de dezembro de 2024, a Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (Orçamento de Estado para 2024), as disposições inscritas no Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (Normas de Execução do Orçamento de Estado para 2024), bem como as Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025 (IPG) da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

O Conselho Fiscal teve ainda em conta, na sua apreciação, os esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração, pela Direção Financeira, pelos vários serviços da empresa, bem como pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) da sociedade. Para o efeito, realizou confirmações através de validações diversas em relação a aspetos quantitativos que julgou relevantes, e examinou os pressupostos que fundamentaram essas informações.

3. Eventuais limitações

Em anteriores Planos de Atividade e Orçamento, assinalámos que as alterações legislativas introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tiveram impacto significativo nas competências da EPAL. Essas mudanças alargaram e reduziram o âmbito das suas responsabilidades, com reflexos diretos na gestão de diversos serviços da empresa, incluindo a gestão de pessoal. Tal impacto foi agravado pela entrada e saída de um elevado número de colaboradores, motivada pela elevada faixa etária da sua composição, julgando-se por isso, que a estabilidade organizacional poderia não se encontrar garantida. Além disso, no Plano de 2022, a empresa enfrentou limitações adicionais, uma vez que não foi autorizada superiormente a contratação de 48 trabalhadores, restringindo-se apenas à substituição dos colaboradores que saíram.

Contudo, considerando o disposto nos artigos 132.º e 133.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024, e à semelhança do que ocorreu em 2023, parece-nos haver uma maior flexibilidade na gestão de recursos humanos. Esta flexibilidade permite à empresa decidir sobre a contratação de pessoal por tempo indeterminado ou para a substituição de trabalhadores que tenham saído, ainda que condicionada a um limite percentual relacionado com o aumento do volume de negócios. Apesar disso, entende-se que a estabilidade organizacional da empresa pode continuar a não estar plenamente garantida para o ano em análise (2025), mas caberá, no entanto, à EPAL, utilizar os novos instrumentos ao seu dispor para alcançar essa estabilidade.

Neste contexto importa sublinhar que o aumento da despesa com pessoal, associado ao aumento do número de trabalhadores (47 para 2025 e 3 para 2026), requer autorização expressa concedida no momento da aprovação do Plano de Atividade e Orçamento (PAO). Tal aumento deverá ser justificado com rigor e fundamentado no crescimento da atividade ou na evolução do mercado alvo. Ademais, esses aumentos deverão ter caráter excepcional e pontual, ou seja, ao serem propostos para um determinado ano, não deverão comprometer o cumprimento dos princípios estabelecidos para o triénio.

Com impacto nos gastos com o pessoal, a empresa solicita também autorização para um aumento salarial (em linha com as orientações da tutela para os aumentos salariais do SEE), a aplicação dos automatismos decorrentes da convenção coletiva.

Não obstante, os efeitos da guerra na Ucrânia e, mais recentemente, do conflito Israel/Palestina, têm gerado um clima de incerteza, com impactos significativos na inflação e na trajetória das taxas de juro. Essa instabilidade tem resultado no aumento generalizado dos preços, incluindo os da energia e dos combustíveis, com consequências diretas nos custos de fornecimentos e serviços externos, com previsíveis repercussões nos concursos de empreitadas associados ao ambicioso Plano de Projetos de Investimento que a empresa se propõe implementar.

Por fim, ressaltamos, que frequentemente os acontecimentos futuros não correm da forma esperada, e que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos na Informação Financeira Prospetiva, com variações, eventualmente relevantes, agravados, na presente situação, pela incerteza da evolução macroeconómica.

4. Plano de investimentos e de financiamento 2025-2027

O Plano Anual de Investimentos da EPAL foi elaborado com base nos investimentos já em curso e resultou de análises multicritério e de risco, tendo para o efeito, contado, com a colaboração de um Painel de Peritos.

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. prevê, para o ano de 2025, um total de investimento de 75,4 milhões de euros, dos quais 18,1 milhões de euros correspondem a investimentos que transitam de anos anteriores:

Investimento	milhares de euros			TOTAL do triénio
	2025	2026	2027	
A - Transitam de anos anteriores	18 113	13 561	8 511	40 185
B - Iniciados no período 2024-2026	57 254	66 831	51 230	175 315
TOTAL	75 367	80 392	59 741	215 500

Fonte: PAO 2025

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
 Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o Ano de 2025

3/18

Dos investimentos iniciados em 2025, 38,54% referem-se a investimentos de substituição, ou seja, aqueles que garantem a manutenção da atividade. Para este período, não existem novos investimentos com expressão material.

milhares de euros				
B - Investimento iniciado no período 2024-2026	2025	2026	2027	TOTAL
Recorrente				27 824
	10 699	9 770	7 355	
Aquisição de bens	2 689	2 432	2 397	7 518
Capitalização de juros	2 300	2 300	2 300	6 900
C - Novos investimentos	41 566	52 329	39 179	133 074
Investimentos de substituição	22 068	27 266	18 830	68 164
Outros investimentos	19 498	25 063	20 349	64 910
TOTAL	57 254	66 831	51 231	175 316

Fonte: PAO 2025

De acordo com o PAO 2025, os investimentos previstos para 2025 serão financiados por autofinanciamento e por endividamento. Salienta-se, que no POSEUR, para além dos projetos já aprovados, não foram considerados para o próximo Orçamento quaisquer novas candidaturas, prevendo-se que o restante endividamento seja assegurado pelo BEI.

Nos termos do artigo 38.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro de 2023 que aprova o Orçamento do Estado para 2024, mais uma vez o crescimento global do endividamento das empresas públicas, fica limitado a 2%, excluindo novos investimentos com expressão material, "na parte não participada por fundos europeus a fundo perdido, que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior ao menor dos valores entre € 10 000 000 ou o resultante da aplicação de 10 % do orçamento anual da empresa" nos termos do n.º 1 do artigo 135.º do Decreto-Lei de execução orçamental para 2024.

Conforme se pode observar no quadro infra, no PAO para 2025 prevê-se um acréscimo no endividamento financeiro bruto no valor de 3,9 milhões euros em relação ao valor estimado para 2024. Este crescimento resulta de um novo empréstimo a contrair junto do BEI no valor de 14,5 milhões de euros.

Endividamento Financeiro	2023	2024	2025	2026	2027
Unidade: milhões de euros	Real	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
Endividamento Financeiro Bruto	58,1	55,0	58,8	62,6	66,5

Fonte: PAO 2025

Por outro lado, conforme Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, é reiterada a orientação de que as empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), não devem prever um aumento do endividamento individual da empresa superior a 2%, considerando o financiamento remunerado

corrigido pelo capital social realizado e outros instrumentos de capital próprio, excluindo, de novos investimentos com expressão material e de investimentos previstos no PRR.

Endividamento Financeiro	2023	2024	2025	2026	2027
Unidade: milhões de euros	Real	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
Endividamento Financeiro Bruto					
Saldo inicial	68,6	58,1	55,0	58,8	62,6
Amortizações de capital	-10,4	-10,7	-10,5	-10,6	-10,7
Novos desembolsos	0,0	7,5	14,5	14,5	13,0
Saldo final	58,1	55,0	58,8	62,6	66,5
Varição (valor)	-10,4	-3,2	3,9	3,8	3,8
Varição (%)	-15,2%	-5,4%	7,0%	6,4%	6,1%
Capital Estatutário	150,0	150,0	150,0	150,0	150,0
Varição de Endividamento em %		-1,5%	1,9%	1,8%	1,8%

Fonte: PAO 2025

Quanto ao prazo médio de pagamentos, está previsto para 2025, que o número de dias de PMP seja de (29 dias para o triénio 2025-2027).

Prazo Médio de Pagamentos	2023	2024	2024	2025
Unidade: euros	Real	PAO	Estimativa	Orçamento
Dívida Curto Prazo Fornecedores (DF) sem IVA	5 219 676	9 287 845	8 166 295	9 663 173
Aquisições de Bens e Serviços (A)	76 207 265	113 002 116	102 782 683	121 622 694
CMVMC	2 103 849	2 116 734	2 270 683	2 238 971
FSE	42 767 416	42 539 519	44 762 000	44 016 723
INVESTIMENTO	31 336 000	63 900 000	55 750 000	75 367 000
PMP = DF / A * 365	Dias	25	30	29

Fonte: PAO 2025

5. Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras previsionais para 2025, foram elaboradas de acordo com as IFRS e assentam na melhor estimativa à data da elaboração do orçamento anual, bem como para os anos de 2026 e 2027.

Nos quadros seguintes, apresentam-se as demonstrações financeiras previsionais da EPAL, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025, de 2026 e de 2027, bem como os valores de executados em 2023, a estimativa de 2024 e os valores previstos no PAO 2024, que foi aprovado por Despacho conjunto da Tutela Financeira e da Tutela Setorial, em 7 de março de 2024.

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
 Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o Ano de 2025

5/18

Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional

A empresa prevê uma redução do resultado líquido para 2025 face ao estimado para 2024, em cerca de 3,0% (de 56.033.955 euros, estimativa para 2024, para 54.300.708 euros, previstos para 2025). Para tal redução, irá sobretudo, contribuir o aumento dos Gastos com o Pessoal, sendo que, nas restantes rubricas existem diferenças simétricas, pouco significativas, que não chegam para compensar aquele aumento, conforme se constata pelo mapa infra:

	2023	2024	2025	2026	2027
Unidade: euros	Real	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
Vendas	178 714 675	182 305 871	186 862 847	190 779 893	194 824 231
Prestações de serviços	1 140 739	1 590 000	1 590 000	1 590 000	1 590 000
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 2 103 849	- 2 270 683	- 2 238 971	- 2 213 607	- 2 185 603
Fornecimentos e serviços externos	- 42 767 416	- 44 762 000	- 44 016 723	- 42 884 892	- 42 757 670
Gastos com pessoal	- 26 101 115	- 27 882 840	- 31 291 844	- 33 024 326	- 33 051 188
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)	- 596 650	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 1 014 789	- 956 584	- 1 000 000	- 1 000 000	- 1 000 000
Provisões (aumentos/reduções)	- 173 798	- 120 000	- 120 000	- 120 000	- 120 000
Outros rendimentos e ganhos	6 694 337	6 840 000	6 870 000	6 975 000	7 050 000
Outros gastos e perdas	- 10 701 920	- 10 326 062	- 10 496 694	- 10 612 604	- 10 785 927
Resultados Antes de depreciações e gastos de financiamento (E)	103 090 215	104 417 702	106 158 616	109 489 463	113 563 842
Gastos / reversões de depreciação e amortização	- 26 835 796	- 26 817 553	- 29 281 058	- 32 952 343	- 35 339 520
Resultados Operacionais (EBIT)	76 254 419	77 600 149	76 877 558	76 537 120	78 224 322
Juros e rendimentos similares obtidos	2 618 146	3 627 382	1 800 000	1 050 000	525 000
Juros e gastos similares suportados	- 1 772 727	- 1 643 724	- 1 680 885	- 1 682 745	- 1 789 514
Resultados Antes de Impostos	77 099 837	79 583 807	76 996 673	75 904 375	76 959 808
Imposto sobre o rendimento	- 20 440 492	- 23 549 852	- 22 695 965	- 22 356 261	- 22 684 500
Resultados Líquido do exercício	56 659 345	56 033 955	54 300 708	53 548 115	54 275 307

Fonte: PAO 2025

Demonstração da Posição Financeira Previsional

O Balanço previsional para 2025 apresenta um total de ativo de 879.351.106 euros e um total de capital próprio de 705.036.375 euros, que inclui um resultado líquido de 54.300.708 euros. A EPAL prevê para 2025 um aumento no valor do total do ativo face à estimativa de 2024, em cerca de 13,2M euros, que resulta, essencialmente, do aumento dos ativos fixos tangíveis (cerca de 46,9M euros). Quanto ao passivo, prevê-se um aumento de cerca de 2% (3,8 M euros) fundamentalmente influenciado pelas rubricas Empréstimos e Outras Contas a Pagar.

Unidade: euros	2023	2024	2025	2026	2027
	Real	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	636 424 726	665 835 035	712 736 851	762 499 274	789 277 154
Propriedades de Investimento	13 027 736	12 959 957	12 943 932	12 929 241	12 921 917
Ativos intangíveis	4 693 333	4 480 000	4 266 666	4 053 333	3 840 000
Clientes, contribuintes e utentes	59 330	50 000	50 000	50 000	50 000
Outros ativos financeiros	192 228	192 228	192 228	192 228	192 228
Ativos por impostos diferidos	2 966 023	3 166 023	3 366 023	3 566 023	3 766 023
Outras contas a receber	13 783 609	13 936 790	18 100 695	15 444 601	14 302 256
Total do Ativo não corrente	671 146 985	700 620 032	751 656 396	798 734 701	824 349 579
Ativo não corrente					
Inventários	2 015 776	2 175 626	2 145 242	2 120 940	2 094 107
Clientes, contribuintes e utentes	32 460 365	33 112 642	35 940 989	34 940 989	33 940 989
Estado e outros entes públicos	383 725	120 000	120 000	120 000	120 000
Acionistas / Sócios / Associados	106 000 000	100 000 000	60 000 000	17 000 000	-
Outras contas a receber	21 922 737	22 363 265	24 422 264	24 902 764	25 398 878
Diferimentos	1 355 666	1 418 891	1 395 267	1 359 390	1 355 357
Caixa e depósitos	15 878 999	6 238 634	3 670 948	2 027 662	2 499 256
Total do Ativo corrente	180 017 267	165 429 059	127 694 710	82 471 745	65 408 588
Total do Ativo	851 164 252	866 049 091	879 351 106	881 206 445	889 758 166
Capital Próprio					
Capital Social	150 000 000	150 000 000	150 000 000	150 000 000	150 000 000
Reservas	52 171 377	52 171 377	52 171 377	52 171 377	52 171 377
Resultados transitados	274 404 344	293 544 155	309 902 051	325 763 557	341 137 106
Excedentes de revalorização	149 174 992	143 817 407	138 666 302	133 664 937	129 001 011
Outras variações no Património Líquido	4 064	4 064	4 064	4 064	4 064
Resultado líquido do período	56 659 345	56 033 955	54 300 708	53 548 115	54 275 307
Total do Capital próprio	682 405 994	695 562 831	705 036 374	715 143 923	726 580 738
Passivo não corrente					
Provisões	1 152 078	1 272 078	1 392 078	1 512 078	1 632 078
Empréstimos	47 481 773	44 345 911	48 115 999	53 455 883	57 195 992
Passivos por impostos diferidos	29 695 194	28 645 194	27 595 194	26 545 194	25 495 194
Outras contas a pagar	27 777 330	24 613 431	26 826 519	23 924 606	21 238 488
Total do Passivo não corrente	106 106 375	98 876 613	103 929 789	105 437 761	105 561 752
Passivo corrente					
Empréstimos	10 650 506	10 635 863	10 729 912	9 160 116	9 259 891
Fornecedores	3 557 055	3 722 949	3 660 963	3 566 826	3 556 245
Estado e outros entes públicos	7 995 109	8 155 767	8 359 631	8 534 867	8 715 798
Fornecedores de investimentos	1 579 088	11 982 000	10 198 441	8 039 174	6 461 261
Outras contas a pagar	29 538 104	27 147 198	26 988 794	20 215 967	18 552 258
Diferimentos	9 184 232	9 811 170	9 010 701	9 620 311	9 582 722
Outros passivos financeiros	147 788	154 700	1 436 500	1 487 500	1 487 500
Total do Passivo não corrente	62 651 884	71 609 647	70 384 942	60 624 761	57 615 676
Total do Passivo	168 758 258	170 486 260	174 314 732	166 062 523	163 177 428
Total do Passivo e Capital Próprio	851 164 252	866 049 091	879 351 106	881 206 445	889 758 166

Fonte: PAO 2025

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
 Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o Ano de 2025

6. Cumprimento de orientações da DGTF

A proposta do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2025 foi elaborado atendendo, no que lhe é aplicável, ao cumprimento das Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2025-2027 e demais legislação aplicável.

De acordo com o ponto 3 das Instruções, o ano de referência a ser tomado em consideração para a elaboração dos planos anual será o ano de 2024 e, para os restantes anos, o ano imediatamente anterior.

O plano anual (2025) e plurianual (triénio), de acordo com as orientações emanadas no ponto 2, deve assegurar:

- i) O crescimento gradual do volume de negócios e a maximização das receitas mercantis;
- ii) A melhoria do resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor;
- iii) A melhoria do resultado líquido, sempre que possível;
- iv) A realização apenas de novos investimentos (que não de substituição) que viabilizem um aumento do resultado operacional ou necessários à prestação de serviço público;
- v) A otimização da utilização dos recursos humanos, prevendo as ações de formação que permitam melhorar a produtividade, assegurando em cada ano que é melhorado o rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores;
- vi) O desenvolvimento de planos financeiros que sustentem a atividade da empresa e a melhoria do *Return on Equity* em cada ano;
- vii) A redução do endividamento em termos reais;
- viii) A redução do volume dos pagamentos em atraso;
- ix) Medidas de otimização do desempenho.

6.1. Crescimento gradual do volume de negócios

De acordo com a alínea a) do ponto 2 das Instruções, deve verificar-se o crescimento gradual do volume de negócios (vendas e serviços prestados) para cada ano e ao longo do triénio.

O volume negócios, de acordo com a demonstração de resultados previsional, apresenta um aumento de cerca 2,5% em 2025 face ao estimado para 2024 e de 2,1% para 2026 e 2027.

6.2. Melhoria do resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor

De acordo com a alínea b) do ponto 2 das Instruções, deve verificar-se uma melhoria no resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor, para cada ano e ao longo do triénio.

O resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor, de acordo com a demonstração de resultados previsional, apresenta uma redução de 0,86% para 2025 (de 78.677 milhares de euros, estimado para 2024, para 77.998 milhares de euros, previsto para 2025). Contudo, caso sejam excluídos do indicador os efeitos das imposições legais relativas a recursos humanos, a empresa prevê cumprir com o previsto nas Instruções, para o ano de 2025, 2026 e 2027, conforme se apresenta no quadro seguinte.

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024	2026 vs 2025	2027 vs 2026	Resultado médio anual do triénio
	Estimado	Previsto	Previsto	Previsto				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
b) EBIT, líq. de provisões, imparidades e correções de justo valor	78.677	79.283	80.382	82.069	-606	1.099	1.687	1.131

Fonte: PAO 2025

Consequentemente, a empresa solicita autorização expressa para a exclusão do Resultado operacional dos efeitos decorrentes das imposições legais relativas a recursos humanos.

6.3. Melhoria do resultado líquido, sempre que possível

De acordo com a alínea c) do ponto 2 das Instruções, deve verificar-se uma melhoria no resultado líquido sempre que possível, para cada ano e ao longo do triénio.

O resultado líquido, de acordo com a demonstração de resultados previsional, apresenta uma redução de 3,1% (de 56.034 milhares de euros, estimado para 2024, para 54.301 milhares de euros, previsto para 2025). Caso sejam excluídos do indicador os efeitos não comparáveis (imposições legais relativas a recursos humanos), a empresa não prevê cumprir com o previsto nas Instruções, para o ano de 2025, prevendo-se o cumprimento para 2026 e 2027, conforme se apresenta no quadro seguinte.

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024	2026 vs 2025	2027 vs 2026	Resultado médio anual do triénio
	Estimado	Previsto	Previsto	Previsto				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
c) Resultado líquido	56.034	55.188	55.428	56.156	-846	241	727	41

Fonte: PAO 2025

Consequentemente, a empresa solicita autorização expressa para a exclusão do Resultado líquido dos efeitos decorrentes das imposições legais relativas a recursos humanos e a dispensa do cumprimento deste princípio no ano de 2025.

6.4. Realização apenas de novos investimentos (que não de substituição) que viabilizem um aumento do resultado operacional ou necessários à prestação de serviço público

De acordo com a alínea d) do ponto 2 das Instruções, deve verificar-se uma melhoria, em cada ano, do *Return on Assets* (ROA). O ROA apresenta uma melhoria em 2027.

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o Ano de 2025

Contudo, em 2025 e 2026, prevê-se uma redução do ROA em 0,2% e 0,1%, respetivamente.

Caso sejam excluídos do indicador os efeitos das imposições legais relativas a recursos humanos, a empresa prevê cumprir com o previsto nas Instruções, para os anos de 2026 e 2027, mas não para 2025 conforme se apresenta no quadro seguinte.

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024	2026 vs 2025	2027 vs 2026	Variação média anual de 2025
	Letras	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRÍENIO								
e) Rentabilidade do Ativo (ROA)	9,0%	8,8%	8,6%	8,5%	- 0,2 p.p.	- 0,1 p.p.	- 0,1 p.p.	- 0,2 p.p.

Fonte: PAO 2025

Consequentemente, a empresa solicita autorização expressa para a exclusão do ROA dos efeitos decorrentes das imposições legais relativas a recursos humanos e a dispensa do cumprimento deste princípio no ano de 2025.

6.5. Otimização da utilização dos recursos humanos, prevendo as ações de formação que permitam melhorar a produtividade, assegurando em cada ano que é melhorado o rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores

De acordo com a alínea e) do ponto 2 das Instruções, deve verificar-se uma otimização da utilização dos recursos humanos, prevendo-se as ações de formação que permitam melhorar a produtividade, assegurando, em cada ano, que é melhorado o rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores.

O rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores apresenta uma redução de 7,4% (de 115.649 euros, estimado para 2024, para 107.072 euros, previsto para 2025). Ajustando o rácio do resultado operacional pelo efeito das imposições relativas a recursos humanos, verifica-se o cumprimento deste princípio para 2026 e 2027 mas não para o ano de 2025.

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024	2026 vs 2025	2027 vs 2026	Variação média anual de 2025
	Letras	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRÍENIO								
e) Rácio Rótulo dos RH	115.649e	108.062e	109.934e	112.274e	- 6.786e	1.871e	2.340e	- 1.125e

Fonte: PAO 2025

Consequentemente, a empresa não prevê cumprir com o previsto nas Instruções, para o ano de 2025, pelo que solicita autorização expressa para a exclusão do indicador dos efeitos das imposições legais relativas a recursos humanos e a dispensa do cumprimento deste princípio para 2025.

6.6. Desenvolvimento de planos financeiros que sustentem a atividade da empresa e a melhoria do *Return on Equity* em cada ano

De acordo com a alínea f) do ponto 2 das Instruções, a empresa deve desenvolver planos financeiros que sustentem a atividade da empresa e deve apresentar o *Return on Equity* (ROE) que melhore em cada ano.

O ROE apresenta uma redução de 0,4% do previsto para 2024 para o estimado para 2025. Para 2026 e 2027, a empresa prevê a redução do ROE em 0,2% para 2026 e a sua manutenção para 2027. Ajustando o efeito das imposições legais relativas a recursos humanos, a evolução do ROE continua a não cumprir com o princípio em causa, conforme se evidencia no quadro em baixo.

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024			2026 vs 2025			2027 vs 2026			Variação real relativa do índice
	Estimativa	Previsto	Previsto	Previsto	2025	2026	2027	2026	2027	2027	2028	2029		
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRÍENIO														
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	6,1%	7,9%	7,8%	7,0%	-0,2 p.p.	-0,2 p.p.	-0,2 p.p.	-0,2 p.p.	-0,2 p.p.	-0,2 p.p.	-0,2 p.p.	-0,2 p.p.	-0,2 p.p.	-0,2 p.p.

Fonte: PAO 2025

Consequentemente, a empresa não prevê cumprir com o previsto nas Instruções, para o ano de 2025, pelo que solicita autorização expressa para a exclusão do indicador dos efeitos das imposições legais relativas a recursos humanos e para o não cumprimento deste princípio.

6.7. Redução do endividamento em termos reais

De acordo com a alínea g) do ponto 2 e ponto 4 das Instruções, o endividamento líquido de investimento deve diminuir em termos reais em relação a 2024 e o seu crescimento encontra-se limitado a 2%.

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024			2026 vs 2025			2027 vs 2026			Variação real relativa do índice
	Estimativa	Previsto	Previsto	Previsto	2025	2026	2027	2026	2027	2028	2029			
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRÍENIO														
g) Financiamento líquido de novos investimentos	204.982	208.946	212.636	216.456	3.864	3.770	3.840	3.864	3.770	3.840	3.825	3.825	3.825	3.825

Fonte: PAO 2025

Endividamento (fórmula)	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Estimativa	PAO	Estimativa	Previsto	Previsto	Previsto
Capital estatutário	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000
Financiamento remunerado	58.132.280	62.081.301	54.601.773	58.845.911	62.615.999	66.455.883
(-) Novos investimentos com expressão material	0	0	0	0	0	0
Δ de endividamento (%)		1,9%	-1,5%	1,9%	1,8%	1,8%

Fonte: PAO 2025

Consequentemente, a empresa encontra-se em cumprimento com esta orientação de não aumentar o endividamento em mais de 2% em 2025.

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
 Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o Ano de 2025

11|18

6.8. Redução do volume dos pagamentos em atraso

De acordo com a alínea h) do ponto 2 e ponto 4 das Instruções, a empresa deve reduzir o volume dos pagamentos em atraso.

A empresa prevê uma redução dos pagamentos em atraso para 2025, em cerca de 10% (de 500 milhares de euros previstos para 2024 para 450 milhares de euros estimados para 2025).

IEPAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024	2026 vs 2025	2027 vs 2026	Variação em % de evolução líquida
	Estimativa	Previsto	Previsto	Previsto				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
h) Pagamentos em Atraso (Arrears)	500	450	400	350	-50	-50	-50	-50

Fonte: PAO 2025

Consequentemente, a empresa prevê cumprir com este princípio previsto nas Instruções, para o ano de 2025.

6.9. Medidas de otimização de desempenho

O ponto 3 das Instruções prevê que, no PAO 2025, estejam contempladas medidas de otimização de desempenho, com o objetivo de maximizar o resultado operacional, tendo em conta designadamente a eficiência operacional, através da redução do rácio de gastos operacionais sobre o volume de negócios, da otimização dos gastos, do recrutamento de trabalhadores e da frota.

6.9.1. Redução do rácio de gastos operacionais sobre o volume de negócios

De acordo com a alínea v) do ponto 3 das Instruções, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios deve ser igual ou inferior ao verificado no ano anterior, excluídos os impactos extraordinários decorrentes do cumprimento das disposições legais.

Apresenta-se abaixo, e de acordo com a demonstração dos resultados, a evolução percentual do rácio GO/VN ajustado pelos impactos decorrentes de obrigações legais:

Eficiência operacional	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2024)	
	Estimado	PAO	Estimado	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-70.972.380	-74.074.590	-74.915.524	-77.547.520	-76.772.825	-76.657.462	-2.632.034	-3,5%
CMVWC	-2.103.849	-2.116.734	-2.270.683	-2.236.971	-2.213.607	-2.105.603	31.712	1,4%
PSE	-42.767.416	-42.539.519	-44.762.000	-44.016.723	-43.534.692	-43.420.670	745.278	1,7%
Gastos com pessoal	-26.101.115	-29.418.337	-27.882.840	-31.291.844	-33.024.326	-33.051.108	-3.409.004	-12,2%
Impactos decorrentes de obrigações legais*	0	0	865.049	1.984.195	3.423.621	3.423.621	1.119.147	129%
Imposições legais - RH	0	0	0	1.265.568	2.724.992	2.724.992	1.265.568	
Licenças Microsoft	0	0	650.171	0	0	0	-650.171	-1
Seguro de doença (agravamento prémio)	0	0	214.879	698.629	698.629	698.629	483.750	2
Gastos operacionais ajustados	70.972.380	74.074.590	74.050.475	75.563.342	75.349.205	75.233.841	1.512.867	2,0%
Volume de negócios	179.855.415	181.395.137	183.895.871	188.452.847	192.369.893	196.414.231	4.556.975	2,5%
Vendas	170.714.675	180.055.137	182.305.871	186.862.847	190.779.693	194.824.231	4.556.975	2,5%
Prestações de Serviços	1.140.739	1.340.000	1.590.000	1.590.000	1.590.000	1.590.000	0	0,0%
Volume de negócios ajustado	179.855.415	181.395.137	183.895.871	188.452.847	192.369.893	196.414.231	4.556.975	2,5%
Costos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	39,5%	40,8%	40,3%	40,1%	39,2%	38,3%	-0,7 p.p.	

Fonte: PAO 2025

Em resultado dos ajustamentos propostos e dos fundamentos apresentados no ponto 3.4 do PAO 2025, o rácio GO/VN apresenta uma evolução prevista de acordo com o definido na Instrução (40,3% estimado para 2024 face a 40,1% previsto para 2025; e 39,2% e 38,3% previstos para 2026 e 2027, respetivamente).

Consequentemente, a empresa prevê cumprir com esta medida de otimização do desempenho prevista nas Instruções, para o ano de 2025.

6.9.2. Otimização de gastos

De acordo com a alínea vi) do ponto 3 das Instruções, os gastos operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor estimado para o ano anterior, corrigidos da taxa de inflação prevista. Adicionalmente, de acordo com o ponto 2 do referido Despacho, deverá ser objeto de fundamentação caso a taxa de crescimento dos gastos operacionais seja superior à do volume de negócios.

Os gastos operacionais previstos para 2025, ajustados pela taxa de inflação prevista, (74.009 milhares de euros) apresentam uma redução face ao estimado para 2024 (74.050 milhares de euros) e está em cumprimento com a Instrução. Relativamente a 2025 e 2026 prevê-se também uma redução dos gastos operacionais (0,3% em 2026 e 0,2% em 2027).

IÉPAO	2024	2025	2026	2027	2025 vs 2024	2026 vs 2025	2027 vs 2026	Variação média anual de custo	
	Estimado	Previsão	Previsão	Previsão					
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRÍENIO									
Taxa de crescimento DIIC	2,5	2,1	2,0	2,0	2,1%	2,0%	2,0%	2,0%	
ii) Gastos operacionais (%)	74.050	75.563	75.349	75.234	2,0%	-0,3%	-0,2%	1%	
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS									
Gastos operacionais (corrigido do DIIC)	74.050	74.009	73.872	73.759	-	41 -	137 -	113 -	97

Fonte: PAO 2025

Consequentemente, a empresa prevê cumprir com esta medida de otimização do desempenho prevista nas Instruções, para o ano de 2025.

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
 Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o Ano de 2025

Ainda de acordo com a alínea vi) do ponto 3 das Instruções, os gastos com pessoal devem ser desagregados e fundamentados. O Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro, clarifica ainda (no n.º 4 do artigo 134.º) que os gastos com o pessoal devem ser iguais ou inferiores ao valor registado no ano anterior, excluídos os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, salvo quando se tratar de rescisões por mútuo acordo.

De acordo com o quadro infra, a empresa prevê para 2025 um aumento dos gastos com pessoal ajustados em cerca de 6% (aumento de 1.763 milhares de euros).

Pessoal	2023	2024	2024	2023	2024	2027	Δ (2025-2024)	
	Resumo	F40	Setores	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
N.º Total de Trabalhadores	654	722	671	719	721	721	43	7%
N.º de membros dos órgãos sociais	12	12	12	12	12	12	0	0%
N.º de membros cargos de direção	17	18	18	18	18	18	0	0%
N.º dos restantes trabalhadores	625	692	641	689	691	691	47	7%
Gastos totais com pessoal*	36.101.115	29.418.307	27.802.840	31.291.864	33.024.326	33.051.188	3.409.024	12%
Gastos com órgãos sociais**	570.888	635.433	641.487	655.140	656.623	658.135	13.653	2%
Gastos com cargos de direção	1.809.817	1.956.444	2.052.054	2.118.756	2.182.329	2.182.329	61.712	3%
Remuneração do pessoal	26.309.880	23.594.780	21.622.693	24.151.246	25.779.341	25.779.012	2.528.553	12%
Benefícios pós-emprego	157.153	325.000	176.651	440.843	461.562	461.562	264.191	150%
Ajudas de custo	464.634	475.000	466.007	475.000	475.000	475.000	8.993	2%
Rescisões / Indemnizações	0	0	0	0	0	0	0	0%
Rescisões por mútuo acordo	2.438.794	2.521.700	2.918.948	3.450.849	3.478.471	3.495.150	531.901	18%
Informação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2024	0	1.392.205	126.178	425.833	433.662	436.962	288.457	213%
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes	0	0	0	1.084.446	1.371.480	1.371.480	1.084.466	
(iii) Cumprimento de disposições legais	0	0	0	0	0	0	0	0%
(iv) Orientações expressas do acionista Estado	0	0	0	1.285.568	2.724.992	2.724.992	1.285.568	
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias	0	0	0	147.254	300.873	300.873	147.254	
(vi) Outras valorizações remuneratórias	0	0	0	0	0	0	0	0%
(vii) Rescisões por mútuo acordo	0	0	0	0	0	0	0	0%
Correções para efeitos de risco								
(-) Gastos com órgãos sociais**	-570.888	-635.433	-641.487	-655.140	-656.623	-658.135	-13.653	-2%
(-) Cumprimento de disposições legais	0	0	0	-1.285.568	-2.724.992	-2.724.992	-1.285.568	
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	0	0	0	-147.254	-300.873	-300.873	-147.254	
(-) Rescisões contratuais excluídas por mútuo acordo	0	0	0	0	0	0	0	0%
(+) Absentismo	463.496	388.000	450.000	250.930	189.000	19.000	-106.000	-44%
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de risco	25.994.214	29.082.904	27.491.303	29.454.002	29.441.030	29.437.100	1.742.729	6%
* O detalhe dos gastos com pessoal deve ser apresentado como respetivos encargos com a Segurança Social								
** Sobre a remuneração dos gestores incide a redução prevista no artigo 12.º de Lei n.º 12-A/2010, de 10 de junho.								
Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	79%	81%	70%	82%	88%	88%	0	2%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	7%	7%	7%	7%	7%	7%	0	-3%
Gastos com OE / Gastos com pessoal ajustados	2%	2%	2%	2%	2%	2%	0	-6%

Fonte: PAO 2025

6.9.3 Recrutamento de trabalhadores

De acordo com a alínea vii) do ponto 3 das Instruções, os aumentos da despesa com o pessoal ou do número de efetivos de trabalhadores devem ser devidamente fundamentados, devendo ser solicitada a respetiva autorização expressa.

Para 2025, a empresa prevê um aumento de 50 trabalhadores (47 em 2025 e 3 em 2026), por novas admissões. Estas novas admissões estão justificadas no PAO 2025 (no ponto 5): pela internalização de vínculos contratuais (38 trabalhadores); admissões por acréscimo de atividade/garantia do serviço público prestado (1 trabalhador, em 2025, e um trabalhador, em 2026) e admissões por motivos de segurança das infraestruturas (8 trabalhadores), as quais se encontram justificadas no PAO 2025.

Daquelas novas contratações decorre um aumento dos gastos com o pessoal:

	2025	2026	2027
Aumento de gastos com o pessoal decorrentes novas contratações	1.084.466	1.373.480	1.373.480

Fonte: PAO 2025

A empresa solicita autorização para a contratação dos 50 trabalhadores (dos quais 47 em 2025), bem como para o aumento dos gastos com o pessoal de 1.084.466 euros, para 2025.

A empresa solicita ainda que seja conferida competência ao Conselho de Administração da empresa no exercício da autonomia financeira para: i) a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes, nomeadamente por doença ou parentalidade (4 trabalhadores), com um impacto em gastos com o pessoal de 99.000 euros; e ii) o recrutamento antecipado para substituição de trabalhadores que deixam a empresa no ano a que respeita o PAO, até ao limite de 5% do número de trabalhadores na categoria, arredondado por excesso, desde que previsto no planeamento de recursos humanos.

A empresa solicita também autorização para: um aumento salarial de 4,7% em relação a 2024, com impacto nos gastos com o pessoal de 1.285.568 euros; a aplicação dos automatismos decorrentes da convenção coletiva, designadamente as amudades com impacto nos gastos com o pessoal de 76.974 euros; e progressões automáticas e extensão de carreira, com impacto nos gastos com o pessoal de 70.080 euros.

6.9.4. Frota

De acordo com a alínea ix) do ponto 3 das Instruções, a aquisição ou locação de veículos para a frota operacional devem ser as que se mostrem imprescindíveis à atividade da empresa. A aquisição ou locação de veículos não operacionais apenas pode ocorrer mediante a apresentação de uma análise custo benefício.

A empresa solicita que seja conferida autorização para: i) o desenvolvimento dos procedimentos de contratação necessários para a substituição da sua frota (substituição de 124 viaturas a combustão por 97 viaturas elétricas e 27 viaturas híbridas *plug-in*); e ii) o incremento da frota em seis viaturas operacionais, a contratar em regime de aluguer operacional de viaturas, das quais dois ligeiros de passageiros elétricos, três ligeiros de passageiros híbridos e um ligeiro de mercadorias elétrico, com um gasto estimado de 86.225 euros.

7. Parecer

O Plano de Atividades e Orçamento de 2025 foi preparado de acordo com as Instruções emanadas da DGTF, com a Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (Orçamento de Estado para 2024) e o Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (Normas de Execução do Orçamento de Estado para 2024). Baseado no nosso exame, entendemos que a Proposta de Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2025, aprovada no dia 13 de novembro de 2024, pelo Conselho de Administração, está em condições de merecer a aprovação pelas respetivas Tutelas, setorial e financeira.

Por último, e sem afetar a nossa opinião, chamamos à atenção para as seguintes situações:

- a) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., para 2025, encontra-se em incumprimento quanto à melhoria do resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor, caso não seja autorizada a exclusão desse indicador dos efeitos das imposições legais relativas a recursos humanos. A empresa apresentou pedido de autorização para esta exclusão, tal como mencionado no ponto 6.2 deste Parecer;
- b) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., para 2025, encontra-se em incumprimento quanto à melhoria do resultado líquido, caso não seja autorizada a exclusão do resultado líquido dos efeitos decorrentes das imposições legais relativas a recursos humanos e a dispensa do cumprimento deste princípio no ano de 2025. A empresa apresentou pedido de autorização para esta exclusão, tal como mencionado no ponto 6.3 deste Parecer;
- c) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., para 2025, encontra-se em incumprimento quanto à melhoria do *Return on Assets* (ROA), caso não seja autorizada a exclusão do rácio dos efeitos decorrentes das imposições legais relativas a recursos humanos e a dispensa do cumprimento deste princípio no ano de 2025. A empresa apresentou pedido de autorização para esta exclusão, tal como mencionado no ponto 6.4 deste Parecer;
- d) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., para 2025, encontra-se em incumprimento quanto à melhoria do rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores. A empresa apresentou pedido de autorização expressa para a exclusão do rácio dos efeitos decorrentes das imposições legais relativas a recursos humanos e a dispensa do cumprimento deste princípio no ano de 2025, tal como mencionado no ponto 6.5. deste Parecer;
- e) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., para 2025, encontra-se em incumprimento quanto à melhoria do rácio *Return on Equity* (ROE). A empresa apresentou pedido de autorização expressa para a exclusão do indicador

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o Ano de 2025

16/18

- dos efeitos das imposições legais relativas a recursos humanos e para o não cumprimento deste princípio, tal como mencionado no ponto 6.6. deste Parecer;
- f) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. solicita, para 2025, autorização para realizar a atualização salarial, com um incremento dos gastos com o pessoal de 1.285.568 euros, tal como mencionado no ponto 6.9.3. deste Parecer;
- g) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. solicita, para 2025, autorização para a contratação dos 50 trabalhadores (dos quais 47 em 2025), bem como para o aumento dos gastos com o pessoal de 1.084.466 euros, tal como mencionado no ponto 6.9.3. deste Parecer;
- h) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. solicita, para 2025, autorização para a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo (4 trabalhadores), com um incremento dos gastos com o pessoal de 99.000 euros, tal como mencionado no ponto 6.9.3. deste Parecer;
- i) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. solicita, para 2025, que seja conferida competência ao Conselho de Administração da empresa no exercício da autonomia financeira para: i) a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes, nomeadamente por doença ou parentalidade e ii) o recrutamento antecipado para substituição de trabalhadores que deixam a empresa no ano a que respeita o PAO, até ao limite de 5% do número de trabalhadores na categoria, arredondado por excesso, desde que previsto no planeamento de recursos humanos, tal como mencionado no ponto 6.9.3. deste Parecer;
- j) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. solicita, para 2025, autorização para o incremento de gastos decorrente da aplicação dos automatismos decorrentes da convenção coletiva, com impacto nos gastos com o pessoal de 147.054 euros;
- k) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. solicita autorização para: o desenvolvimento dos procedimentos de contratação necessários para a substituição da sua frota (substituição de 124 viaturas a combustão por 97 viaturas elétricas e 27 viaturas híbridas *plug-in*); e para o incremento da frota em seis viaturas operacionais, a contratar em regime de aluguer operacional de viaturas, com um gasto estimado de 86.225 euros, tal como mencionado no ponto 6.9.4 deste Parecer.

Lisboa, 4 de dezembro de 2024

O Conselho Fiscal

Assinado por: ANA ISABEL ABRANCHES PEREIRA DE CARVALHO MORAIS
Num. de Identificação: 06633041
Data: 2024.12.04 15:52:19+0000

Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
(Presidente)

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o Ano de 2025

17|18

Assinado por: EDUARDO JOSE DOS SANTOS CLEMENTE
Num. de Identificação: 07391625
Data: 2024.12.04 17:07:17+00'00'

Eduardo José Santos Clemente
(Vogal)

Isabel Maria da Paz Mendes Digitally signed by Isabel Maria da Paz Mendes
Date: 2024.12.04 17:52:14 Z

Isabel Maria Paz Mendes
(Vogal)

ROC**Deloitte.**Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o
Plano de Atividades e Orçamento para o exercício
de 2025

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
 Registo na OROC nº 43
 Registo na CMVM nº 20161389
 Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
 1070-100 Lisboa
 Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
www.deloitte.pt

RELATÓRIO SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

Ao Conselho de Administração da
 EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

Introdução

Procedemos à revisão do Plano de Atividades e Orçamento respeitante ao exercício de 2025, incluídos no documento "Plano de Atividades e Orçamento 2025", (que evidencia um total de ativo de 879.351.106 Euros e um total de capital próprio de 705.036.375 Euros, incluindo um resultado líquido de 54.300.708 Euros) da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. ("EPAL" ou "Entidade"), preparado nos termos do artigo n.º 39 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e baseados nas Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027 publicadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, incluindo os princípios, pressupostos e linhas orientadoras em que se basearam, os quais se encontram descritos ao longo do referido documento.

Responsabilidade do órgão de gestão sobre os planos de atividade e orçamento

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Planos de Atividade e Orçamento, a divulgação dos princípios, pressupostos e linhas orientadoras em que as previsões neles incluídas se baseiam e a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Estes Planos de Atividade e Orçamento são preparados nos termos exigidos pelo artigo n.º 43 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e baseados nas instruções definidas para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Planos de Atividade e Orçamento; (ii) verificar se os Planos de Atividade e Orçamento foram preparados de acordo com os princípios e linhas orientadoras, e se incluem, quando aplicável, as fundamentações para pedidos de dispensa do cumprimento daqueles princípios e linhas orientadoras; (iii) concluir sobre se a apresentação dos Planos de Atividade e Orçamento é adequada, e emitir o respetivo relatório; e (iv) obter compreensão do sistema de controlo interno.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



"Deloitte", "nda" e "nosso/a" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), a DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizados pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory e quase 90% de Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados extraordinários e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: €981.020,00
 Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
 Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 139, 4150-146 Porto

© 2024. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

Deloitte.Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 20161389

Página 2 de 2

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que: (i) os pressupostos utilizados não proporcionam uma base razoável para nos permitir concluir sobre as previsões contidas no "Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027" respeitante ao exercício de 2025; (ii) a projeção não está devidamente preparada com base nos princípios e linhas orientadoras, e não inclui, quando aplicável, as fundamentações para pedidos de dispensa do cumprimento daqueles princípios e linhas orientadoras; e (iii) a projeção não está apresentada de acordo com o exigido nos termos do artigo n.º 43 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e nas instruções definidas para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027.

Devemos, ainda, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

Chamamos a atenção para as seguintes situações referentes ao "Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027":

1. O "Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027" respeitante ao exercício de 2025 foi aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de novembro de 2024, mas será ainda objeto de apreciação pelo acionista, pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial ("UTAM") e objeto de despacho pela Tutela, pelo que na eventualidade do referido Plano de Atividades e Orçamento não vir a ser aprovado, a revisão das estimativas utilizadas na preparação da Informação Financeira Prospetiva poderá ter um impacto significativo no mesmo.
2. A Entidade estima: (i) um aumento dos gastos com pessoal e (ii) uma diminuição do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (rácio de eficiência operacional), excluídos os impactos excecionais. Nos pontos 3.4 e 5 do "Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027" a Administração da Entidade fundamenta os motivos para: (i) o aumento dos gastos com pessoal e solicita autorização para esse aumento e; (ii) o pedido de autorização para que um conjunto de gastos operacionais seja ajustado e/ou considerado excecional para apuramento do rácio de eficiência operacional, pelo que o cumprimento das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027 encontra-se dependente da decisão que vier a ser tomada sobre os referidos pedidos de autorização.

A nossa conclusão não é modificada em relação a estas matérias.

Restrição na distribuição do uso

Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Entidade e apresentação à Tutela Financeira, para a finalidade mencionada no parágrafo da Introdução, pelo que não deve ser utilizado para quaisquer outras finalidades, nem ser distribuído a outras entidades sem nossa autorização expressa.

Lisboa, 4 de dezembro de 2024

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106

Anexo II – Despachos do membro do Governo da área das finanças de dispensa do cumprimento dos princípios enunciados nas presentes instruções, com impacto na proposta de PAO

O Despacho de aprovação do PAO da EPAL para 2024, designadamente o Despacho n.º 160/2024-SET, veio no seu ponto III autorizar o não cumprimento, a título excecional e transitório, das orientações financeiras para o triénio 2024-2026.



Despacho n.º 160/2024-SET

Atento o exposto no Relatório de Análise da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) n.º 29/2024, de 5 de fevereiro, aprovo-o, na generalidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, o qual aprova o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE).

Considerando o teor das respetivas conclusões, o parecer do órgão de fiscalização da empresa, o cumprimento do rácio de eficiência operacional, considero que a proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A., para o ano de 2024, poderá ser aprovada concedendo apenas as autorizações a seguir identificadas, e sem prejuízo do cumprimento dos necessários requisitos legais por parte da empresa:

- I. A contratação de até seis (6) trabalhadores em 2024, de modo a dar cumprimento a novas exigências decorrentes do regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, transpondo diretivas europeias para a esfera jurídica nacional.

No âmbito dos processos de contratação, a empresa deve assegurar o estrito cumprimento de todas as disposições legais, bem como dos IRCT em vigor.

- II. Aumento do conjunto dos gastos operacionais, corrigidos do Índice de Preços no Consumidor sem habitação apurado pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P., em até 2,9 milhões euros face ao estimado para 2023, limitando o montante global em até 74,075 milhões de euros em 2024, ajustando o aumento da massa salarial global, incluindo todos os efeitos e componentes remuneratórias, salvo efeitos de volume, às orientações expressas do Acionista Estado, emanadas, nomeadamente, no despacho de 29 de dezembro de 2023 do Senhor Ministro das Finanças.
- III. **O não cumprimento, a título excecional e transitório, das orientações financeiras para 2024-2026, conforme Despacho n.º 324/2023-SET, atento o efeito do processo de transferência de competências para os municípios determinada pela Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as**

Anexo III – Demonstrações Financeiras Previsionais

As Demonstrações Financeiras Previsionais incluem:

- Demonstração da posição financeira (balanço)
- Demonstração de resultados por natureza
- Demonstração dos fluxos de caixa

Cada uma destas demonstrações financeiras abrange o período 2023 – 2027.

Para os valores do Orçamento de 2025 são ainda apresentados mapas detalhados por cada um dos trimestres.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é acompanhada das notas explicativas dos fluxos projetados.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual (*“Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements”*), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (*“IAS/IFRS”*) e normas interpretativas (*“SIC/IFRIC”*), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2024.

Os valores apresentados para cada período correspondem a:

- Exercício 2023 - demonstrações financeiras estatutárias da Empresa, aprovadas em Assembleia geral de acionistas realizada em 28 de março de 2024;
- PAO 2024 – corresponde à versão do PAO 2024/2026 submetida em SIRIEF a 18 de janeiro de 2024 e aprovada em 7 de março de 2024 por despacho das tutelas financeira e setorial (Secretário de Estado do Tesouro e Secretário de Estado do Ambiente);
- Estimativa 2024 – corresponde à melhor estimativa da Empresa à data de elaboração do orçamento anual;
- PAO 2025 – corresponde a melhor estimativa da Empresa à data de elaboração do orçamento anual;

- Projeções para 2026 e 2027 – apresentam a melhor estimativa da Empresa à data de elaboração do orçamento anual.

As demonstrações financeiras previsionais, e respetiva informação acessória, apresentados nos moldes definidos no Excel anexo às Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, encontram-se inseridas na plataforma SISEE.

Demonstração da Posição Financeira Previsional – 2023 a 2027

Rubricas	2023	2024	2024	2025	2026	2027
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
ATIVO						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	636.424.726 €	699.328.619 €	665.835.035 €	712.736.851 €	762.499.274 €	789.277.154 €
Propriedades de Investimento	13.027.736 €	12.959.957 €	12.959.957 €	12.943.932 €	12.929.241 €	12.921.917 €
Ativos intangíveis	4.693.333 €	4.480.000 €	4.480.000 €	4.266.666 €	4.053.333 €	3.840.000 €
Clientes, contribuintes e utentes	59.330 €	50.000 €	50.000 €	50.000 €	50.000 €	50.000 €
Outros ativos financeiros	192.228 €	195.564 €	192.228 €	192.228 €	192.228 €	192.228 €
Ativos por impostos diferidos	2.966.023 €	2.861.728 €	3.166.023 €	3.366.023 €	3.566.023 €	3.766.023 €
Outras contas a receber	13.783.609 €	11.480.535 €	13.936.790 €	18.100.695 €	15.444.601 €	14.302.256 €
	671.146.985 €	731.356.403 €	700.620.032 €	751.656.396 €	798.734.701 €	824.349.579 €
Ativo corrente						
Inventários	2.015.776 €	2.925.680 €	2.175.626 €	2.145.242 €	2.120.940 €	2.094.107 €
Clientes, contribuintes e utentes	32.460.365 €	26.400.592 €	33.112.642 €	35.940.989 €	34.940.989 €	33.940.989 €
Estado e outros entes públicos	383.725 €	150.000 €	120.000 €	120.000 €	120.000 €	120.000 €
Acionistas / Sócios / Associados	106.000.000 €	65.000.000 €	100.000.000 €	60.000.000 €	17.000.000 €	0 €
Outras contas a receber	21.922.737 €	20.930.313 €	22.363.265 €	24.422.264 €	24.902.764 €	25.398.878 €
Diferimentos	1.355.666 €	1.318.750 €	1.418.891 €	1.395.267 €	1.359.390 €	1.355.357 €
Caixa e depósitos	15.878.999 €	8.736.437 €	6.238.634 €	3.670.948 €	2.027.662 €	2.499.256 €
	180.017.267 €	125.461.771 €	165.429.059 €	127.694.710 €	82.471.745 €	65.408.588 €
	851.164.252 €	856.818.175 €	866.049.091 €	879.351.106 €	881.206.445 €	889.758.166 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO						
Património / Capital	150.000.000 €	150.000.000 €	150.000.000 €	150.000.000 €	150.000.000 €	150.000.000 €
Reservas	52.171.377 €	52.171.377 €	52.171.377 €	52.171.377 €	52.171.377 €	52.171.377 €
Resultados transitados	274.404.344 €	289.490.292 €	293.544.155 €	309.902.051 €	325.763.557 €	341.137.106 €
Excedentes de revalorização	149.174.992 €	144.559.885 €	143.817.407 €	138.666.302 €	133.664.937 €	129.001.011 €
Outras variações no Património Líquido	-4.064 €	-4.064 €	-4.064 €	-4.064 €	-4.064 €	-4.064 €
Resultado líquido do período	56.659.345 €	51.842.783 €	56.033.955 €	54.300.708 €	53.548.115 €	54.275.307 €
	682.405.994 €	688.060.273 €	695.562.831 €	705.036.375 €	715.143.923 €	726.580.739 €
PASSIVO						
Passivo não corrente						
Provisões	1.152.078 €	1.231.744 €	1.272.078 €	1.392.078 €	1.512.078 €	1.632.078 €
Financiamentos obtidos	47.481.773 €	51.345.911 €	44.345.911 €	48.115.999 €	53.455.883 €	57.195.992 €
Passivos por impostos diferidos	29.695.194 €	28.587.877 €	28.645.194 €	27.595.194 €	26.545.194 €	25.495.194 €
Outras contas a pagar	27.777.330 €	26.090.343 €	24.613.431 €	26.826.519 €	23.924.606 €	21.238.488 €
	106.106.375 €	107.255.875 €	98.876.613 €	103.929.789 €	105.437.761 €	105.561.752 €
Passivo corrente						
Fornecedores	3.557.055 €	4.222.797 €	3.722.949 €	3.660.963 €	3.566.826 €	3.556.245 €
Estado e outros entes públicos	7.995.109 €	8.993.045 €	8.155.767 €	8.359.631 €	8.534.867 €	8.715.798 €
Acionistas / Sócios / Associados	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Financiamentos obtidos	10.650.506 €	10.735.390 €	10.635.863 €	10.729.912 €	9.160.116 €	9.259.891 €
Fornecedores de investimentos	1.579.088 €	7.258.903 €	11.982.000 €	10.198.441 €	8.039.174 €	6.461.261 €
Outras contas a pagar	29.538.104 €	23.131.575 €	27.147.198 €	26.988.794 €	20.215.967 €	18.552.258 €
Diferimentos	9.184.232 €	7.076.448 €	9.811.170 €	9.010.701 €	9.620.311 €	9.582.722 €
Outros passivos financeiros	147.788 €	83.868 €	154.700 €	1.436.500 €	1.487.500 €	1.487.500 €
	62.651.884 €	61.502.026 €	71.609.647 €	70.384.942 €	60.624.761 €	57.615.676 €
	168.758.258 €	168.757.901 €	170.486.260 €	174.314.731 €	166.062.523 €	163.177.428 €
	851.164.252 €	856.818.175 €	866.049.091 €	879.351.106 €	881.206.445 €	889.758.166 €

Demonstração da Posição Financeira Previsional 2025 (Trimestral)

Rubricas	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	2025
	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	672.927.482 €	679.871.696 €	691.292.289 €	712.736.851 €
Propriedades de Investimento	12.955.951 €	12.951.945 €	12.947.939 €	12.943.932 €
Ativos intangíveis	4.426.666 €	4.373.333 €	4.320.000 €	4.266.666 €
Clientes, contribuintes e utentes	50.000 €	50.000 €	50.000 €	50.000 €
Outros ativos financeiros	192.228 €	192.228 €	192.228 €	192.228 €
Ativos por impostos diferidos	3.216.023 €	3.266.023 €	3.316.023 €	3.366.023 €
Outras contas a receber	13.936.790 €	13.461.790 €	15.426.790 €	18.100.695 €
	707.705.140 €	714.167.015 €	727.545.268 €	751.656.396 €
Ativo corrente				
Inventários	2.149.038 €	2.010.543 €	2.015.006 €	2.145.242 €
Clientes, contribuintes e utentes	32.612.642 €	32.111.976 €	34.862.309 €	35.940.989 €
Estado e outros entes públicos	120.000 €	120.000 €	120.000 €	120.000 €
Acionistas / Sócios / Associados	95.000.000 €	70.000.000 €	65.000.000 €	60.000.000 €
Outras contas a receber	22.025.580 €	21.969.547 €	23.544.936 €	24.422.264 €
Diferimentos	1.401.551 €	1.311.228 €	1.314.139 €	1.395.267 €
Caixa e depósitos	2.957.613 €	1.501.548 €	2.563.269 €	3.670.948 €
	156.266.424 €	129.024.842 €	129.419.659 €	127.694.710 €
	863.971.564 €	843.191.857 €	856.964.928 €	879.351.106 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património / Capital	150.000.000 €	150.000.000 €	150.000.000 €	150.000.000 €
Reservas	52.171.377 €	52.171.377 €	52.171.377 €	52.171.377 €
Resultados transitados	304.750.946 €	304.750.946 €	304.750.946 €	309.902.051 €
Excedentes de revalorização	143.817.407 €	143.817.407 €	143.817.407 €	138.666.302 €
Outras variações no Património Líquido	-4.064 €	-4.064 €	-4.064 €	-4.064 €
Resultado líquido do período	8.745.838 €	26.584.514 €	46.709.375 €	54.300.708 €
	659.481.505 €	677.320.180 €	697.445.041 €	705.036.374 €
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	1.302.078 €	1.332.078 €	1.362.078 €	1.392.078 €
Financiamentos obtidos	44.345.911 €	44.392.588 €	44.392.588 €	48.115.999 €
Passivos por impostos diferidos	28.382.694 €	28.120.194 €	27.857.694 €	27.595.194 €
Outras contas a pagar	24.216.078 €	24.174.975 €	24.516.372 €	26.826.519 €
	98.246.760 €	98.019.835 €	98.128.732 €	103.929.789 €
Passivo corrente				
Fornecedores	2.903.900 €	2.686.108 €	2.444.358 €	3.660.963 €
Estado e outros entes públicos	5.590.039 €	4.062.781 €	6.675.166 €	8.359.631 €
Acionistas / Sócios / Associados	44.827.164 €	0 €	0 €	0 €
Financiamentos obtidos	10.635.863 €	10.682.540 €	10.682.540 €	10.729.912 €
Fornecedores de investimentos	4.775.276 €	4.744.710 €	7.090.902 €	10.198.441 €
Outras contas a pagar	26.902.759 €	33.826.808 €	28.611.651 €	26.988.794 €
Diferimentos	10.504.722 €	11.744.155 €	5.811.887 €	9.010.701 €
Outros passivos financeiros	103.576 €	104.740 €	74.651 €	1.436.500 €
	106.243.299 €	67.851.842 €	61.391.155 €	70.384.942 €
	204.490.060 €	165.871.677 €	159.519.886 €	174.314.732 €
	863.971.564 €	843.191.857 €	856.964.928 €	879.351.106 €

Demonstração de Resultados por Natureza Previsional – 2023 a 2027

Rendimentos e Gastos	2023	2024	2024	4.ºT2025	2026	2027
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Vendas	178.714.675 €	180.055.137 €	182.305.871 €	186.862.847 €	190.779.893 €	194.824.231 €
Prestações de serviços	1.140.739 €	1.340.000 €	1.590.000 €	1.590.000 €	1.590.000 €	1.590.000 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2.103.849 €	-2.116.734 €	-2.270.683 €	-2.238.971 €	-2.213.607 €	-2.185.603 €
Fornecimentos e serviços externos	-42.767.416 €	-42.539.519 €	-44.762.000 €	-44.016.723 €	-42.884.892 €	-42.757.670 €
Gastos com pessoal	-26.101.115 €	-29.418.337 €	-27.882.840 €	-31.291.844 €	-33.024.326 €	-33.051.188 €
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-596.650 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1.014.789 €	-1.000.000 €	-956.584 €	-1.000.000 €	-1.000.000 €	-1.000.000 €
Provisões (aumentos/reduções)	-173.798 €	-120.000 €	-120.000 €	-120.000 €	-120.000 €	-120.000 €
Outros rendimentos e ganhos	6.694.337 €	6.550.000 €	6.840.000 €	6.870.000 €	6.975.000 €	7.050.000 €
Outros gastos e perdas	-10.701.920 €	-10.437.471 €	-10.326.062 €	-10.496.694 €	-10.612.604 €	-10.785.927 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)	103.090.215 €	102.313.076 €	104.417.702 €	106.158.616 €	109.489.463 €	113.563.842 €
Gastos / reversões de depreciação e amortização	-26.835.796 €	-29.335.725 €	-26.817.553 €	-29.281.058 €	-32.952.343 €	-35.339.520 €
Resultado operacional (EBIT)	76.254.419 €	72.977.351 €	77.600.149 €	76.877.558 €	76.537.120 €	78.224.322 €
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor	78.039.655 €	74.097.351 €	78.676.733 €	77.997.558 €	77.657.120 €	79.344.322 €
Juros e rendimentos similares obtidos	2.618.146 €	2.352.000 €	3.627.382 €	1.800.000 €	1.050.000 €	525.000 €
Juros e gastos similares suportados	-1.772.727 €	-1.689.035 €	-1.643.724 €	-1.680.885 €	-1.682.745 €	-1.789.514 €
Resultado antes de impostos	77.099.837 €	73.640.316 €	79.583.808 €	76.996.673 €	75.904.375 €	76.959.808 €
Imposto sobre o rendimento	-20.440.492 €	-21.797.534 €	-23.549.852 €	-22.695.965 €	-22.356.261 €	-22.684.500 €
Resultado líquido do período	56.659.345 €	51.842.783 €	56.033.955 €	54.300.708 €	53.548.115 €	54.275.307 €

Demonstração de Resultados por Natureza Previsional 2025 (Trimestral)

Rendimentos e Gastos	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025
	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Vendas	39.241.198 €	90.815.344 €	149.209.983 €	186.862.847 €
Prestações de serviços	397.500 €	795.000 €	1.192.500 €	1.590.000 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-492.574 €	-1.141.875 €	-1.791.177 €	-2.238.971 €
Fornecimentos e serviços externos	-9.048.958 €	-20.379.743 €	-33.690.400 €	-44.016.723 €
Gastos com pessoal	-9.387.553 €	-15.301.712 €	-23.193.515 €	-31.291.844 €
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	0 €	0 €	0 €	0 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-250.000 €	-500.000 €	-750.000 €	-1.000.000 €
Provisões (aumentos/reduções)	-30.000 €	-60.000 €	-90.000 €	-120.000 €
Outros rendimentos e ganhos	1.717.500 €	3.435.000 €	5.152.500 €	6.870.000 €
Outros gastos e perdas	-2.624.173 €	-5.248.347 €	-7.872.520 €	-10.496.694 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)	19.522.940 €	52.413.667 €	88.167.372 €	106.158.616 €
Gastos / reversões de depreciação e amortização	-7.312.750 €	-14.796.137 €	-21.824.379 €	-29.281.058 €
Resultado operacional (EBIT)	12.210.189 €	37.617.531 €	66.342.993 €	76.877.558 €
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor	12.490.189 €	38.177.531 €	67.182.993 €	77.997.558 €
Juros e rendimentos similares obtidos	450.000 €	900.000 €	1.350.000 €	1.800.000 €
Juros e gastos similares suportados	-420.221 €	-840.442 €	-1.260.663 €	-1.680.885 €
Resultado antes de impostos	12.239.968 €	37.677.088 €	66.432.329 €	76.996.673 €
Imposto sobre o rendimento	-3.494.130 €	-11.092.574 €	-19.722.954 €	-22.695.965 €
Resultado líquido do período	8.745.838 €	26.584.514 €	46.709.375 €	54.300.708 €

Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional – 2023 a 2027

Rubricas	Notas	2023	2024	2024	4.ºT2025	2026	2027
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Fluxos de caixa de atividades operacionais							
Recebimentos de clientes		199.430.468 €	203.050.014 €	207.201.971 €	211.030.318 €	215.182.386 €	219.469.384 €
Pagamentos a fornecedores		-54.024.219 €	-51.368.116 €	-53.810.500 €	-55.602.356 €	-54.172.616 €	-54.011.909 €
Pagamentos ao pessoal		-40.485.273 €	-46.131.655 €	-44.684.552 €	-48.536.579 €	-51.223.821 €	-51.265.487 €
Caixa gerada pelas operações		104.920.976 €	105.550.243 €	108.706.920 €	106.891.383 €	109.785.949 €	114.191.989 €
Outros recebimentos/pagamentos		-36.451.273 €	-35.900.772 €	-32.367.065 €	-31.157.321 €	-29.697.840 €	-29.695.456 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		68.469.703 €	69.649.470 €	76.339.855 €	75.734.062 €	80.088.109 €	84.496.532 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento							
Pagamentos respeitantes a:							
Ativos fixos tangíveis		-29.093.433 €	-59.585.669 €	-44.668.076 €	-77.168.075 €	-82.551.009 €	-58.819.655 €
Outros Ativos		-192.250.000 €	-65.000.000 €	-110.000.000 €	-60.000.000 €	-17.000.000 €	0 €
Recebimentos provenientes de:							
Ativos fixos tangíveis		501.095 €	501.095 €	501.095 €	501.095 €	501.095 €	501.095 €
Outros Ativos		118.250.000 €	65.000.000 €	116.000.000 €	100.000.000 €	60.000.000 €	17.000.000 €
Subsídios ao investimento		242.334 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Juros e rendimentos similares		1.380.956 €	1.108.889 €	2.353.446 €	1.500.000 €	750.000 €	225.000 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 100.969.048 €	- 57.975.685 €	- 35.813.535 €	- 35.166.980 €	- 38.299.914 €	- 41.093.560 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento							
Recebimentos provenientes de:							
Financiamentos obtidos		- €	14.500.000 €	7.500.000 €	14.500.000 €	14.500.000 €	13.000.000 €
Pagamentos respeitantes a:							
Financiamentos obtidos		-10.455.900 €	-10.544.552 €	-10.544.552 €	-10.635.863 €	-10.729.912 €	-9.160.116 €
Juros e gastos similares		-1.786.761 €	-1.662.187 €	-1.631.058 €	-1.575.142 €	-1.577.002 €	-1.683.772 €
Dividendos		-46.430.127 €	-42.877.119 €	-45.327.476 €	-44.827.164 €	-43.440.566 €	-42.838.492 €
Outras operações de financiamento		-494.529 €	-739.205 €	-163.598 €	-596.600 €	-2.184.000 €	-2.249.000 €
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)		- 59.167.317 €	- 41.323.062 €	- 50.166.684 €	- 43.134.769 €	- 43.431.481 €	- 42.931.379 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		- 91.666.662 €	- 29.649.277 €	- 9.640.365 €	- 2.567.686 €	- 1.643.286 €	471.594 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		107.545.661 €	38.385.714 €	15.878.999 €	6.238.634 €	3.670.948 €	2.027.662 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		15.878.999 €	8.736.437 €	6.238.634 €	3.670.948 €	2.027.662 €	2.499.256 €

Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional 2025 (Trimestral)

Rubricas	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	2025
	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Recebimentos de clientes	44.084.595 €	101.242.114 €	166.629.357 €	211.030.318 €
Pagamentos a fornecedores	-11.430.732 €	-25.743.891 €	-42.558.043 €	-55.602.356 €
Pagamentos ao pessoal	-10.221.411 €	-22.665.443 €	-33.682.446 €	-48.536.579 €
Caixa gerada pelas operações	22.432.452 €	61.675.481 €	90.388.868 €	106.891.383 €
Outros recebimentos/pagamentos	-6.326.125 €	-10.330.723 €	-23.886.610 €	-31.157.321 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	16.106.327 €	51.344.758 €	66.502.258 €	75.734.062 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-21.479.166 €	-35.786.576 €	-51.738.463 €	-77.168.075 €
Outros Ativos	0 €	0 €	0 €	-60.000.000 €
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	0 €	0 €	0 €	501.095 €
Outros Ativos	5.000.000 €	30.000.000 €	35.000.000 €	100.000.000 €
Subsídios ao investimento	0 €	0 €	0 €	0 €
Juros e rendimentos similares	375.000 €	750.000 €	1.125.000 €	1.500.000 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	- 16.104.166 €	- 5.036.576 €	- 15.613.463 €	- 35.166.980 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	0 €	0 €	0 €	14.500.000 €
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-2.916.667 €	-5.306.348 €	-8.223.015 €	-10.635.863 €
Juros e gastos similares	-315.391 €	-794.170 €	-1.118.892 €	-1.575.142 €
Dividendos	0 €	-44.827.164 €	-44.827.164 €	-44.827.164 €
Outras operações de financiamento	-51.124 €	-117.586 €	-395.089 €	-596.600 €
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)	- 3.283.182 €	- 51.045.268 €	- 54.564.160 €	- 43.134.769 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)	3.281.022 €	4.737.086 €	3.675.366 €	2.567.686 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.238.634 €	6.238.634 €	6.238.634 €	6.238.634 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.957.613 €	1.501.548 €	2.563.269 €	3.670.948 €

Notas explicativas dos fluxos projetados na demonstração dos fluxos de caixa

A atividade financeira da EPAL tem-se pautado ao longo dos últimos anos por uma constante regularidade nos fluxos financeiros, tendência que se prevê que venha a suceder para o período do presente PAO - 2025/2027.

As notas seguintes pretendem explicitar os valores que são considerados nas principais rubricas e/ou eventuais evoluções significativas que existam entre os períodos considerados na demonstração em apreço:

No que respeita aos fluxos das atividades operacionais:

- A rubrica de **recebimento de clientes** reflete a expectativa da empresa ao nível dos pagamentos de clientes, estando em linha com a realidade recente no pós-pandemia.

Esta rubrica encontra-se expurgada do valor recebido pela EPAL a título da receita pertencente à Câmara Municipal de Lisboa, incluídas nas faturas da Empresa, e que são mensalmente entregues ao Município. Por não ser um rendimento da Empresa, esses valores encontram-se registados na rubrica Outros Pagamentos/Recebimentos, de modo a neutralizar esses movimentos;

- Os **pagamentos a pessoal** incluem não só as remunerações líquidas pagas aos trabalhadores da Empresa, mas também as retenções de IRS e segurança social, bem como os encargos sobre remunerações, verificando-se em 2025 um incremento decorrente do aumento do número de trabalhadores/as previstos. Encontram-se ainda incluídas nesta rubrica os pagamentos dos complementos de reforma, os quais são reembolsados pelo Fundo de Pensões no final de cada ano, pelo que o impacto anual é neutro;
- O **pagamento de imposto sobre o rendimento** inclui o IRC pago no ano respeitante ao exercício económico anterior (já compensado dos pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta efetuados no ano anterior), bem como os respetivos pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta efetuados em cada exercício, que serão deduzidos no imposto a ser liquidado no ano seguinte;
- Os **outros pagamentos/recebimentos relativos à atividade operacional** incluem os restantes fluxos financeiros não considerados nas rubricas anteriores, tendo especial expressão os montantes respeitantes aos recebimentos da gestão delegada com a AdVT, assim como as taxas municipais recebidas dos clientes da EPAL e entregues à Câmara Municipal de Lisboa. Encontram-se ainda incluídos nesta rubrica os valores recebidos dos clientes, respeitantes à componente tarifária

acrescida, e que trimestralmente são entregues à AdVT, conforme decorre do disposto do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

No que respeita aos fluxos das atividades de investimento:

- Os **recebimentos de ativos fixos tangíveis** incluem exclusivamente o recebimento anual resultante do acordo com a AdVT (pertencente anteriormente à ex-Águas do Oeste), respeitante à alienação dos subsistemas de abastecimento de Alenquer/Torres Vedras e Arruda dos Vinhos/ Sobral de Monte Agraço, e que apresenta um plano de reembolso anual que termina em 2033;
- A rubrica de **subsídios de investimento** reflete os recebimentos previstos para as candidaturas ao POSEUR já aprovadas. Para o período do orçamento/projeção não foram consideradas quaisquer novas candidaturas;
- A rubrica de **outros ativos** (quer pagamentos quer recebimentos) reflete os montantes do apoio de tesouraria que a EPAL contratualizou com o seu acionista único (AdP SGPS, SA), no âmbito da política de tesouraria do Grupo Águas de Portugal, a qual preconiza genericamente que a *holding* gere centralmente as necessidades de financiamento das suas empresas participadas, recorrendo quando necessário às empresas que possuam excedentes financeiros;
- A variação verificada na rubrica de **pagamento de ativos fixos tangíveis** decorre essencialmente do forte aumento previsto no montante do plano de investimentos para o triénio do PAO - 2025/2027, com o conseqüente pagamento a fornecedores de investimento de acordo com os prazos contratuais.

No que respeita aos fluxos das atividades de financiamento:

- Os **recebimentos de empréstimos obtidos** incluem apenas as entradas dos novos financiamentos incorridos para fazer face, complementarmente, às necessidades decorrentes do seu plano de investimentos;
- Os **pagamentos de empréstimos obtidos** incluem apenas os reembolsos dos financiamentos BEI detidos pela EPAL, de acordo com o seu plano de amortização;
- A rubrica de **juros e gastos similares** apresenta os valores dos juros incorridos com o financiamento BEI atrás referido, bem como os gastos decorrentes com os serviços bancários e com as garantias dos financiamentos BEI, que são pagas à DGTF;

- Os **dividendos** previstos serem distribuídos ao acionista representam 80% do resultado líquido do exercício imediatamente anterior, conforme tem sido prática nos últimos anos.

A EPAL encontra-se abrangida pelo Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado. Atendendo à especificidade de algumas operações bancárias efetuadas pela EPAL, foi solicitado ao IGCP, nos termos estabelecidos pelo n.º 5 do artigo 136.º, da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, conjugado com o disposto pelo n.º 5 do artigo 102.º, do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto, para determinadas operações bancárias ainda não prestadas por essa entidade, a dispensa parcial do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria, tendo o IGCP, através do seu Ofício n.º 0608/2022, de 18 de agosto, exarado o respetivo despacho, em que exceciona do cumprimento da UTE, para os anos de 2022 e 2023, alguns serviços bancários (despacho submetido no SISEE).

Em abril de 2024 foi submetido pela AdP SGPS o Pedido de dispensa parcial do princípio de unidade de tesouraria do Estado para o biénio 2024-2025, o qual aguarda ainda Despacho.

Anexo IV – Recursos Humanos

Anexo IV – A: Planificação de Recursos Humanos para o triénio

Pessoal afeto à EPAL:

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2023	Situação a 31/12/2024	Situação a 01.01.2025		Movimentos de Pessoal - 2025							Situação a 31/12/2025	
			Idade média	# de trabalhadores com 60 ou mais	# de trabalhadores em idade de	Saídas esperadas (reformas/outras)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Autorizações de recrutamento concedidas em 2023	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2024 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas		
Órgãos Sociais (OS)	12	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Cargos de direção (s/ OS)	18	18	55	4	2	2	0	0	2	0	0	0	18
Tec. Operacional	204	206	47	48	2	2	0	0	2	0	0	13	219
Tec. Especializado	143	143	54	47	5	6	0	6	0	0	0	0	143
Especialista	21	22	60	14	1	1	0	0	1	0	0	0	22
Bacharel	10	9	57	3	0	0	0	0	0	0	0	0	9
Licenciado	246	261	47	28	2	2	9	0	2	0	0	34	295
Total	654	671	-	144	12	13	9	0	13	0	0	47	718

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2025	Movimentos de Pessoal - 2026					Situação a 31/12/2026
		Saídas esperadas (reformas/outras)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2026 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
Órgãos Sociais (OS)	12	-	-	-	-	-	12
Cargos de direção (s/ OS)	18	1	0	1	0	0	18
Tec. Operacional	219	10	0	10	0	0	219
Tec. Especializado	143	13	0	13	0	0	143
Especialista	22	3	0	3	0	0	22
Bacharel	9	0	0	0	0	0	9
Licenciado	295	3	9	3	0	3	298
Total	718	30	9	30	0	3	721

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2026	Movimentos de Pessoal - 2027					Situação a 31/12/2027
		Saídas esperadas (reformas/outras)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2027 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
Órgãos Sociais (OS)	12	-	-	-	-	-	12
Cargos de direção (s/ OS)	18	0	0	0	0	0	18
Tec. Operacional	219	3	0	3	0	0	219
Tec. Especializado	143	6	0	6	0	0	143
Especialista	22	1	0	1	0	0	22
Bacharel	9	1	0	1	0	0	9
Licenciado	298	5	9	5	0	0	298
Total	721	16	9	16	0	0	721

Pessoal afeto à gestão delegada da Águas do Vale do Tejo:

Grupo Profissional	Situação a 01.01.2025			Movimentos de Pessoal - 2025						Situação a 31/12/2025
	Idade média	# de trabalhadores com 60 ou mais	# de trabalhadores em idade de	Saídas esperadas (reformas/outras)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Autorizações de recrutamento concedidas em 2023	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2024 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(1) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
Órgãos Sociais (OS)	-	-	-	0	0	0	0	0	0	14
Cargos de direção (s/ OS)	47	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Técnico Operativo	47	32	3	5	1	0	5	0	69	330
Técnico	50	4	1	1	0	0	1	0	15	51
Técnico Superior	46	4	0	2	3	0	2	0	24	153
Total	190	40	4	8	4	0	8	0	108	549

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2025	Movimentos de Pessoal - 2026					Situação a 31/12/2026
		Saídas esperadas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2026 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (no normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
	(1) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5) + (6)	(2)		(4)	(5)	(6)	= 2024 - (2) + (4) + (5) + (6)
Órgãos Sociais (OS)	14	0	0	0	0	0	14
Cargos de direção (s/ OS)	1	0	0	0	0	0	1
Técnico Operativo	330	3	1	3	0	0	330
Técnico	51	0	0	0	0	0	51
Técnico Superior	153	0	3	0	0	0	153
Total	549	3	4	3	0	0	549

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2026	Movimentos de Pessoal - 2027					Situação a 31/12/2027
		Saídas esperadas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2027 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (no normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
	(1) = 2024 - (2) + (4) + (5) + (6)	(2)		(4)	(5)	(6)	= 2025 - (2) + (4) + (5) + (6)
Órgãos Sociais (OS)	14	0	0	0	0	0	14
Cargos de direção (s/ OS)	1	0	0	0	0	0	1
Técnico Operativo	330	3	1	3	0	0	330
Técnico	51	1	0	1	0	0	51
Técnico Superior	153	1	4	1	0	0	153
Total	549	5	5	5	0	0	549

Anexo IV – B: Pedidos autónomos para recrutamento de pessoal 2024

CONFIDENCIAL

Anexo V – Planeamento financeiro para 2025-2027

Rubricas	2025	2026	2027
	Previsão	Previsão	Previsão
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	211.030.318 €	215.182.386 €	219.469.384 €
Pagamentos a fornecedores	-55.602.356 €	-54.172.616 €	-54.011.909 €
Pagamentos ao pessoal	-48.536.579 €	-51.223.821 €	-51.265.487 €
Caixa gerada pelas operações	106.891.383 €	109.785.949 €	114.191.989 €
Outros recebimentos/pagamentos	-31.157.321 €	-29.697.840 €	-29.695.456 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	75.734.062 €	80.088.109 €	84.496.532 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-77.168.075 €	-82.551.009 €	-58.819.655 €
Outros Ativos	-60.000.000 €	-17.000.000 €	0 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	501.095 €	501.095 €	501.095 €
Outros Ativos	100.000.000 €	60.000.000 €	17.000.000 €
Subsídios ao investimento	0 €	0 €	0 €
Juros e rendimentos similares	1.500.000 €	750.000 €	225.000 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	- 35.166.980 €	- 38.299.914 €	- 41.093.560 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	14.500.000 €	14.500.000 €	13.000.000 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-10.635.863 €	-10.729.912 €	-9.160.116 €
Juros e gastos similares	-1.575.142 €	-1.577.002 €	-1.683.772 €
Dividendos	-44.827.164 €	-43.440.566 €	-42.838.492 €
Outras operações de financiamento	-596.600 €	-2.184.000 €	-2.249.000 €
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)	- 43.134.769 €	- 43.431.481 €	- 42.931.379 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)	- 2.567.686 €	- 1.643.286 €	471.594 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.238.634 €	3.670.948 €	2.027.662 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.670.948 €	2.027.662 €	2.499.256 €

Anexo VI - Plano de Investimentos

Quadro I - Quadro do Investimento no layout previsto nas Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		P6s 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
A - Investimentos que transitam de anos anteriores			29.933	38.080	18.113	13.561	8.511	27.862				
Acabam em 2024			4.305	10.578	0	0	0	0				
Reabilitação e Ampliação do Sistema Alenquer IV	Substituição		0	3.022	0	0	0	0				
Financiamento A				451	0	0	0	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 2 - Troço Torre do Bispo/Alcanchões	Novo		2.539	2.875	0	0	0	0				
Financiamento A				429	0	0	0	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Centros de Produção de Energia, Redes Transporte e IT - Alta	Novo		50	1.381	0	0	0	0				
Financiamento A				206	0	0	0	0				
VAL estimado (em €)		n.a										

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
Central Fotovoltaica Amadora	Novo		771	1.172	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				175	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Chaminé de Equilíbrio da Linha 1 do Adutor de Castelo do Bode - Reabilitação Geral	Substituição		300	550	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				82	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Central Fotovoltaica ETA Vale da Pedra	Novo		0	438	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				65	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Central Fotovoltaica Captação Valada	Novo		100	370	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				55	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Grupos Elevatórios Amadora	Substituição		200	301	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				45	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
AQUAmatrix - Implementação multimoeda e multilingua	Novo		105	135	0	0	0	0	0	0	0	0

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	
Financiamento A				20		0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
EE Vila Franca de Xira - Remodelação dos Quadros Elétricos MT	Substituição		0	130	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				19	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Conservação do património industrial na Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos	Substituição		70	70	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				10	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Sistemas Operação (NAVIA, Desenvolvimento próprio e outros)	Novo		100	48	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				7	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Sistemas de Engenharia	Novo		0	20	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				3	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Sistemas RH, Assiduidade, Acessos e Refeitório	Substituição		20	20	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				3	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
EE Vila Fria - Instalação de conduta entre a casa de água de chegada do Adutor de Circunvalação e a compressão para Porto Salvo	Novo		0	14	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				2	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Sistemas do Museu	Novo		50	10	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				1	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Dotação das salas de reunião de serviços de vídeo	Novo		0	10	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				1	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
ETA Asseiceira – Intervações Gerais de Construção Civil	Substituição		0	4	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				1	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Inspeções e Salinometrias em captações subterrâneas	Substituição		0	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				0	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	
Intervenções em edifícios para eliminação de fibrocimento	Substituição		0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				0	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Telegestão - Revisão dos Automatismos e da Automatização da ETA da Asseiceira. Disaster Recovery Local	Substituição		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				0	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
<u>Continuam no Triénio</u>			25.061	27.503	18.113	13.561	8.511	27.862				
ETA Vale da Pedra - Intervenções de Melhoria	Substituição		1.750	500	2.500	500	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				75	515	96	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Otimização dos locais de medição de consumo de água (Clientes/rede de Lisboa)	Novo		1.267	734	2.001	1.767	1.800	5.400				
Financiamento A				110	412	339	474	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Central Mini Hídrica Várzea das Chaminés	Novo		3.873	3.061	1.926	37	37	0				
Financiamento A				457	397	7	10	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Edifício da Sede - Reabilitação	Substituição		900	1.000	1.372	1.000	0	0				

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
Financiamento A				149	283	192	0	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Nova Academia da Água	Novo		359	50	1.072	350	0	0				
Financiamento A				7	221	67	0	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
ETA Asseiceira - 1.ª Linha: Bateria de Filtração - Construção Civil	Substituição		200	70	1.000	900	0	0				
Financiamento A				10	206	172	0	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Infraestrutura e computação, hardware e licenciamento de software	Substituição		0	0	1.000	1.436	1.370	4.180				
Financiamento A				0	206	275	361	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Aquedutos Subterrâneos na Cidade de Lisboa - Reabilitação	Substituição		330	754	780	0	0	0				
Financiamento A				113	161	0	0	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Centro de Controlo de Energia e Emissões (CCEE)	Novo		200	1.000	480	0	0	0				
Financiamento A				149	99	0	0	0				
VAL estimado (em €)		n.a										

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025	2026	2027	Pós 2027
			PAO	Estimativa				
Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio - reformulação tecnológica e implementação em Infraestruturas críticas	Substituição		140	51	404	300	199	0
Financiamento A				8	83	57	52	0
VAL estimado (em €)		n.a						
Infraestruturas - Rede de Telecomunicações - Segurança Informática - Software de controlo	Novo		150	50	400	74	50	150
Financiamento A				7	82	14	13	0
VAL estimado (em €)		n.a						
Desenvolvimento aplicacional - Aplicações internas	Novo		0	0	352	352	352	1.056
Financiamento A				0	73	67	93	0
VAL estimado (em €)		n.a						
Rede de Distribuição - Melhoria nos Adutores da Distribuição	Substituição		920	450	350	1.100	1.100	3.600
Financiamento A				67	72	211	290	0
VAL estimado (em €)		n.a						
Adutor Castelo do Bode - Reabilitação da OE de Vala Real	Substituição		3.700	3.910	300	0	0	0
Financiamento A				584	62	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a						
ETA Asseiceira - Remodelação e reabilitação	Substituição		900	650	300	500	1.000	8.290
Financiamento A				97	62	96	263	0

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
VAL estimado (em €)		n.a										
SIG - Licenciamento e Desenvolvimentos Aplicacionais	Novo		400	200	300	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				30	62	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Elaboração do Master Plan do Sistema de Abastecimento da EPAL	Novo		195	100	275	135	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				15	57	26	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Sistema de Manutenção	Substituição		0	310	260	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				46	54	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Sistemas de vigilância eletrónica com imagem de infraestruturas	Novo		240	150	250	350	350	450	350	350	450	450
Financiamento A				22	52	67	92	0	92	92	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Reformulação de soluções de abastecimento a Vila Franca de Xira e Loures	Substituição		1.429	100	230	900	1.000	1.778	1.000	1.000	1.778	1.778
Financiamento A				15	47	172	263	0	263	263	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Reservatório de Alto de Carenque - Reabilitação	Substituição		280	330	200	500	0	0	0	0	0	0

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
Financiamento A				49	41	96	0	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Recinto Barbadinhos - Reabilitação do Muro	Substituição		100	30	200	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				4	41	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Sensorização IoT da rede de abastecimento, renovação tecnológica de válvulas, plataforma IT, instalação de rede de comunicações proprietária na Cidade de Lisboa	Novo		0	0	200	100	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				0	41	19	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Interligações MT - Centros de Produção e Consumo e Storage	Novo		1.540	3.379	150	635	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				505	31	122	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Edifícios Não Operacionais - Intervenções Gerais	Substituição		0	384	150	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				57	31	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Expropriações	Novo		57	146	146	146	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				22	30	28	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
Infraestrutura e Software ISO27001	Novo		310	310	145	310	150	345				
Financiamento A				46	30	59	40	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Desenvolvimento aplicacional - vários softwares	Novo		0	0	124	124	124	372				
Financiamento A				0	26	24	33	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Segurança no Trabalho - Equipamento de segurança (Aquisição de pontos de ancoragem e outros equipamentos de segurança)	Substituição		98	97	116	121	131	278				
Financiamento A				15	24	23	35	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Central Fotovoltaica Olivais	Novo		406	596	100	0	0	0				
Financiamento A				89	21	0	0	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Instalação de sistemas de telemetria nos Clientes da EPAL	Novo		100	200	100	152	152	450				
Financiamento A				30	21	29	40	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
AQUAmatrix - MIGRAÇÃO TECNOLÓGICA	Novo		180	180	84	0	0	0				
Financiamento A				27	17	0	0	0				

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024	2024	2025	2026	2027	Pós 2027
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
VAL estimado (em €)		n.a						
Compra Infraestrutura da nova solução	Novo		200	200	75	185	120	305
Financiamento A				30	15	35	32	0
VAL estimado (em €)		n.a						
Aquisição e instalação de carregadores de viaturas elétricas	Novo		10	30	75	50	30	20
Financiamento A				4	15	10	8	0
VAL estimado (em €)		n.a						
Campanhas de deteção de fugas em condutas de grande diâmetro na Rede de Lisboa e Limitrofes	Substituição		55	22	70	50	50	100
Financiamento A				3	14	10	13	0
VAL estimado (em €)		n.a						
Central Fotovoltaica Telheiras	Novo		50	308	60	0	0	0
Financiamento A				46	12	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a						
Sistemas automáticos de abastecimento de reagentes	Novo		50	50	50	50	50	0
Financiamento A				7	10	10	13	0
VAL estimado (em €)		n.a						
Renovação/Melhoria na área de armazenamento	Substituição		10	30	50	10	10	20

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
Financiamento A				4	10	2	3	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Desenvolvimento aplicacional - SIG	Novo		0	0	50	100	100	300				
Financiamento A				0	10	19	26	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Central Fotovoltaica Parque das Nações	Novo		50	364	42	40	0	0				
Financiamento A				54	9	8	0	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Reengenharia dos sistemas de segurança física e eletrónica da EPAL	Substituição		193	137	33	33	33	100				
Financiamento A				20	7	6	9	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Desenvolvimento de produtos e serviços IT - Estudos, pilotos e prototipagem industrial	Novo		62	32	32	2	18	0				
Financiamento A				5	7	0	5	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Plataforma de Gestão Laboratorial	Novo		0	33	30	0	0	0				
Financiamento A				5	6	0	0	0				
VAL estimado (em €)		n.a										

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
Desenvolvimento aplicacional - Gestão Documental	Novo		0	0	29	29	29	29	29	29	87	87
Financiamento A				0	6	6	6	6	8	8	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Desenvolvimento aplicacional - Gestão Laboratorial	Novo		0	0	28	58	58	58	174	174	174	174
Financiamento A				0	6	11	15	15	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
ETA Asseiceira - Asseiceira 0% - Minicentral hidroelétrica	Novo		850	1.385	25	25	25	25	25	25	0	0
Financiamento A				207	5	5	5	5	7	7	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Aquisição e instalação de novos analisadores no sistema de adução \ distribuição da EPAL	Novo		25	49	25	25	25	25	25	25	75	75
Financiamento A				7	5	5	5	5	7	7	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Desenvolvimento aplicacional - Gestão Operacional	Novo		0	0	24	24	24	24	24	24	72	72
Financiamento A				0	5	5	5	5	6	6	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Adutor Castelo do Bode - Projeto para duplicação dos troços não duplicados: Túneis e Ligação da toma para o sistema OES em Alcanhões à linha 01 do ADCB.	Novo		10	196	20	20	20	20	0	0	0	0
Financiamento A				29	4	4	4	4	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024	2024	2025	2026	2027	Pós 2027
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Plataforma de Gestão do Plano de Segurança da Água	Novo		43	75	20	0	0	0
Financiamento A				11	4	0	0	0
VAL estimado (em €)	n.a							
Renovação do parque de loggers afetos às ZMC da rede de distribuição de Lisboa	Substituição		0	62	20	10	10	20
Financiamento A				9	4	2	3	0
VAL estimado (em €)	n.a							
SGE - Estudos/auditorias energéticas e equipamento de medição e monitorização	Novo		15	21	20	20	20	40
Financiamento A				3	4	4	5	0
VAL estimado (em €)	n.a							
Implementação de medidas compensatórias relativas às medidas de autoproteção	Novo		9	15	15	10	7	10
Financiamento A				2	3	2	2	0
VAL estimado (em €)	n.a							
I&D de processos - Digitalização e mobilidade	Novo		1	40	11	0	0	0
Financiamento A				6	2	0	0	0
VAL estimado (em €)	n.a							
ETA Asseiceira - Asseiceira 0% - Mini-hídrica e canal de entrada	Novo		813	1.427	10	0	0	0

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
Financiamento A				213	2	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
EE Olivais II - Remodelação	Substituição		0	0	10	160	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				0	2	31	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Melhorias das condições de segurança intrínseca nas Instalações	Substituição		5	5	5	5	5	5	10	5	5	10
Financiamento A				1	1	1	1	1	1	1	1	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Desenvolvimento e Melhoria de Aplicações e Mobilidade	Novo		0	120	5	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				18	1	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Transformação Digital (processos, apps, gestão documental e outros)	Novo		247	70	4	4	4	0	0	0	0	0
Financiamento A				10	1	1	1	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Circularidade - Estudo, projetos e serviços	Novo		3	90	3	3	3	23	0	0	0	0
Financiamento A				13	1	1	1	6	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
ETA Asseiceira - Asseiceira 0% - Beneficiários	Substituição		748	2.558	2	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				382	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Implementação de Segurança da Informação	Novo		0	31	2	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				5	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Desenvolvimento aplicacional - Gestão de Manutenção e Gestão do Ciclo de Vida do Ativo	Novo		0	0	0	0	60	60	60	180	180	180
Financiamento A				0	0	0	11	16	16	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Rede de Distribuição - Adutora Calçada de Carriche - Reabilitação	Substituição		1.590	1.360	0	0	800	0	0	0	0	0
Financiamento A				203	0	0	153	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
PI's do PAO 2024 sem valores no PAO 2025			567	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Water QI (Intervenções de melhoria Infraestruturas)	Substituição		24									
Financiamento A				0	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Capt. de emergência no rio Zêzere - Ligação à descarga intermédia da barragem	Novo		100									
Financiamento A				0	0	0	0	0	0	0	0	0

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
VAL estimado (em €)		n.a										
Edifício S. Sebastião da Pedreira - Reabilitação e reformulação	Novo		72									
Financiamento A				0	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
PT Alfragide - Desativação do PT e alimentação do recinto em Baixa Tensão	Substituição		50									
Financiamento A				0	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Parque das Nações - Desempenho energético (POSEUR)	Substituição		44									
Financiamento A				0	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Central Fotovoltaica EE V F Xira II	Novo		5									
Financiamento A				0	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Repúblicas da Água	Novo		50									
Financiamento A				0	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Residências Universitárias	Novo		45									

	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
Investimentos												
Financiamento A				0	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
ETA Asseiceira – Comando e controlo, redes de comunicações industriais, sensorização e infraestruturas de potência	Substituição		158									
Financiamento A				0	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
Projeto de acessibilidade para os espaços museológicos do Museu da Água	Substituição		20									
Financiamento A				0	0	0	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		n.a										
B - Iniciados no período 2024-2026			33.967	17.670	57.254	66.831	51.230	287.245				
Recorrente			10.203	7.493	10.699	9.770	7.355	0				
Rede de Distribuição - Reabilitação Conduitas (DN =< 400) - ENG	Substituição		4.695	3.900	5.000	3.500	3.500	0				
Financiamento A				582	1.030	671	922	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Implementação de "Medição Interativa" nos Clientes da EPAL	Substituição		2.000	0	1.870	662	662	0				
Financiamento A				0	385	127	174	0				
VAL estimado (em €)		n.a										

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	
Rede de Distribuição - Ampliação	Novo		250	150	800	100	100	100	0	0		
Financiamento A				22	165	19	26	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Telegestão (consolas, automat, SCADA)	Substituição		0	0	630	630	630	630	0	0		
Financiamento A				0	130	121	166	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Adaptações de Instalações	Substituição		200	350	569	1.000	0	0	0	0		
Financiamento A				52	117	192	0	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Rede de Distribuição - Ampliação Monsanto	Substituição		50	60	500	2.500	1.000	0	0	0		
Financiamento A				9	103	479	263	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Ampliação da Rede de Distribuição	Novo		555	500	400	400	400	400	0	0		
Financiamento A				75	82	77	105	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Recintos e acessos - Intervenções Gerais	Substituição		108	1.313	250	250	250	250	0	0		
Financiamento A				196	52	48	66	0				
VAL estimado (em €)		n.a										

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
Aquamatrix - Desenvolvidos genéricos	Novo		350	275	230	289	265	0				
Financiamento A				41	47	55	70	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
DOTAÇÃO PROVISIONAL			172	145	105	36	118	0				
Financiamento A	Substituição			22	22	7	31	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Rede de Distribuição - Reabilitação Adutores (DN > 400) - ENG	Substituição		200	100	100	100	100	0				
Financiamento A				15	21	19	26	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Reservatórios - Garantia da Adequabilidade dos sistemas de segurança hidráulica	Substituição		50	20	100	150	150	0				
Financiamento A				3	21	29	40	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Desenvolvidos waterbeep	Novo		80	80	60	30	20	0				
Financiamento A				12	12	6	5	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
AQUA mobile - Mobilidade de Clientes	Novo		23	70	55	64	60	0				
Financiamento A				10	11	12	16	0				
VAL estimado (em €)		n.a										

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
Obras Especiais - Reabilitações pontuais	Substituição		50	30	30	60	100	0				
Financiamento A				4	6	11	26	0				
VAL estimado (em €)		n.a										
Telegestão - Desenvolvimento de Funcionalidades e Abrangência do Sistema	Novo		782	500	0	0	0	0	0	0	0	
Financiamento A				75	0	0	0	0	0	0	0	
VAL estimado (em €)		n.a										
Reabilitação de Conduitas de Distribuição DN <400 - MAN	Substituição		638	0	0	0	0	0	0	0	0	
Financiamento A				0	0	0	0	0	0	0	0	
VAL estimado (em €)		n.a										
Aquisição de bens			2.852	3.227	2.689	2.432	2.397	0				
Capitalização de encargos			2.000	2.300	2.300	2.300	2.300	0				
C - Novos investimentos			18.912	4.650	41.566	52.329	39.179	287.245				
Investimentos de Substituição			13.372	3.772	22.068	27.266	18.830	217.761				
Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta	Substituição		4.000	383	3.700	3.450	450	0				
Financiamento A				57	762	661	119	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Grupos Elevatórios V F Xira	Substituição		1.900	600	2.500	1.000	0	0				
Financiamento A				90	515	192	0	0				

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Recinto Vila Franca de Xira - Reabilitação das Estruturas Operacionais	Substituição		826	100	2.500	900	0	0	0	0		
Financiamento A				15	515	172	0	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
EE Olivais I - Reabilitação	Substituição		50	84	2.000	4.000	3.000	2.000				
Financiamento A				13	412	767	790	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Adutor Vila Franca de Xira / Telheiras - Grandes Obras de Reabilitação - Troço A - EE VFX / Bairro da Mata	Substituição		550	50	2.000	2.000	2.000	13.900				
Financiamento A				7	412	383	527	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
EE Telheiras - Remodelação do Quadro de Comando e dos Quadros de MT	Substituição		300	30	1.700	1.800	0	0				
Financiamento A				4	350	345	0	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
EE Guerreiros - Remodelação do PT e da Mesa de Comando	Substituição		509	20	1.500	997	0	0				
Financiamento A				3	309	191	0	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
Reabilitação do Recinto do Arco	Substituição		500	30	1.000	570	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				4	206	109	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
EE Castelo Bode II - Ampliação da Capacidade de Elevação (+250 mil m3/dia)	Substituição		70	100	600	1.028	1.869	0	0	0	0	0
Financiamento A				15	124	197	492	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Substituição de ESP: Parque das Nações - Zona Media; Telheiras - ESP2, Ota, Curvaceiras, Soudos, Vale de Porcas Aspiração, Vale de Porcas Compressão, Castelo de Bode aspiração e Castelo de Bode Compressão	Substituição		425	200	550	350	274	0	0	0	0	0
Financiamento A				30	113	67	72	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Reformulação de soluções de abastecimento a Azambuja, Santarém e Alenquer	Substituição		762	250	500	1.260	1.000	14.000	0	0	0	0
Financiamento A				37	103	241	263	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Reabilitação da conduta DN 770 e Substituição da conduta DN 800 da Ponte Marechal Carmona	Substituição		500	4	500	740	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				1	103	142	0	0	0	0	0	0

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024	2024	2025	2026	2027	Pós 2027
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
VAL estimado (em €)		Nota (1)						
Adutora Camarate/Sacavém - Várzea de Loures - Reabilitação	Substituição		50	54	400	541	200	1.809
Financiamento A				8	82	104	53	0
VAL estimado (em €)		Nota (1)						
Edifício da Anunciada e Rua das Portas de Santo Antão - Intervenções Gerais	Substituição		0	75	350	500	500	2.352
Financiamento A				11	72	96	132	0
VAL estimado (em €)		Nota (1)						
Grupos Elevatórios Telheiras	Substituição		0	0	323	233	0	0
Financiamento A				0	66	45	0	0
VAL estimado (em €)		Nota (1)						
Rede de Distribuição - Adutora Zona Média Olivais/Campo de Ourique - Reabilitação	Substituição		300	90	300	1.000	1.200	8.200
Financiamento A				13	62	192	316	0
VAL estimado (em €)		Nota (1)						
Conduta Telheiras-Alto de Carenque - Reabilitação da Galeria nº 1 do IC17	Substituição		50	49	270	148	148	0
Financiamento A				7	56	28	39	0

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Campus da Água	Substituição		300	82	228	560	540	17.240				
Financiamento A				12	47	107	142	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Adutor Costa do Sol - Reabilitação	Substituição		350	547	200	1.000	1.000	37.000				
Financiamento A				82	41	192	263	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Adutor Vila Franca de Xira / Telheiras - Grandes Obras de Reabilitação - Reabilitação dos troços A, B, C, D, E e F	Substituição		400	328	200	300	300	50.000				
Financiamento A				49	41	57	79	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Remodelação Sistema Barbadinhos-Vale Escuro	Substituição		300	74	100	380	500	3.530				
Financiamento A				11	21	73	132	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
EE Castelo do Bode - Substituição da mesa de comando	Substituição		30	5	100	1.000	1.495	0				
Financiamento A				1	21	192	394	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
EE Vila Franca Xira 2 - Intervenções de Melhoria	Substituição		0	0	100	1.000	900	0				
Financiamento A				0	21	192	237	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Recinto de Almoster - Estabilização de Muros de Suporte de Terras	Substituição		50	0	90	130	0	0				
Financiamento A				0	19	25	0	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Estação Sobrepressora de abastecimento à Choromela	Substituição		70	0	70	200	200	0				
Financiamento A				0	14	38	53	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Rede de Distribuição - Adutora Telheiras/Alfragide - Reabilitação	Substituição		150	40	50	50	500	8.600				
Financiamento A				6	10	10	132	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
PT OTA - Remodelação	Substituição		0	0	50	0	0	0				
Financiamento A				0	10	0	0	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
Substituição do PT do Restelo por obsolescência	Substituição		100	0	50	150	0	0	0	0	0	0
Financiamento A				0	10	29	0	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Adutor Castelo do Bode - Condução elevatória ravina e OE Zairinho (Tratamento anticorrosivo + Juntas)	Substituição		50	10	40	185	515	0	0	0	0	0
Financiamento A				1	8	35	136	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Reabilitação da EE do Poço de Castelo do Bode e respetiva ligação à EE Castelo Bode 2	Substituição		250	0	30	600	270	0	0	0	0	0
Financiamento A				0	6	115	71	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
PC's no Sistema de Abastecimento da EPAL (CC) - Reformulação/construção	Substituição		170	0	20	305	300	150	0	0	0	0
Financiamento A				0	4	58	79	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Condução de Água Tratada de Vale da Pedra DN 1250 - Reabilitação	Substituição		35	200	17	100	500	21.500	0	0	0	0
Financiamento A				30	4	19	132	0	0	0	0	0
VAL estimado (em €)		Nota (1)										

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
Conduta de Água Tratada de Vale da Pedra DN 1000 - Reabilitação	Substituição		25	225	10	50	0	22.000	0	0	0	0
Financiamento A				34	2	10	0	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Conduta de Água Bruta DN 1000 de Valada - Reabilitação	Substituição		0	140	10	50	0	10.000	0	0	0	0
Financiamento A				21	2	10	0	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Reservatório de Alfragide - Reabilitação Geral	Substituição		60	0	10	100	200	1.390	0	0	0	0
Financiamento A				0	2	19	53	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Captações subterrâneas - Intervenções para proteção dos aquíferos	Substituição		100	0	0	20	130	0	0	0	0	0
Financiamento A				0	0	4	34	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Reservatório de Telheiras - Reabilitação Parcial	Substituição		0	0	0	0	100	1.000	0	0	0	0
Financiamento A				0	0	0	26	0				
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Adutor Castelo do Bode - Interligações Troço Inicial - Válvulas duplo seccionamento.	Substituição		100	0	0	10	100	1.590	0	0	0	0

	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
Investimentos												
Financiamento A												
VAL estimado (em €)		Nota (1)		0	0	0	2	26	0			
Adutor Telheiras/Alfragide - Reabilitação da Galeria da N 117	Substituição		40	0	0	0	60	40	0			
Financiamento A				0	0	0	11	11	0			
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Reformulação de soluções de abastecimento a OTA e Cheganças	Substituição		0	0	0	0	500	500	500			500
Financiamento A				0	0	0	96	132	0			0
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Reservatório do Restelo - Reabilitação Geral	Substituição		0	0	0	0	0	100	1.000			
Financiamento A				0	0	0	0	26	0			
VAL estimado (em €)		Nota (1)										
Outros investimentos			5.540	878	19.498	25.063	20.349	69.484				
Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 1 - Troço Brogueira/Sobral	Novo		500	100	7.500	1.900	0	0				
Financiamento A				15	1.545	364	0	0				
VAL estimado (em €)		Nota (4)										
Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 5 - Troço Azambuja / Várzea das Chaminés	Novo		0	32	5.000	5.870	4.016	4.630				

	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
Investimentos												
Financiamento A												
VAL estimado (em €)		Nota (4)		5	1.030	1.125	1.058	0				
ETA Asseiceira Sistema de Cloragem (osg)	Novo		200	50	2.287	1.150	2.100	1.000				
Financiamento A				7	471	220	553	0				
VAL estimado (em €)		Nota (4)										
Central Fotovoltaica EE V F Xira I	Novo		996	300	1.270	0	0	0				
Financiamento A				45	262	0	0	0				
VAL estimado (em €)		Nota (3)										
Microrede UPAC Estação Elevatória Vila Franca de Xira - Várzea - EE V F X	Novo		2.000	50	1.200	1.500	1.718	2.293				
Financiamento A				7	247	287	453	0				
VAL estimado (em €)		Nota (3)										
Parque Eólico EE V F Xira	Novo		1.000	0	1.030	1.000	1.500	2.000				
Financiamento A				0	212	192	395	0				
VAL estimado (em €)		Nota (3)										
Microrede UPAC Asseiceira - Estação Elevatória Castelo do Bode	Novo		413	50	646	1.583	1.465	1.000				
Financiamento A				7	133	303	386	0				
VAL estimado (em €)		Nota (3)										

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Túneis	Novo		0	15	300	6.500	4.500	13.685				
Financiamento A				2	62	1.246	1.185	0				
VAL estimado (em €)		Nota (4)										
Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 3 - Troço Asseca / Chavões	Novo		0	0	200	5.500	4.500	14.500				
Financiamento A				0	41	1.054	1.185	0				
VAL estimado (em €)		Nota (4)										
Aqueduto das Águas Livres - Valorização de água p/ usos compatíveis	Novo		200	0	50	50	50	4.286				
Financiamento A				0	10	10	13	0				
VAL estimado (em €)		Nota (2)										
Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 4 - Troço Aveiras / Azambuja	Novo		0	5	10	10	500	9.475				
Financiamento A				1	2	2	132	0				
VAL estimado (em €)		Nota (2)										
Novo Edifício na Rua Gomes Ferreira / Amoreiras	Novo		145	250	5	0	0	15.000				
Financiamento A				37	1	0	0	0				
VAL estimado (em €)		Nota (2)										

Investimentos	Novo vs Substituição	Notas	2024		2025		2026		2027		Pós 2027	
			PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão		
Central UPAC Alcanhões	Novo		85	19	0	0	0	0	0	0	492	
Financiamento A				3	0	0	0	0	0	0	0	
VAL estimado (em €)		Nota (2)										
Central Mini Hidro Amadora	Novo		2	7	0	0	0	0	0	0	1.122	
Financiamento A				1	0	0	0	0	0	0	0	
VAL estimado (em €)		Nota (2)										
Total investimento			63.900 €	55.750 €	75.367 €	80.392 €	59.742 €	315.107 €				
Total financiamento			- €	7.500 €	14.500 €	14.500 €	14.500 €	- €				

Notas

n.a: considerou-se não aplicável para os investimentos que transitam de anos anteriores e para os investimentos recorrentes.

Nota (1): Investimentos de Substituição/Renovação são sujeitos a uma análise de Risco ou Multicritério, não sendo determinado o VAL.

Nota (2): Valor do Investimento no triénio apenas para Estudos e projetos. Empreitada só iniciará pós triénio; determinação do VAL será feita com base nos Estudos.

Nota (3): Investimento respeitante ao projeto Energia, existindo uma avaliação económico-financeira e do seu impacto tarifário.

Nota (4): Investimentos com Análise Custo-Benefício.

Quadro 2- Evolução do Investimento por objetivo (2021-2027)

milhares de Euros

INVESTIMENTO	Real			Est	Projeção			Total
	2021	2022	2023		2024	2025	2026	
Garantia da Capacidade	396	797	604	710	1.770	3.200	1.700	6.670
Ampliação - Cidade	66	255	182	210	1.300	2.600	1.100	5.000
Ampliação da Rede de Distribuição	331	542	422	500	400	400	400	1.200
Estações Elevatórias e Reservatórios	0	0	0	0	70	200	200	470
Garantia da Fiabilidade e Segurança	5.539	10.306	19.331	21.808	36.948	52.210	38.872	128.030
Castelo de Bode - Duplicação	99	103	7.817	3.223	13.030	19.800	13.516	46.346
Rede de Adução	581	3.981	5.269	11.543	9.307	13.553	9.827	32.687
Renovação da Rede de Distribuição	1.943	3.363	4.503	4.524	5.550	5.080	5.200	15.830
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	613	983	768	719	6.350	11.335	8.084	25.769
Contadores	1.731	1.204	104	495	806	680	850	2.336
Obras/ Equipamentos de Segurança	86	119	236	455	828	849	756	2.432
Monitorização e controlo	0	0	13	94	315	170	70	555
Outros	485	553	622	755	763	743	570	2.076
Garantia da Qualidade	855	574	1.249	2.218	6.975	4.390	4.375	15.739
Laboratórios	555	179	622	800	783	940	785	2.507
ETA's	206	341	582	1.274	6.087	3.050	3.100	12.237
Construção/Remodelação dos Postos de Cloragem	0	0	0	0	20	305	300	625
Outros	94	55	45	144	85	95	190	370
Sustentabilidade e Inovação	2.127	1.976	5.410	20.161	14.261	8.923	7.520	30.704
Eficiência energética	2.057	1.971	5.200	18.925	9.862	6.126	4.819	20.806
Monitorização e controlo	53	0	154	934	3.971	2.580	2.613	9.165
Outros	16	5	56	301	428	217	88	733
Tecnologias de Informação e Comunicação	1.516	1.224	886	3.377	4.077	3.748	3.402	11.227
Hardware e Software	920	447	228	1.187	1.576	1.440	1.370	4.385
Infraestruturas e Telegestão	362	329	444	981	1.180	1.014	830	3.024
Aquamatrix	185	428	204	880	454	547	455	1.457
Sistemas de Gestão	49	20	10	330	867	747	747	2.361
Outros Investimentos	2.937	3.564	3.856	7.476	11.335	7.921	3.873	23.130
Adaptação de Instalações	835	1.191	932	3.621	5.769	4.355	1.305	11.429
Capitalização de Encargos	1.583	1.899	2.048	2.300	2.300	2.300	2.300	6.900
Outros	519	474	877	1.555	3.266	1.266	268	4.800
TOTAL	13.370	18.441	31.336	55.750	75.367	80.392	59.742	215.500

Quadro 3- “A- Detalhe dos investimentos que transitam de anos anteriores”

A - Investimentos que transitam de anos anteriores	< 2024	2024	2025	2026	2027	> 2027	TOTAL
Acabam em 2024	16.44 0	10.57 8	0	0	0	0	27.018
Reabilitação e Ampliação do Sistema Alenquer IV	4.445	3.022	0	0	0	0	7.467
Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 2 - Troço Torre do Bispo/Alcanhões	7.814	2.875	0	0	0	0	10.689
Centros de Produção de Energia, Redes Transporte e IT - Alta	515	1.381	0	0	0	0	1.896
Central Fotovoltaica Amadora	40	1.172	0	0	0	0	1.211
Chaminé de Equilíbrio da Linha 1 do Adutor de Castelo do Bode - Reabilitação Geral	0	550	0	0	0	0	550
Central Fotovoltaica ETA Vale da Pedra	408	438	0	0	0	0	846
Central Fotovoltaica Captação Valada	656	370	0	0	0	0	1.026
Grupos Elevatórios Amadora	99	301	0	0	0	0	400
AQUAMatrix - Implementação multimoeda e multilingua	250	135	0	0	0	0	385
EE Vila Franca de Xira - Remodelação dos Quadros Elétricos MT	871	130	0	0	0	0	1.001
Conservação do património industrial na Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos	0	70	0	0	0	0	70
Sistemas Operação (NAVIA, Desenvolvimento próprio e outros)	185	48	0	0	0	0	233
Sistemas de Engenharia	64	20	0	0	0	0	84
Sistemas RH, Assiduidade, Acessos e Refeitório	87	20	0	0	0	0	107
EE Vila Fria - Instalação de conduta entre a casa de água de chegada do Adutor de Circunvalação e a compressão para Porto Salvo	25	14	0	0	0	0	40
Sistemas do Museu	9	10	0	0	0	0	19
Dotação das salas de reunião de serviços de vídeo	26	10	0	0	0	0	36
ETA Asseiceira – Intervenções Gerais de Construção Civil	54	4	0	0	0	0	58
Inspeções e Salinometrias em captações subterrâneas	77	3	0	0	0	0	80
Intervenções em edifícios para eliminação de fibrocimento	728	2	0	0	0	0	730
Telegestão - Revisão dos Automatismos e da Automatização da ETA da Asseiceira. Disaster Recovery Local	89	1	0	0	0	0	90
Continuam no Triénio	26.94 4	27.50 3	18.11 3	13.56 1	8.51 1	27.86 2	122.49 3
ETA Vale da Pedra - Intervenções de Melhoria	195	500	2.500	500	0	0	3.695
Otimização dos locais de medição de consumo de água (Clientes/rede de Lisboa)	0	734	2.001	1.767	1.800	5.400	11.702
Central Mini Hídrica Várzea das Chaminés	19	3.061	1.926	37	37	0	5.080
Edifício da Sede - Reabilitação	1.363	1.000	1.372	1.000	0	0	4.735
Nova Academia da Água	268	50	1.072	350	0	0	1.740
ETA Asseiceira - 1.ª Linha: Bateria de Filtração - Construção Civil	664	70	1.000	900	0	0	2.634
Infraestrutura e computação, hardware e licenciamento de software	0	0	1.000	1.436	1.370	4.180	7.986
Aquedutos Subterrâneos na Cidade de Lisboa - Reabilitação	1.404	754	780	0	0	0	2.938
Centro de Controlo de Energia e Emissões (CCEE)	218	1.000	480	0	0	0	1.699
Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio - reformulação tecnológica e implementação em Infraestruturas críticas	303	51	404	300	199	0	1.256
Infraestruturas - Rede de Telecomunicações - Segurança Informática - Software de controlo	512	50	400	74	50	150	1.236
Desenvolvimento aplicacional - Aplicações internas	0	0	352	352	352	1.056	2.112
Rede de Distribuição - Melhoria nos Adutores da Distribuição	365	450	350	1.100	1.100	3.600	6.965
Adutor Castelo do Bode - Reabilitação da OE de Vala Real	167	3.910	300	0	0	0	4.377
ETA Asseiceira - Remodelação e reabilitação	565	650	300	500	1.000	8.290	11.305
SIG - Licenciamento e Desenvolvimentos Aplicacionais	822	200	300	0	0	0	1.322
Elaboração do Master Plan do Sistema de Abastecimento da EPAL	0	100	275	135	0	0	510
Sistema de Manutenção	87	310	260	0	0	0	657

A - Investimentos que transitam de anos anteriores	< 2024	2024	2025	2026	2027	> 2027	TOTAL
Sistemas de vigilância eletrónica com imagem de infraestruturas	37	150	250	350	350	450	1.587
Reformulação de soluções de abastecimento a Vila Franca de Xira e Loures	38	100	230	900	1.000	1.778	4.045
Reservatório de Alto de Carenque - Reabilitação	0	330	200	500	0	0	1.030
Recinto Barbadinhos - Reabilitação do Muro	66	30	200	0	0	0	296
Sensorização IoT da rede de abastecimento, renovação tecnológica de válvulas, plataforma IT, instalação de rede de comunicações na Cidade de Lisboa	0	0	200	100	0	0	300
Interligações MT - Centros de Produção e Consumo e Storage	1.140	3.379	150	635	0	0	5.304
Edifícios Não Operacionais - Intervenções Gerais	983	384	150	0	0	0	1.517
Expropriações	235	146	146	146	0	0	672
Infraestrutura e Software ISO27001	174	310	145	310	150	345	1.434
Desenvolvimento aplicacional - vários softwares	0	0	124	124	124	372	744
Segurança no Trabalho - Equipamento de segurança (Aquisição de pontos de ancoragem e outros equipamentos de segurança)	340	97	116	121	131	278	1.084
Central Fotovoltaica Olivais	29	596	100	0	0	0	725
Instalação de sistemas de telemetria nos Clientes da EPAL	1.111	200	100	152	152	450	2.164
AQUAatrix - MIGRAÇÃO TECNOLÓGICA	536	180	84	0	0	0	800
Compra Infraestrutura da nova solução	189	200	75	185	120	305	1.074
Aquisição e instalação de carregadores de viaturas elétricas	10	30	75	50	30	20	215
Campanhas de deteção de fugas em condutas de grande diâmetro na Rede de Lisboa e Limitrofes	75	22	70	50	50	100	367
Central Fotovoltaica Telheiras	328	308	60	0	0	0	696
Sistemas automáticos de abastecimento de reagentes	0	50	50	50	50	0	200
Renovação/Melhoria na área de armazenamento	111	30	50	10	10	20	231
Desenvolvimento aplicacional - SIG	0	0	50	100	100	300	550
Central Fotovoltaica Parque das Nações	492	364	42	40	0	0	938
Reengenharia dos sistemas de segurança física e eletrónica da EPAL	806	137	33	33	33	100	1.141
Desenvolvimento de produtos e serviços IT - Estudos, pilotos e prototipagem industrial	20	32	32	2	18	0	103
Plataforma de Gestão Laboratorial	180	33	30	0	0	0	243
Desenvolvimento aplicacional - Gestão Documental	0	0	29	29	29	87	174
Desenvolvimento aplicacional - Gestão Laboratorial	0	0	28	58	58	174	318
ETA Asseiceira - Asseiceira 0% - Minicentral hidroelétrica	4.369	1.385	25	25	25	0	5.829
Aquisição e instalação de novos analisadores no sistema de adução\ distribuição da EPAL	113	49	25	25	25	75	311
Desenvolvimento aplicacional - Gestão Operacional	0	0	24	24	24	72	144
Adutor Castelo do Bode - Projeto para duplicação dos troços não duplicados: Túneis e Ligação da toma para o sistema OES em Alcanhões à linha 01 do ADCB.	315	196	20	20	0	0	551
Plataforma de Gestão do Plano de Segurança da Água	0	75	20	0	0	0	95
Renovação do parque de loggers afetos às ZMC da rede de distribuição de Lisboa	182	62	20	10	10	20	304
SGE - Estudos/auditorias energéticas e equipamento de medição e monitorização	237	21	20	20	20	40	358
Implementação de medidas compensatórias relativas às medidas de autoproteção	19	15	15	10	7	10	76
I&D de processos - Digitalização e mobilidade	15	40	11	0	0	0	66
ETA Asseiceira - Asseiceira 0% - Mini-hídrica e canal de entrada	3	1.427	10	0	0	0	1.441
EE Olivais II - Remodelação	1.044	0	10	160	0	0	1.214
Melhorias das condições de segurança intrínseca nas Instalações	3	5	5	5	5	10	33
Desenvolvimento e Melhoria de Aplicações e Mobilidade	953	120	5	0	0	0	1.078
Transformação Digital (processos, apps, gestão documental e outros)	617	70	4	4	0	0	695
Circularidade - Estudo, projetos e serviços	208	90	3	3	23	0	328
ETA Asseiceira - Asseiceira 0% - Beneficiações	440	2.558	2	0	0	0	3.000
Implementação de Segurança da Informação	71	31	2	0	0	0	103

A - Investimentos que transitam de anos anteriores	< 2024	2024	2025	2026	2027	> 2027	TOTAL
Desenvolvimento aplicacional - Gestão de Manutenção e Gestão do Ciclo de Vida do Ativo	0	0	0	60	60	180	300
Rede de Distribuição - Adutora Calçada de Carriche - Reabilitação	4.504	1.360	0	800	0	0	6.664
TOTAL	43.384	38.080	18.113	13.561	8.511	27.862	149.511
% de execução (acumulada)	29%	54%	67%	76%	81%	100%	

Quadro 4 - “C - Detalhe dos novos investimentos iniciados no período”

C - Novos Investimentos Iniciados no Período	Ano de início Empreitada	E 2024	Realização no triénio			> 2027	Valor global previsto
			2025	2026	2027		
Investimentos de Substituição		3.772	22.068	27.266	18.830	217.761	289.697
Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta	2025	383	3.700	3.450	450	0	7.983
Grupos Elevatórios V F Xira	2025	600	2.500	1.000	0	0	4.100
Recinto Vila Franca de Xira - Reabilitação das Estruturas Operacionais	2025	100	2.500	900	0	0	3.500
EE Olivais I - Reabilitação	2025	84	2.000	4.000	3.000	2.000	11.084
Adutor Vila Franca de Xira / Telheiras - Grandes Obras de Reabilitação - Troço A - EE VFX / Bairro da Mata	2025	50	2.000	2.000	2.000	13.900	19.950
EE Telheiras - Remodelação do Quadro de Comando e dos Quadros de MT	2025	30	1.700	1.800	0	0	3.530
EE Guerreiros - Remodelação do PT e da Mesa de Comando	2025	20	1.500	997	0	0	2.517
Reabilitação do Recinto do Arco	2025	30	1.000	570	0	0	1.600
EE Castelo Bode II - Ampliação da Capacidade de Elevação (+250 mil m3/dia)	2025	100	600	1.028	1.869	0	3.596
Substituição de ESP: Parque das Nações - Zona Média; Telheiras - ESP2, Ota, Curvaceiras, Soudos, Vale de Porcas Aspiração, Vale de Porcas Compressão, Castelo de Bode aspiração e Castelo de Bode compressão	2025	200	550	350	274	0	1.374
Reformulação de soluções de abastecimento a Azambuja, Santarém e Alenquer	2025	250	500	1.260	1.000	14.000	17.010
Reabilitação da conduta DN 770 e Substituição da conduta DN 800 da Ponte Marechal Carmona	2025	4	500	740	0	0	1.244
Adutora Camarate/Sacavém - Várzea de Loures - Reabilitação	2025	54	400	541	200	1.809	3.003
Edifício da Anunciada e Rua das Portas de Santo Antão - Intervenções Gerais	2025	75	350	500	500	2.352	3.777
Grupos Elevatórios Telheiras	2025	0	323	233	0	0	555
Rede de Distribuição - Adutora Zona Média Olivais/Campo de Ourique - Reabilitação	2025	90	300	1.000	1.200	8.200	10.790
Conduta Telheiras-Alto de Carenque - Reabilitação da Galeria nº 1 do IC17	2025	49	270	148	148	0	614
Campus da Água	>2027	82	228	560	540	17.240	18.650
Adutor Costa do Sol - Reabilitação	2026	547	200	1.000	1.000	37.000	39.747
Adutor Vila Franca de Xira / Telheiras - Grandes Obras de Reabilitação - Reabilitação dos troços A, B, C, D, E e F	>2027	328	200	300	300	50.000	51.128
Remodelação Sistema Barbadinhos-Vale Escuro	2026	74	100	380	500	3.530	4.584
EE Castelo do Bode - Substituição da mesa de comando	2026	5	100	1.000	1.495	0	2.600
EE Vila Franca Xira 2 - Intervenções de Melhoria	2026	0	100	1.000	900	0	2.000
Recinto de Almoster - Estabilização de Muros de Suporte de Terras	2025	0	90	130	0	0	220
Estação Sobreprensa de abastecimento à Choromela	2026	0	70	200	200	0	470
Rede de Distribuição - Adutora Telheiras/Alfragide - Reabilitação	2027	40	50	50	500	8.600	9.240
PT OTA - Remodelação	2025	0	50	0	0	0	50
Substituição do PT do Restelo por obsolescência	2026	0	50	150	0	0	200
Adutor Castelo do Bode - Conduta elevatória ravina e OE Zairinho	2026	10	40	185	515	0	750
Reabilitação da EE do Poço de Castelo do Bode e respetiva ligação à EE Castelo Bode 2	2026	0	30	600	270	0	900
PC's no Sistema de Abastecimento da EPAL (CC) - Reformulação/construção	2026	0	20	305	300	150	775
Conduta de Água Tratada de Vale da Pedra DN 1250 - Reabilitação	>2027	200	17	100	500	21.500	22.317

C - Novos Investimentos Iniciados no Período	Ano de início Empreitada	E 2024	Realização no triénio			> 2027	Valor global previsto
			2025	2026	2027		
Conduta de Água Tratada de Vale da Pedra DN 1000 - Reabilitação	>2027	225	10	50	0	22.000	22.285
Conduta de Água Bruta DN 1000 de Valada - Reabilitação	>2027	140	10	50	0	10.000	10.200
Reservatório de Alfragide - Reabilitação Geral	2027	0	10	100	200	1.390	1.700
Captações subterrâneas - Intervenções para proteção dos aquíferos	2027	0	0	20	130	0	150
Reservatório de Telheiras - Reabilitação Parcial	2027	0	0	0	100	1.000	1.100
Adutor Castelo do Bode - Interligações Troço Inicial - Válvulas duplo seccionamento.	2027	0	0	10	100	1.590	1.700
Adutor Telheiras/Alfragide - Reabilitação da Galeria da N 117	2026	0	0	60	40	0	100
Reformulação de soluções de abastecimento a OTA e Cheganças	2026	0	0	500	500	500	1.500
Reservatório do Restelo - Reabilitação Geral	>2027	0	0	0	100	1.000	1.100
Outros Investimentos		878	19.498	25.063	20.349	69.484	135.272
Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 1 - Troço Brogueira/ Sobral	2025	100	7.500	1.900	0	0	9.500
Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 5 - Troço Azambuja / Várzea das Chaminés	2025	32	5.000	5.870	4.016	4.630	19.548
ETA Asseiceira Sistema de Cloragem (osg)	2025	50	2.287	1.150	2.100	1.000	6.587
Central Fotovoltaica EE V F Xira I	2025	300	1.270	0	0	0	1.570
Microrede UPAC Estação Elevatória Vila Franca de Xira - Várzea - EE V F X	2025	50	1.200	1.500	1.718	2.293	6.762
Parque Eólico EE V F Xira	2025	0	1.030	1.000	1.500	2.000	5.530
Microrede UPAC Asseiceira - Estação Elevatória Castelo do Bode	2025	50	646	1.583	1.465	1.000	4.744
Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Túneis	2026	15	300	6.500	4.500	13.685	25.000
Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 3 - Troço Asseca / Chavões	2026	0	200	5.500	4.500	14.500	24.700
Aqueduto das Águas Livres - Valorização de água p/ usos compatíveis	>2027	0	50	50	50	4.286	4.436
Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 4 - Troço Aveiras / Azambuja	2027	5	10	10	500	9.475	10.000
Novo Edifício na Rua Gomes Ferreira/Amoreiras	>2027	250	5	0	0	15.000	15.255
Central UPAC Alcanhões	>2027	19	0	0	0	492	511
Central Mini Hidro Amadora	>2027	7	0	0	0	1.122	1.130
TOTAL		4.650	41.566	52.329	39.179	287.245	424.969

Quadro 5- Sistema de controlo de investimentos

Plano

FICHA SUMÁRIA - MONTANTES DE INVESTIMENTO DA EMPRESA

LEGEN DA: XXXXX - I introdução de dados

Nome da empresa

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

30-06-2024

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Mês de referência

Mês a que a ficha se reporta

Planeamento versus realização

	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25
Total anual dos valores do planeamento dos investimentos	4.435	5.044	4.775	4.613	4.919	4.745	4.921	6.287	7.091	8.422	9.917	10.198
Total dos valores da realização dos investimentos até à data												
Valores mensais do planeamento acumulados	4.435	9.479	14.254	18.868	23.787	28.531	33.452	39.738	46.829	55.251	65.168	75.367
Valores mensais da realização acumulados												
Taxa de execução acumulada												

Estão em causa os valores do investimento globais, com todas as suas componentes, ao contrário do que sucede com as fichas de investimento para os investimentos selecionados, em que os valores se referem exclusivamente à componente "empretada".

Notas sobre a evolução dos investimentos por comparação com o planeamento

Aspectos mais relevantes do desenvolvimento dos investimentos da empresa e motivos das diferenças face ao planeamento

Seleção de investimentos

SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAIS ESPECÍFICOS PARA ACOMPANHAMENTO

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da seleção, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual. Entende-se "Investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada, mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotécnica, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às espropriações, prestação de apoio à espropriação/engenharia/serviço de terrenos, cominção para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua finalização).

Para a fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua finalização, os valores, datas (mês ou ano) nos campos "datas-mês ou ano" e "datas-ano" referem-se exclusivamente à empreitada, a qual, por sua vez, representa uma percentagem muito importante do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentram num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o investimento e o montante de equipamento) é de longo e processo individual mas é relevante em comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos", que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nome da empresa: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA

Denominação completa da Empresa

30-06-2024

Data de elaboração do planeamento

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento, por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Informação com vista à seleção dos investimentos a considerar para efeitos de acompanhamento, de acordo com o planeamento

N	Empreitada	Valor total previsto para a obra (milhares de euros)	Execução prevista para o ano 2025 (milhares de euros)	Mês de início real ou previsto	Mês de conclusão previsto	Tipo de investimento (%)	
						Obra nova	Reabilitação/Remodificação/Substituição
Lista das dez empreitadas, com maior valor, que tenham execução em 2025, por ordem decrescente desse valor, de acordo com o planeamento							
1	Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 5 - Troço Azambuja / Várzea das Chaminés VFX / Bairro da Méta	19.500	5.000	out/25	jun/28	100%	100%
2	Adutor Vila Franca de Xira / Telheiras - Grandes Obras de Reabilitação - Troço A - EE	19.000	2.000	nov/25	nov/28	100%	100%
3	EE Olivais I - Reabilitação	11.000	2.000	nov/25	mar/28	100%	100%
4	Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 1 - Troço Brogueira/Sobral	9.500	7.500	mar/25	dez/26	100%	100%
5	Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta	7.500	3.700	mar/25	jan/27	65%	35%
6	Microrede UPAC Estação Elevatória Vila Franca de Xira - Várzea - EE V FX	6.500	2.200	set/25	jun/28	100%	100%
7	ETA Assessoria Sistema de Cloragem (osg)	6.500	2.287	abr/25	jan/28	100%	100%
8	Parque Gólcio EE V Xira	5.500	1.030	jul/25	jan/28	100%	100%
9	Central Mini Hídrica Várzea das Chaminés	5.000	1.926	jul/24	dez/25	100%	100%
10	Microrede UPAC Assessoria - Estação Elevatória Castelo do Bode	4.700	646	jul/25	jan/28	100%	100%
Lista das dez empreitadas com maior execução prevista ao longo do ano 2025, por ordem decrescente dessa execução, de acordo com o planeamento							
1	Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 1 - Troço Brogueira/Sobral	9.500	7.500	mar/25	dez/26	100%	100%
2	Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 5 - Troço Azambuja / Várzea das Chaminés	19.500	5.000	out/25	jun/28	100%	100%
3	Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta	7.500	3.700	mar/25	jan/27	65%	35%
4	Recinto Vila Franca de Xira - Reabilitação das Estruturas Operacionais	3.400	2.500	jan/25	mar/26	100%	100%
5	Grupos Elevatórios V F Xira	4.100	2.500	nov/24	jun/26	100%	100%
6	ETA Vale do Pedra - Intervenções de Melhoria	3.500	2.287	abr/25	jan/28	100%	100%
7	ETA Assessoria Sistema de Cloragem (osg)	6.500	2.287	abr/25	jan/28	100%	100%
8	EE Olivais I - Reabilitação	11.000	2.000	nov/25	mar/28	100%	100%
9	Adutor Vila Franca de Xira / Telheiras - Grandes Obras de Reabilitação - Troço A - EE VFX / Bairro da Méta	19.000	2.000	nov/25	nov/28	100%	100%
10	Central Mini Hídrica Várzea das Chaminés	5.000	1.926	jul/24	dez/25	100%	100%

Lista das cinco empreitadas propostas pela empresa para efeitos de acompanhamento a realizar

N	Empreitada	Valor total previsto para a obra (milhares de euros)	Execução prevista para o ano 2025 (milhares de euros)	Mês de início real ou previsto	Mês de conclusão previsto	Tipo de investimento (%)	
						Obra nova	Reabilitação/Remodificação/Substituição
1	Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 1 - Troço Brogueira/Sobral	9.500	7.500	mar/25	dez/26	100%	100%
2	Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 5 - Troço Azambuja / Várzea das Chaminés	19.500	5.000	out/25	jun/28	100%	100%
3	Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta	7.500	3.700	mar/25	jan/27	65%	35%
4	Recinto Vila Franca de Xira - Reabilitação das Estruturas Operacionais	3.400	2.500	jan/25	mar/26	100%	100%
5	Grupos Elevatórios V F Xira	4.100	2.500	nov/24	jun/26	100%	100%

As cinco empreitadas propo pela empresa podem ser todas as maiores de uma ou das duas listas de dez obras a cima, ou podem não o ser, quando e estas motivos que tornem muito relevante uma outra obra.

Fundamentação para a seleção de investimentos proposta pela empresa

Selecionaram-se os 5 investimentos com maior valor previsto em 2025

Razões pelas quais a empresa considera serem os cinco investimentos a cima a queles que merecem maior atengo

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimento realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se como o conjunto de processos que culminam na realização concluída de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma. (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de engenharia e o acompanhamento da obra durante o período de execução do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às empreitadas, prestação de apoio, aquisição/propriedade do terreno, conclusão da obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua finalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas, mês ou ramos) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considere-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longo e processo individual mais relevante no conjunto dos investimentos. Mas há que reconhecer que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês. Exemplo: forma de inserção: "Jun16".

XXXX - introdução de dados

Nome da empresa
 EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA
 Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento
 30-05-2024

Designação do investimento
 Reabilitação e Ampliação do Sistema de Pimenta

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento
 Investimento com as duas componentes: "obra nova" e "obra de reabilitação/remodelação/substituição"

Indicar se a "obra nova" de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou se as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Estimativa do valor total da empreitada
 Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.
 7.500 (milhares de euros)

Estimativa do valor total da componente "obra nova"
 Valor total estimado para a componente da empreitada ateta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.
 4.875 (milhares de euros)

Localização física do investimento
 Concelhos de Vila Franca de Xira e Alenquer

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou a localizações se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar
 As intervenções previstas têm como objetivo permitir a re formulação do troço 3 do Aqueduto do Alvieira, entre a casa de água de Juazeiro do sifão 29 e a Castanheira, assegurando-se que as necessidades do sistema de abastecimento ficam garantidas, quer no que respeita à quantidade, quer no que respeita à qualidade, nos pontos de entrega dependentes deste percurso. As intervenções mais significativas são a reabilitação de estação elevatória da Pimenta, a construção do reservatório da Pimenta e a execução das condutas C1, C2 e C4B, bem como a câmara de interligação da Pimenta.

Justificação da necessidade do investimento
 O Aqueduto Alvieira é a infraestrutura mais antiga em exploração na EPAL, apresentando problemas inerentes à respetiva idade (superior a cem anos) em matérias de estabilidade estrutural, de consequente fiabilidade no abastecimento e de garantia da segurança no trabalho. Este investimento tem como objetivo implementar as soluções alternativas de abastecimento às atuais tomadas do Aqueduto Alvieira, entre o Sifão 29 e a Castanheira para que de esta forma seja possível proceder à sua re formulação.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (fatos, aspetos, esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativas, melhorias de serviço, etc, etc) que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento
 maio/25

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo
 jan/27

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte). Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra
 maio/27

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Valores mensais	370	370	370	370	370	370	370	370	370	370	292	292	292	292	292	292
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	7.500															

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se iniciar em momento posterior. Está em causa a duração e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passivo do pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é a partir de independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento
 Montante de obra acumulada antes da data de elaboração do planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.
 (milhares de euros)

Fundos comunitários
 Este investimento não foi objeto de candidatura a fundos comunitários nem se prevê que venha a ser incluído em candidatura a apresentar.
 Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se o mesmo foi aprovado, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterido, em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.
 Se for o caso disso, como lembrar os dados referidos, com informação que se considere relevante para o efeito.

Participação comunitária
 A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.
 (milhares de euros)

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 4

O número de ordem identifica o investimento de acordo com a seleção de investimentos realizada. A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual. Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminam na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotécnica, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, execução de obras, aquisição/propriedade/rendimento de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês. Insucesso: se o seguinte formato de inscrição: "AAAA".

XXXXXX - Introdução de dados

Nome da empresa
 EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA
 Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento
 30-06-2024
 Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento
 Recinto Vila Franca de Xira - Reabilitação das Estruturas Operacionais
 A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento
 Investimento com o componente "obra de reabilitação/remodelação/substituição"
 Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).
 Uma obra exclusivamente de ampliação é com o valor da soma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada
 3.400 (milhares de euros)
 Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"
 (milhares de euros)
 Valor total estimado para a componente da empreitada afectada à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

Localização física do investimento
 Concelho de Vila Franca de Xira
 Deve fazer-se menção ao município ou município em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/localis se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar
 Compreende o desenvolvimento de um conjunto de soluções a implementar no recinto de VFX, com vista a:
 a) Requalificação/reformulação do recinto, dos seus edifícios e das suas infraestruturas técnicas;
 b) A concepção de um novo edifício para um Posto de Cloragem.
 Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento
 Trata-se de um recinto operacional da Empresa, e tendo em conta o seu estado de conservação, verificou-se a necessidade de intervenção, por forma à sua reabilitação/reformulação.
 Resumo dos aspectos essenciais que requerem que este investimento tenha tido prioridade face a outros (as vezes esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, habilitações, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento
 (milhares de euros)
 A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo
 jan/25
 A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).
 Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato à data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra
 mar/26
 O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados
 (milhares de euros)

Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	3.400	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
		17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada, previsto para a data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data ou o valor total estimado, quando a obra se inicia em momento posterior. Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido. O perfil de faturação mensal previsto neste planeamento é capitalizado independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se virou ou a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento
 (milhares de euros)
 Montante de obra acumulada antes da data de elaboração do planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários
 Este investimento não foi objeto de candidatura a fundos comunitários nem se prevê que venha a ser incluído em candidatura a apresentar.
 Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preferida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.
 Se for caso disso, complementar os dados referidos com informações que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária
 A preencher apenas no caso de a comparticipação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento e específico, naturalmente.
 (milhares de euros)

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 5

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "Investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

As "mensuras" são o conjunto de processos que culminam na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes do mesmo. (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de licenciamento, realização de estudos de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoios a equiparções, preparação de planos de execução, concurso para a obra, fase de solidificação, desenvolvimento da obra e sua finalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas, etc.) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que a acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longo e processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que notar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar a diversas componente mês do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do aumento da mesma. **Exemplo: se o seguinte formato de lineação: "Jun25".**

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA

De nomeação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento, por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Grupos Elevatórios V. Xira

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

Investimento com a componente: "obra de reabilitação/remodelação/substituição"

Podem existir de "obra nova" de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (a ser indicadas a estimativa do prazo pretendido que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação e considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total do componente "obra nova"

Valor total estimado para a componente da empreitada afectada a nova população a servir (se for o caso), podendo considerar a obra inteira, a uma parcela ou a nada.

Localização física do investimento

Concelho de Vila Franca de Xira

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação(s) ou povoações ou ao local/localiz. se for o caso(s).

Breve descrição da obra a realizar

A empreitada, na modalidade de conceção/constituição, consiste na elaboração do projeto de execução e posterior fornecimento e instalação de 3 grupos eletrobomba na Estação Elevatória de Vila Franca de Xira (EEI) e correspondentes variadores de velocidade, o qual incluirá a adaptação das instalações mecânicas, elétricas e construção civil existentes, adequando a geometria dos novos grupos eletrobomba e demais infraestruturas às existentes. Inclui ainda o fornecimento de 2 motores de reserva e serviços de manutenção dos motores e variadores por um período de 5 anos.

De ser sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

Os grupos elevatórios da EEI de Vila Franca de Xira, estão em atividade desde o final dos anos 70. Desde então foram realizadas ações de manutenção que têm permitido o uso do equipamento para além da vida útil expectável, mas que apresentam dificuldades crescentes na manutenção e um inerente défice de fiabilidade, principalmente a nível dos motores. Com a substituição dos grupos, pretende-se tornar a estação elevatória mais fiável e eficiente a nível do desempenho energético, através de ganhos de rendimento dos motores e das bombas e consequente redução do consumo de energia, permitindo também otimizar o uso das energias renováveis potenciando o autoconsumo.

Resumo das ações essenciais que levarão a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos estes que podem ter que ver com a segurança, fiabilidade, cumprimento de normativas, melhorias de serviço, etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha a seguir).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato à tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (tubica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (tubica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

Valores mensais	(milhares de euros)															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200
	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realia da previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicia em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma. O passo do pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (tubica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

Montante de obra acumulada antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Este investimento não foi objeto de candidatura a fundos comunitários nem se prevê que venha a ser incluído em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, se a mesma foi aprovada, se esta ainda em fase de instrução ou se foi preterida, em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Participação comunitária

A preencher apenas no caso de a comparticipação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento e específico, naturalmente.



Visto. Concorde.

Submete-se o presente Relatório de Análise à consideração de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

JOSÉ
MANUEL
DE MATOS
PASSOS

Assinado de
forma digital por
JOSÉ MANUEL DE
MATOS PASSOS
Dados: 2024.12.30
11:06:12 Z

Despacho n.º 14/2025-SETF

Atento o exposto no presente Relatório de Análise da UTAM, aprova-se a proposta de PAO 2025-2027 da EPAL, S.A., incluindo o Plano de Investimentos, limitado às autorizações a seguir identificadas, e sem prejuízo do cumprimento dos demais requisitos legais por parte da empresa:

- i. aumento dos Gastos Operacionais, limitando o seu valor total a 77,548 milhões de euros, em 2025;
- ii. contratação de 47 trabalhadores em 2025, cumprindo o previsto no ponto 3.15 *infra*, limitando o número de trabalhadores a 718 em 2025;
- iii. autorização genérica para a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes, nomeadamente por doença ou parentalidade;
- iv. autorização genérica para o recrutamento antecipado para substituição de trabalhadores que deixam a empresa no ano a que respeita o PAO, até ao limite de 5% do número de trabalhadores em cada categoria;
- v. aquisição/contratação/locação de 6 viaturas para a frota operacional em 2025, atento o Programa de Neutralidade Energética;
- vi. autorização para iniciar o desenvolvimento dos procedimentos de contratação de viaturas necessários para a substituição da sua frota operacional, sem aumento da despesa em 2025.

Remeta-se para a UTAM e dê-se conhecimento à Senhora MAEn, à AdP, SGPS, S.A., à Parpública e à DGTF.

RELATÓRIO DE ANÁLISE N.º 284/2024, de 30 de dezembro

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2025-2027 da EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A. ("EPAL") (SISEE, 2024-12-04)

João
Silva
Lopes

Assinado de
forma digital
por João
Silva Lopes
Dados:
2025.01.07
14:15:01 Z



Despacho n.º 76/MAEN/2025

Considerando o Plano de Atividades e Orçamento da EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A., bem como a concordância do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, vertida no Despacho n.º 14/2025-SETF, de 07.01.2025, ao parecer emitido pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial constante no Relatório de Análise 284/2024, de 30 de dezembro, aprovo o Plano de Atividades e Orçamento para 2025-2027, incluindo o Plano de Investimentos, da EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A., nos precisos termos exarados no aludido Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

A Ministra do Ambiente e Energia

Maria da Graça
Carvalho

Assinado de forma digital
por Maria da Graça
Carvalho
Dados: 2025.03.05
13:33:12 Z

Maria da Graça Carvalho